

DIRECTRIZES PARA AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES PÓS-CATÁSTROFE (PDNA)

Volume A

ORIENTAÇÕES

Avaliação Junho de 2015



GFDRR
Global Facility for Disaster Reduction and Recovery




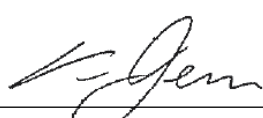
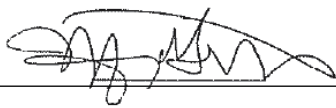
Declaração conjunta sobre a Avaliação Pós-Crise e Planeamento de Recuperação 25 de Setembro de 2008

A Comissão Europeia, o Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Banco Mundial procuram mobilizar as nossas instituições e recursos para harmonizar e coordenar os quadros de resposta pós- crise para melhorar a resiliência dos países às crises, respondendo às necessidades de recuperação das populações vulneráveis e fortalecendo a capacidade das instituições nacionais para prevenção, resposta e recuperação efectivas. Acreditamos que uma plataforma comum para parcerias e acções é fundamental para a apresentação de uma resposta internacional eficaz e sustentável após crises relacionadas a catástrofes e conflitos. Estamos empenhados num trabalho significativo para reformar os processos utilizados pelos parceiros nacionais e internacionais para avaliar, planificar e mobilizar apoios para a recuperação de países e populações afectadas por catástrofes naturais ou conflitos violentos.

Uma Plataforma Comum de Acção

Reconhecemos que o diálogo inicial estratégico e o compromisso são uma base essencial que pode ser construída depois da gestão de crise e os esforços de recuperação passam do planeamento à implementação e decidimos:

- Comunicar estrategicamente, tanto a nível da sede como no terreno enquanto acompanhamos as situações de fragilidade e conflito, e as catástrofes naturais iminentes ou reais e identificar oportunidades para iniciativas conjuntas em que os nossos esforços combinados possam oferecer vantagens;
- Participar nos processos de planeamento relevantes no país e apoiar o desenvolvimento e uso de experiências / resultados quadros e processos comuns para controlo e avaliação;
- Apoiar o desenvolvimento e a utilização de metodologias comuns para as avaliações das necessidades pós-conflito e uma abordagem comum para as avaliações das necessidades pós-catástrofe e a planificação da recuperação;
- Investir no desenvolvimento de kits de ferramentas e formação de pessoal para aprofundar a nossa capacidade colectiva e institucional para estes processos; e acompanhar os progressos na implementação da plataforma comum através de uma reunião de alto nível que terá lugar uma vez por ano.

		
A Comissão Europeia	O Grupo das Nações Unidas desenvolvimento	O Banco Mundial

AGRADECIMENTOS

O guia de Avaliação de Necessidades de Pós-Catástrofe, bem como a própria ferramenta de avaliação, são o resultado de uma colaboração dedicada e contribuição técnica de uma série de parceiros. Em nome de todos os envolvidos, gostaríamos de agradecer sinceramente aos colaboradores da União Europeia, do Banco Mundial e dos membros do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento: FAO, OIT, PNUD, PNUMA, UNESCO, ONU Habitat, UNICEF, ONU Mulheres e OMS.

Estamos particularmente gratos pela orientação e apoio financeiro fornecidos pela União Europeia¹. Graças a isto o suporte a este guia será agora disponibilizado em cópias digitais e impressas e será compartilhado a nível global, regional e nacional².

Acima de tudo, desejamos agradecer àqueles que realizaram avaliações de necessidades pós-catástrofe no terreno. O conhecimento e a experiência que eles nos forneceram permitiu uma riqueza de informações práticas e metodologias controladas, o que sem dúvida melhorará as futuras avaliações de catástrofes.

¹ Este documento foi elaborado com o apoio financeiro da União Europeia. As opiniões aqui expressas não podem de modo algum reflectir a opinião oficial da União Europeia.

² O guia aguarda a aprovação final pelos Directores dos parceiros tripartidos.

PREFÁCIO

Os principais eventos de catástrofes são tipicamente seguidos por avaliações múltiplas, realizadas por um grande número de agências e abrangendo uma vasta gama de sectores. Estas avaliações são abrangentes - desde a rápida avaliação das necessidades imediatas até à avaliação mais elaborada dos requisitos de recuperação a longo prazo e de redução dos riscos. O grande número de avaliações conduzidas, juntamente com as diversas metodologias, arriscam a que haja falta de clareza e confusão para as partes interessadas à medida que planeiam a fase de recuperação.

Por esta razão, há um consenso crescente sobre a necessidade de uma avaliação padronizada e abrangente no período de pós-catástrofe. Tal avaliação deve ser multissectorial, atendendo às necessidades de recuperação relacionadas a infraestrutura, abrigo, meios de subsistência e serviços sociais e comunitários de forma equilibrada e abrangente.

Como o âmbito e a faixa de recuperação se estão a expandir gradualmente com uma ênfase clara no conceito “melhor reconstrução”, a metodologia para avaliação de necessidades também deve ser expandida para empreender o planeamento de recuperação de uma forma mais holística e integrada. Além disso, a avaliação da recuperação deve ser precisa e realista para que se torne uma ferramenta credível para a mobilização de recursos.

Em resposta a estas preocupações, o Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas (GNUD), o Banco Mundial (BM) e a União Europeia (UE) colaboraram no desenvolvimento de uma ferramenta conjunta de Avaliação de Necessidades Pós-Catástrofe (PDNA). Esta ferramenta que é liderada pelo governo, representa uma abordagem harmonizada e coordenada que prevê uma avaliação objectiva e abrangente dos prejuízos, perdas e necessidades de recuperação pós-catástrofe, e prepara o caminho para um quadro consolidado de recuperação.

A fim de facilitar e permitir o uso do PDNA pelos praticantes, o seguinte guia foi preparado pelo GNUD, o BM e a UE. O guia racionaliza e padroniza uma metodologia de avaliação que abrange todos os sectores e que mantenha um equilíbrio entre os diferentes aspectos da recuperação. A finalidade abrangente deste guia é fornecer apoio técnico aos profissionais na medida em que planeiam e fazem a avaliação das necessidades e a concepção do quadro de recuperação. Espera-se que o guia permita uma abordagem coerente e para a avaliação pós-catástrofe, fornecer uma estimativa objectiva e abrangente das necessidades de recuperação, facilitando ao mesmo tempo a tomada de decisões e acções rápidas.

Criado de e incorporando as várias técnicas de avaliação e planeamento, incluindo a Avaliação das Perdas e Danos (DaLA) e Avaliação Necessária de Recuperação Humana (HRNA), o Guia PDNA fornece instruções passo a passo sobre o planeamento e a implementação de um PDNA. Como documento de trabalho, espera-se que o feedback dos profissionais que empregam a ferramenta PDNA seja consistentemente incorporado no guia, permitindo um constante melhoramento do PDNA e da sua metodologia com as lições aprendidas.

CONTEÚDO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO AO PDNA GUIA	9
1.1 – INTRODUÇÃO	11
1.2 - OBJETIVO DO GUIA DO PDNA	12
1.3 – PÚBLICO-ALVO	12
1.4 - LIMITAÇÕES	13
1.5 - ORGANIZAÇÃO DO GUIA	13
1.6 - OBJECTIVOS DE UM PDNA	14
1.7 - OS RESULTADOS DE UM PDNA	16
1.8 - PRINCÍPIOS ORIENTADORES	16
1.9 - PARTICIPAÇÃO E COORDENAÇÃO	17
CAPÍTULO 2 - EXECUÇÃO DE PDNA	19
2.1 - INTRODUÇÃO: A ABORDAGEM DO PDNA 19	21
2.2 - OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO PDNA 20	22
2.2.1 - Informações de base	24
2.2.2 - Efeitos de catástrofe	26
2.2.3 - Impacto de catástrofe	31
2.2.4 - A estratégia de recuperação	32
CAPÍTULO 3 - PROCESSOS E PROCEDIMENTOS PDNA	47
3.1 - INTRODUÇÃO	49
3.2 - ETAPAS E PROCESSO	50
3.3 - CONSULTAS COM O GOVERNO PARA CONDUZIR O PDNA	53
3.4 - ATIVAÇÃO DO PDNA	56
3.5 - PREPARAR UM PDNA	58

3.6 – RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS	70
3.7 - FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO	72
3.8 - MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS	75
3.9 - O QUADRO DE RECUPERAÇÃO E OUTRAS MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO	75
FERRAMENTAS DE TRABALHO	77
Exemplo tdrs: PDNA missão de planeamento	79
Exemplo Tdrs: PDNA missão	82
Exemplo de modelo: Estimativa dos custos no país para conduzir o PDNA	87
Exemplo tdrs: Equipa de gestão de alto nível	89
Exemplo tdrs: Equipa de coordenação PDNA	90
Exemplo tdrs: Funções de suporte técnico	91
Exemplo tdrs: Redacção de relatórios	92
Exemplo tdrs: Especialista em gestão de informação	93
Modelo de lista de contactos PDNA	95
Modelo de espaço de trabalho do PDNA (baseado na web)	96
Exemplo de modelo 1: Relatório e estratégia de recuperação PDNA	97
Exemplo de modelo 2: Tabela para apresentar necessidades de recuperação	109
ANEXOS	117
Anexo 1. Declaração conjunta sobre avaliações pós-crise e planeamento de recuperação	119
Anexo 2. NU-BM Quadro de parceria para situações de crise e pós-crise	122
Anexo 3. GNUD-BM Anexo operacional pós-crise	125

ACRÔNIMOS

BBB	<i>Build-back-better</i> - Reconstruir melhor
CAP	<i>Consolidated Appeal Process</i> - Processo de Apelo Consolidado
CCA	<i>Common Country Assessment</i> - Avaliação do País Comum
DaLA	<i>Damage and Loss Assessment</i> - Avaliação de Danos e Perdas
DRR	<i>Disaster Risk Reduction</i> - Redução de Riscos de Catástrofe
EC	<i>European Commission</i> - Comissão Europeia
ECLAC/CEPAL	Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe
UE	União Europeia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
PIB	Produto Interno Bruto
HCT	Equipa Humanitária no País da NU
HRNA	Avaliação de Necessidades de Recuperação Humana
IFIs	Instituições Financeiras Internacionais
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
FFDM	Fundo Fiduciário de Doadores Múltiplos
ONG	Organização Não Governamental
OCHA	Gabinete da ONU para a Coordenação dos Assuntos Humanitários
PDNA	Roteiro de Avaliação e Recuperação de Necessidades Pós-Catástrofe
DERP	Documento de Estratégia de Redução da Pobreza
RBPF	Quadro de Planeamento Baseado em Resultados
TDR	Termos de Referência
UN	Nações Unidas
ONUSIDA	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV / SIDA
UNCT	Equipa de País das Nações Unidas
UNDAF	Quadro de Assistência ao Desenvolvimento das Nações Unidas

ACRÔNIMOS

GNUD	Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUD-BCPR	PNUD - Gabinete de Prevenção de Crises e Recuperação
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
UN-HABITAT	Programa das Nações Unidas para Habitação
UNICEF	Fundação das Nações Unidas para a Infância
BM	Banco Mundial
PAM	Programa Alimentar Mundial
OMS	Organização Mundial da Saúde

CAPITULO 1
INTRODUCTION TO THE PDNA GUIDE

1.1 - INTRODUÇÃO

O cenário pós-catástrofe é um ambiente complexo e exigente, onde a tarefa mais urgente é avaliar prontamente as necessidades humanitárias e prestar assistência de emergência às pessoas afectadas. Além disso, é necessário avaliar as perdas e os danos causados pela catástrofe e o desenvolvimento de um plano de recuperação abrangente para um processo de desenvolvimento sustentável onde a redução de riscos em face de catástrofes é explicitamente considerada. Para desafios que um país afectado por uma catástrofe muitas vezes requer o apoio de uma ampla gama de atores nacionais e internacionais. No passado, esse processo foi caracterizado por uma multiplicidade de avaliações paralelas de necessidades e exercícios realizados pelos respectivos grupos, agências e doadores. Tipicamente, tais avaliações variavam em alcance e rigor e seriam realizadas em diferentes etapas durante as fases de resposta e recuperação.

Isto levou ao reconhecimento da necessidade de construir parcerias fortes e reforçar a coordenação para melhorar a resposta pós-catástrofe. Em 2008, a União Europeia (UE), o Banco Mundial (BM) e o Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (GNUM) concordaram em mobilizar os membros das instituições e recursos para harmonizar os métodos de avaliação pós-catástrofe para melhor apoiar os governos e as populações afectadas com uma abordagem coordenada. O presente volume do Guia de Avaliação de Necessidades (PDNA) representa um resultado significativo da abordagem coordenada.

O Guia PDNA foi desenvolvido como uma plataforma comum para a parceria e uma acção coordenada na avaliação pós-catástrofe e no planeamento de recuperação. Visa harmonizar o processo e os métodos utilizados pelas Nações Unidas, pela UE e pelo Banco Mundial para avaliar, planear e mobilizar apoios para a recuperação de países e populações afectadas por catástrofes.

O guia foi desenvolvido por pessoal proveniente de agências das Nações Unidas, da UE e do BM durante a implementação de uma série de acordos institucionais sobre a cooperação pós-crise.

As cópias desses acordos estão incluídas nos anexos abaixo.

Eles são:

- **A Declaração Conjunta sobre Avaliações Pós-Crise e Planeamento de Recuperação, assinada em 25 de Setembro de 2008 pelo Comissário Europeu, o Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em nome do GNUM e pelo Vice-Presidente de Política Operacional e Serviços no País do Banco Mundial**
- **O Quadro de Parceria das Nações Unidas e do Banco Mundial para situações de crise e pós-crise** assinado em 24 de Outubro de 2008 pelo Secretário-Geral da ONU e pelo Presidente do Banco Mundial
- **O Anexo Operacional de Pós-Crise do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas-Banco Mundial assinado** em 24 de Outubro de 2008, pelo Director-geral do Banco Mundial e pelo Administrador do PNUD em nome do GNUM.

O Guia PDNA constitui um esforço conjunto para esclarecer os procedimentos PDNA. Como tal, é um documento de trabalho que será expandido, melhorado e actualizado continuamente através da colaboração entre agências da UE, do Banco Mundial e da ONU, os governos, parceiros e das comunidades afectadas por catástrofes com base nas experiências adquiridas com a implementação do PDNA. Os comentários sobre o Guia PDNA podem ser inseridos nos seguintes sites:

- <http://www.recoveryplatform.org/pdna>
- <https://www.gfdrr.org/>
- http://ec.europa.eu/echo/policies/needs_en.htm
http://www.eeas.europa.eu/index_en.htm
- <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/crisis-prevention-and-recovery.html>

1.2 - OBJETIVO DO GUIA DO PDNA

A finalidade abrangente do Guia PDNA é proporcionar um melhor apoio aos governos na recuperação pós-catástrofe, nas avaliações e no planeamento através de uma abordagem mais coordenada. O objetivo mais imediato do Guia é proporcionar um quadro acordado e disposições previsíveis para um apoio coordenado eficaz e eficiente da UE, da ONU e do Banco Mundial aos governos que solicitem assistência internacional para a recuperação e reconstrução pós-catástrofe. Para isso, o Guia fornece um guia prático, orientado para a acção e fácil de usar nas seguintes áreas críticas para:

- *Apresentar normas mínimas comuns* em relação à qualidade, fiabilidade e abrangência;
- *Facilitar a tomada de decisões e acções rápidas* pelas partes interessadas;
- Fornecer uma abordagem de avaliação e planeamento; *previsível e coerente*;
- Contribuir para a produção de *estimativas objectivas e abrangentes* das necessidades
- Contribuir para *uma resposta profissional eficiente* da comunidade internacional;
- Contribuir para uma abordagem *mais eficaz em termos de custos*, trabalhando para a coordenação, reduzindo as sobreposições;
- Melhorar a *credibilidade* das avaliações e estratégias de recuperação;
- Melhorar as *oportunidades de financiamento* para recuperação e reconstrução.

Este Guia PDNA é concebido como uma *abordagem compartilhada e uma plataforma comum para análise e acção* para realizar o PDNA e iniciar o processo de planeamento de recuperação. O Guia abrange as diversas avaliações e técnicas de planeamento aplicadas pelas agências da ONU e o método de avaliação de danos, perdas e necessidades desenvolvido pela Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e aplicado pelo BM.

O Guia baseia-se nos métodos existentes para avaliar o impacto das catástrofes. Facilita um processo de avaliação abrangente que captura o impacto das catástrofes sobre as pessoas, as comunidades, a sociedade civil e os governos, bem como sobre os bens físicos e a infra-estrutura do país. Utilizando esses resultados de avaliação, o Guia ajuda a identificar as necessidades de recuperação de uma perspectiva humana, sócio-cultural, económica e ambiental, o que, por sua vez, ajuda a desenvolver uma estratégia de recuperação para atender às necessidades de recuperação de forma abrangente e sustentável.

1.3 – PÚBLICO - ALVO

13.0530 Guia PDNA destina-se principalmente a ajudar os profissionais que participam no planeamento e na implementação de PDNA,

E aos gestores que são responsáveis por dirigir e coordenar o processo de PDNA. Especificamente, destina-se a:

- Funcionários superiores do governo responsáveis por declarar uma catástrofe e solicitar cooperação internacional para uma avaliação nacional da catástrofe e os esforços de recuperação e reconstrução.
- Gestores seniores de agências multilaterais na sede e no país que seriam obrigados a responder ao pedido de um governo para organizar e coordenar uma avaliação, resposta e recuperação pós-catástrofe. Isto incluiria o Coordenador Humanitário (HC) / Coordenador Residente (RC), Equipas do País das Nações Unidas, Representantes de agências das Nações Unidas, o Banco Mundial e a UE, bem como as unidades, os departamentos ou serviços directamente relacionados com a gestão pós-catástrofe, além da fase humanitária.
- Funcionários do governo em todos os ministérios sectoriais com responsabilidades de resposta a catástrofes, recuperação e redução de riscos.

- Pessoal técnico das agências multilaterais na sede e no país com responsabilidades na área pós-catástrofe, na avaliação, resposta e no planeamento de recuperação, que podem estar envolvidos na avaliação.
- A sociedade civil e outras partes interessadas nacionais que têm um papel no PDNA e no planeamento da recuperação.

O Guia também pode ser útil a outros funcionários governamentais, ONGs, líderes locais, voluntários e funcionários e consultores a nível nacional e internacional envolvidos na gestão de emergência e recuperação.

O Volume A do Guia destina-se a facilitar o planeamento e a organização do PDNA. Este Volume introduz o Guia e apresenta a abordagem de avaliação. Ele também descreve o processo e as etapas para a realização de um PDNA. Este volume seria, portanto, mais útil para altos funcionários do governo e representantes de instituições multilaterais responsáveis pela organização do PDNA.

O Volume B fornece um guia técnico para avaliações específicas do sector e seria mais útil para peritos técnicos que participam na avaliação.

1.4 - LIMITAÇÕES

O Guia PDNA não pretende substituir as metodologias de avaliação mais elaboradas desenvolvidas e utilizadas pelas agências da ONU ou pelo BM. Reconhece que uma avaliação e um planeamento mais aprofundados, para além do âmbito de um PDNA podem ser necessários para que as agências, os doadores e as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) desenvolvam as suas estratégias e programas de recuperação individual, particularmente os que são específicos do sector.

Além disso, o Guia não se destina a ser detalhado e abrangente, nem é um documento prescritivo. Em vez disso, fornece uma abordagem abrangente e orientação para a avaliação e iniciação do processo de planeamento de recuperação que seria útil para um público mais alargado.

Em particular, os processos e procedimentos recomendados no Capítulo 3 do Guia destinam-se a ilustrar uma possível forma de manter a coordenação inter-agências durante o processo PDNA com outras partes interessadas, nomeadamente o país afectado, o Banco Mundial e a UE, as boas práticas anteriores de instâncias de resposta às catástrofes. Estes procedimentos devem ser aplicados de forma flexível, dependendo do contexto do país e da natureza do pedido de um governo para envolvimento internacional.

1.5 - ORGANIZAÇÃO DO GUIA

Actualmente, o Guia PDNA consiste de dois Volumes: Volume A e Volume B.

Volume A é composto por três capítulos e um kit de ferramentas:

- O Capítulo 1 é uma introdução ao Guia, descreve os objectivos, os resultados e os princípios para a participação e a coordenação da avaliação.
- O Capítulo 2 fornece o quadro para uma abordagem comum da avaliação e planeamento, bem como orientações sobre o desenvolvimento de uma estratégia de recuperação baseada nos resultados da avaliação.
- O Capítulo 3 fornece orientação sobre o processo PDNA. Isto inclui sugestões sobre medidas para activação, preparação e implementação de um PDNA. O capítulo inclui uma secção com um breve guia para o Governo e uma secção mais pormenorizada para os parceiros tripartidos.

O Kit de Ferramentas no Volume A:

- Fornece instrumentos práticos para apoiar o processo de PDNA. Inclui os exemplos dos Termos de Referência (TdR) que podem ser prontamente usados para as equipas de avaliação envolvidas no PDNA, e os modelos para facilitar o processo de PDNA, como para a produção final do Relatório de PDNA e a estratégia de recuperação. Estes podem ser adaptados a cada contexto conforme necessário.

O Volume B contém capítulos que oferecem orientação para avaliações de necessidades específicas do sector, como a seguir se indica:

- Sectores Sociais: Habitação e Assentamentos; Educação; Saúde; Cultura; e Nutrição;
- Sectores produtivos: Agricultura, pecuária, pesca e silvicultura; Emprego e Meios de subsistência; Indústria, Comércio e Negócios, Turismo;
- Sectores de Infra-estrutura: Água, saneamento e higiene (WASH); Infra-estruturas comunitárias; Energia e electricidade; Transportes e telecomunicações;
- Sectores / Temas Transversais: Redução do Risco de Catástrofes (DRR); Governança; Meio Ambiente; Género; HIV / AIDS e Idade.

Os capítulos sobre os vários sectores seguiriam uma estrutura comum captando os elementos centrais do PDNA descritos neste volume. No entanto, embora os sectores sigam essa estrutura comum, cada sector tem os seus instrumentos e metodologias de avaliação específicos do sector desenvolvidos pelo Banco Mundial e agências especializadas da ONU pertinentes às necessidades do sector em particular. A utilização destas metodologias no contexto de um PDNA é realizada de modo a assegurar que os seus resultados são compatíveis e harmonizados para que possam ser adicionados a um único resumo integrado de danos, perdas e necessidades em todos os sectores envolvidos.

1.6 - OS OBJETIVOS DE UM PDNA

O objetivo principal da realização de um PDNA é auxiliar os governos a avaliarem toda a extensão do impacto de uma catástrofe no país e, com base nestas descobertas, produzir uma Estratégia de Recuperação accionável e sustentável para a mobilização de recursos financeiros e técnicos. E, se necessário, solicitar cooperação e assistência externa adicionais para implementá-la, tendo em conta as capacidades financeiras, técnicas e institucionais do país afectado, Mais especificamente, um PDNA estabelece os seguintes objectivos:

- Apoiar avaliações lideradas pelos países e iniciar processos de planeamento de recuperação através de uma plataforma inter-institucional coordenada que integre os esforços concertados do sistema das Nações Unidas, da UE, do Banco Mundial, de outros doadores internacionais participantes, instituições financeiras e ONG;
- Avaliar o efeito da catástrofe em:
 - prestação de serviços e acesso a bens e serviços em todos os sectores, nomeadamente a disponibilidade de serviços básicos e a qualidade da prestação de serviços;
 - governança e os processos sociais;
 - avaliar a necessidade de abordar os riscos e vulnerabilidades subjacentes, de modo a reduzir o risco e reconstruir melhor (BBB).
- Identificar os danos e perdas causados pela catástrofe às infra-estruturas físicas, aos sectores produtivos e à economia, incluindo uma avaliação das suas consequências macroeconómicas;
- Identificar todas as necessidades de recuperação e reconstrução;

- Desenvolver a Estratégia de Recuperação definindo as necessidades prioritárias, as intervenções de recuperação, os resultados esperados e os custos da recuperação e reconstrução que constituiriam a base para um Quadro de Recuperação abrangente;
- Fornecer a base para mobilizar recursos para recuperação e reconstrução através de fontes locais, nacionais e internacionais.

O Guia PDNA inclui os principais elementos do método DaLA (*Damage and Loss Assessment*) e a abordagem de Avaliação de Necessidades de Recuperação Humana (HRNA) e o processo para uma avaliação abrangente de danos, perdas e necessidades, o que levaria ao desenvolvimento de uma Estratégia de Recuperação. Uma vez que a estratégia de avaliação e recuperação desenvolvida durante o PDNA é concluída num período relativamente curto, ela requer um planeamento de recuperação mais abrangente, particularmente no caso de catástrofes em larga escala. Isto é feito através do desenvolvimento de quadros de recuperação nacionais.

O diagrama abaixo ilustra os sectores típicos que são avaliados no PDNA.



1.7 - OS RESULTADOS DE UM PDNA

O PDNA produz os seguintes quatro resultados principais:

- Um relatório de avaliação consolidado, com base em relatórios sectoriais, apresentando o efeito e impacto global da catástrofe em cada sector, as necessidades de recuperação de cada um, bem como o impacto explícito em temas transversais, com perspectiva de género, considerações ambientais, redução de risco, e governança.
- Uma estratégia de recuperação que define a visão para a recuperação nacional; fornece uma estratégia para acções de recuperação dentro de cada sector e região afectada, com objectivos e intervenções claras; Orienta para os resultados esperados; E define o prazo, bem como o custo para o processo de recuperação.
- Fornece a base para a mobilização de recursos de apoio à recuperação do país, incluindo uma conferência de doadores, quando necessário.
- Fornece um esboço para um mecanismo de implementação liderado pelo país para a recuperação.

1.8 - PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Todos os PDNAs seriam guiados pelos seguintes princípios fundamentais:

- Aderir aos princípios fundamentais do humanitarismo, imparcialidade e neutralidade.
- Reconhecer a apropriação nacional do PDNA e assegurar que este seja um processo com base na procura e liderado pelos países, com a maior liderança possível e envolvimento das autoridades nacionais na avaliação, no planeamento e na implementação da recuperação, dos mais altos níveis políticos aos níveis locais e ao nível de conhecimento técnico.
- Apoiar a apropriação local e o máximo envolvimento possível das autoridades locais e organizações de base comunitária no planeamento e execução de recuperação e na criação de capacidades específicas, quando necessário.
- Fornecer coordenação em todas as fases do processo e a todos os níveis, assegurando a colaboração e a parceria entre a ONU, o Banco Mundial e a UE, bem como com o Governo Nacional, os doadores, as ONGs, a sociedade civil e outras partes envolvidas no PDNA.
- Garantir uma equipa, um processo, uma saída.
- Aderir ao princípio de *Primum non nocere* – ‘Primeiro, não prejudicar’ -- garantindo que o processo não tem um efeito prejudicial na ajuda de emergência às populações afectadas e no país.
- Adoptar uma abordagem sensível aos conflitos e garantir que a avaliação não exacerba as tensões existentes e que a estratégia de recuperação toma em consideração potenciais conflitos relacionados com catástrofes.
- Apoiar e reforçar as capacidades nacionais e locais para liderar e gerir a recuperação e a reconstrução.
- Assegurar a transparência e a responsabilização no processo PDNA, bem como na recuperação e reconstrução pós-catástrofe.
- Integrar as medidas de RRC no processo de recuperação para aumentar a resiliência das populações afectadas e dos países em relação a futuras catástrofes.
- Desenvolver um plano de recuperação que resolva a lacuna criada pela catástrofe e que efectivamente ajude as pessoas a reconstruir melhor e reduzir riscos futuros sem expandir as necessidades e prioridades de recuperação num plano de desenvolvimento completo que vá além da catástrofe.

- Assegurar a participação da população afectada na avaliação das necessidades e prioridades, no processo de recuperação, ao mesmo tempo que presta apoio aos seus esforços de recuperação espontânea.
- Com uma perspectiva de género, concentre-se nas secções mais vulneráveis, incluindo famílias chefiadas por mulheres, crianças, órfãos, sem-terra, pessoas com necessidades especiais, jovens e idosos.
- Promover a igualdade para prevenir qualquer tipo de discriminação por motivos de raça, cor, nacionalidade, ideologia, sexo, etnia, idade, língua, religião, deficiência, propriedade e nascimento, entre outros.
- Questões transversais principais, tais como género, meio ambiente, governança, direitos humanos, hiv / aids, entre outros.
- Recuperação do solo pelos princípios do desenvolvimento sustentável.
- Desenvolver estratégias de desenvolvimento nacional conforme necessário.
- Monitorizar, avaliar e aprender com a prática.
- Completar a avaliação em tempo hábil para capitalizar sobre a janela de oportunidade limitada para começar as iniciativas de recuperação, mobilização de recursos e construção de resiliência.

1.9 - PARTICIPAÇÃO E COORDENAÇÃO

O PDNA é um processo inclusivo, governamental e de propriedade do governo, que se baseia na capacidade e experiência dos atores nacionais e internacionais. Portanto, a participação e coordenação são essenciais para o processo de avaliação e no desenvolvimento de uma estratégia de recuperação.

Para garantir um processo de propriedade liderado pelo governo, recomenda-se que os representantes governamentais de ministérios relevantes participem activamente em todos os níveis, em ambas as equipas técnicas e de gestão. Isso incluiria a sua liderança de Alto Nível e coordenação para outros sectores mais abaixo.

Recomenda-se que a Equipa de Alto Nível, que inclua a participação da UE, do BM e da ONU, seja liderada pelo Governo Nacional. A Equipa de Alto Nível seria apoiada por uma Equipa de Coordenação e equipas sectoriais. Além disso, o processo PDNA deve envolver a participação da população afectada, das autoridades locais, da sociedade civil e do sector privado na avaliação das necessidades e prioridades de recuperação e na elaboração da Estratégia de Recuperação.

Além disso, o PDNA pode envolver todos os outros atores internacionais relevantes, incluindo a Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e outras ONGs, e os doadores, quando apropriado. É importante que todas as partes interessadas nacionais e internacionais participem em todas as fases do processo de avaliação, incluindo o desenvolvimento da Estratégia de Recuperação. É desejável ter um envolvimento do doador no PDNA, uma vez que este envolvimento do doador traz experiência internacional para a avaliação

Exemplo ilustrativo de atores nacionais e internacionais participantes do PDNA

Atores Nacionais

Atores Internacionais

-
- | | |
|--|---|
| ▪ Gabinete Presidencial ou equivalente | ▪ UE |
| ▪ O Ministério das Finanças | ▪ BM e outras IFIs |
| ▪ O Ministério do Plano ou equivalente | ▪ Agências da ONU |
| ▪ Ministérios da Tutela | ▪ Outros doadores bilaterais |
| ▪ Protecção civil | ▪ ONGs internacionais |
| ▪ Governadores, senadores e administradores municipais | ▪ Organizações Internacionais Regionais |
| ▪ Cruz Vermelha Nacional | |
| ▪ ONGs nacionais | |
| ▪ Organizações da sociedade civil | |
| ▪ Organizações comunitárias | |
| ▪ População afectada | |
| ▪ Sector privado | |
-

CAPITULO 2

REALIZAR A PDNA

2.1 - INTRODUÇÃO: A ABORDAGEM DA PDNA

O PDNA é uma abordagem para analisar os efeitos de catástrofes e o impacto de catástrofes com a finalidade de identificar as necessidades de recuperação, definidas de uma perspectiva humana, sócio-cultural, económica e ambiental. Trata-se de uma abordagem partilhada pelo Banco Mundial, a UE, o sistema e as agências das Nações Unidas. É um processo integrado que incorpora uma colecção de métodos analíticos, ferramentas e técnicas que foram desenvolvidas para avaliações pós-catástrofe e o planeamento de recuperação, garantindo a comparabilidade e homogeneidade de sector a sector na definição dos seus conceitos básicos de danos, perdas e reconstrução e recuperação pós-catástrofe. Este serve como uma plataforma comum para análise e acção, com elementos comuns que tecem metodologias sectoriais numa única abordagem, fornecendo assim uma visão abrangente das condições pós-catástrofe e as necessidades e prioridades distintas dos diferentes sectores, grupos sociais e subgrupos. Este capítulo fornece um guia sobre os principais elementos comuns que são avaliados durante um PDNA.

O PDNA inclui:

- A recolha de dados de base pré-catástrofes para comparar com as condições pós-catástrofe, a fim de avaliar a magnitude e escala da catástrofe;
- A avaliação dos efeitos de catástrofes e dos impactos de catástrofes em cada sector para determinar as necessidades globais de recuperação;
- A priorização destas necessidades de recuperação através de uma Estratégia de Recuperação;
- Uma estratégia de recuperação que define objectivos claros e intervenções adequadas para atender às necessidades de recuperação de prioridade, os resultados esperados e o resultado global e, finalmente, descreve as modalidades de execução.

O PDNA segue uma abordagem de recuperação humana - que é uma abordagem centrada nas pessoas. A dimensão da recuperação humana é guiada pelo conceito de desenvolvimento humano, ou seja, medidas para restaurar as capacidades das pessoas para que alcancem todo o seu potencial de modo a atingirem vidas produtivas e criativas de acordo com suas necessidades e interesses. As pessoas necessitam de um acesso equitativo a meios de subsistência seguros, serviços de saúde, abrigo e terra, segurança, liberdade, vida comunitária e outros serviços de qualidade de vida essenciais para a recuperação e desenvolvimento humano. Igualmente importantes são as capacidades humanas, e as dos governos, que devem ser capacitadas e fortalecidas para ajudá-los a recuperar e enfrentar os desafios adicionais.

A recuperação humana baseia-se na criação de um ambiente propício para mulheres e meninas, homens e meninos, comunidades, bem como todos os subgrupos da população, e os governos para se recuperar do impacto das catástrofes. Concentra-se nas comunidades e populações afectadas; Avalia o impacto de uma catástrofe no desenvolvimento humano; E determina as actividades de recuperação a curto, médio e longo prazo que são necessárias para restaurar e, quando possível, melhorar o status pré-catástrofe do desenvolvimento humano.

A *abordagem centrada nas pessoas* para avaliação pós-catástrofe e recuperação incide sobre os seguintes elementos:

- O impacto das catástrofes sobre o desenvolvimento humano.
- As necessidades e prioridades distintas de mulheres, raparigas, rapazes e homens de todas as idades e subgrupos das populações afectadas através do envolvimento das partes interessadas.
- A participação das partes interessadas no seu próprio processo de recuperação.
- O reconhecimento e o apoio aos esforços de recuperação espontânea da população afectada.
- A consideração dos aspectos sócio-culturais de recuperação de catástrofes, além dos imperativos económicos.
- As medidas para construir comunidades e sociedades resilientes.

2.2 - OS ELEMENTOS PRINCIPAIS DO PDNA

No seu núcleo, o PDNA consiste em quatro elementos principais:

- 1.1. A recolha de informação de base.
- 1.2. A avaliação dos efeitos de catástrofes.
- 1.3. A avaliação dos impactos de catástrofes.
- 1.4. A Estratégia de Recuperação, determinar as necessidades de recuperação do sector.

Tudo isso é compilado e consolidado no Relatório PDNA. Cada um destes elementos é descrito em detalhe nas secções seguintes.

1. INFORMAÇÕES DE BASE: O primeiro passo é examinar as condições gerais antes da catástrofe - social, económico, cultural e políticas - que servem de base para comparação com condições pós-catástrofes no país afectado.

2. A AVALIAÇÃO DO EFEITO DE CATÁSTROFES: O *efeito* das catástrofes é determinado através da avaliação de cinco elementos principais:

- 1) **Danos à infra-estrutura e ativos físicos:** A quantificação e o valor monetário das infra-estruturas do sector público e privado e dos bens destruídos no catástrofe.
- 2) **Perdas económicas:** A estimação das perdas em termos de fluxos económicos; medir as mudanças na produção dos sectores produtivos da economia devido à catástrofe e o impacto, se houver, sobre a estrutura operacional e de custos da entrega de bens e serviços.
- 3) **Interrupção do acesso a bens e serviços:** Avaliação dos efeitos de catástrofes na prestação de serviços, A disponibilidade e qualidade dos serviços e o acesso da população aos bens e serviços necessários para sustentar vidas e meios de subsistência.
- 4) **Perturbação da governança e dos processos sociais:** Avaliação dos efeitos de catástrofes nos processos sociais e de governança.
- 5) **Aumento dos riscos e vulnerabilidades:** Avaliação dos riscos aumentados como resultado da catástrofe e Quais as ameaças adicionais ou condições de deterioração que aumentam as vulnerabilidades das pessoas.

3. A AVALIAÇÃO DO IMPACTO EM CATÁSTROFES: O *impacto* das catástrofes é determinado através da avaliação de dois elementos principais:

- **Impacto económico nos níveis macro e micro:** A estimativa dos efeitos prováveis da catástrofe sobre o desempenho económico e os desequilíbrios macroeconómicos temporários que podem surgir, bem como seus variados impactos sobre o rendimento pessoal e familiar e o emprego em todos os sectores.
- **Impacto do desenvolvimento humano:** Os impactos da catástrofe sobre a qualidade da vida humana a médio e longo prazo.

4. A ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO: A avaliação dos *efeitos* das catástrofes e dos impactos das catástrofes define colectivamente as necessidades de recuperação. As necessidades assim identificadas constituem a base para a determinação das intervenções de recuperação, recuperação e reconstrução a médio e longo prazo através de uma estratégia de recuperação.

O diagrama abaixo ilustra como os elementos centrais da avaliação contribuem para o desenvolvimento da Estratégia de Recuperação.

Estratégia de Recuperação Mobilização de recursos e Mecanismo de implementação

Elementos principais

Abordagem da avaliação

Efeito de catástrofe

- 1) Danos à infra-estrutura e ativos físicos em todos os sectores, produtivos e sociais.
- 2) As perdas em todos os sectores associados aos fluxos de produção, fornecimento de todos os sectores, bem como as restrições de procura.
- 3) Perturbação da prestação de serviços e do acesso a bens e serviços.
- 4) Perturbação da governança e dos processos sociais.
- 5) Aumento dos riscos e vulnerabilidades e impacto ambiental.

Impacto de catástrofe

Elementos-chave

- 1) Impacto macroeconómico
- 2) Impacto sobre el desarrollo humano y social

2.2.1 – Informação de Base

As informações de base antes da catástrofe incluem dados nacionais, socioeconómicos, demográficos e geográficos relevantes para as áreas afectadas, incluindo indicadores de desenvolvimento tais como: taxas de alfabetização, desnutrição e insegurança alimentar, pobreza, acesso a instalações de água potável e saneamento, instalações educativas e matrículas escolares e a incidência de doenças transmissíveis, entre outras. Sempre que possível, todos os dados relevantes devem ser desagregados por sexo, idade, etnia ou características culturais / religiosas, caso sejam relevantes para a identificação de vulnerabilidades e oportunidades específicas que as mulheres, raparigas, rapazes e homens, e diferentes grupos étnicos e culturais / religiosos podem encontrar, e que necessitam de ser resolvidos pós-catástrofe.

Os dados de base são fundamentais para determinar o impacto global da catástrofe em todos os sectores, incluindo o seu desenvolvimento³. Os dados de base também contribuem para a análise da vulnerabilidade e para o entendimento das causas da catástrofe. Isso, por sua vez, contribui para o planeamento de uma recuperação eficaz e resiliente. As equipas sectoriais recolhem condições de referência pré-catástrofe pertinentes ao seu sector.

Nas situações em que os dados de base não estão disponíveis nos inquéritos do Censo, ou nos relatórios locais, pode ser necessário estimar os dados de base com base em discussões com informadores-chave. Também podem ser dados básicos com base em impressões visuais de áreas não afectadas e a sua comparação com as áreas afectadas, desde que existam dados georreferenciados correspondentes às imagens. Em certas situações, onde as imagens de situações pré-catástrofe estão disponíveis, essas imagens podem ser interpretadas para desenvolver dados de base.

Geralmente, as informações recolhidas incluem o seguinte:

- Informação demográfica, socioeconómica, geográfica, étnica e cultural pré-catástrofe;
- Dados pré-catástrofe para cada sector;
- Natureza e extensão dos perigos, vulnerabilidades e riscos antes da catástrofe;
- Planos de desenvolvimento nacionais - bem como regionais (ou locais), metas socioeconómicas a curto prazo e estratégias de redução da pobreza.

A tabela abaixo fornece um exemplo ilustrativo do tipo de dados de linha de base recolhidos para o PDNA.

³ Consulte a secção abaixo para mais informações sobre as linhas de base para avaliar o impacto sobre o desenvolvimento humano.

Exemplo ilustrativo de dados recolhidos de pré-catástrofe e pós-catástrofe

Tipo de Dados	Fonte de Dados (sem nenhuma ordem específica)
População Total	Censo populacional mais recente
densidade populacional por quilómetro quadrado	inquérito aos agregados familiares mais recente
Idade 0-14	
Idade 15-59	
Idade 60 e Mais	
Rural / Urbano	
Agregados chefiados por homens / mulheres	
Taxa de alfabetização (15-24 anos) (feminino / masculino)	
Esperança de vida (feminino / masculino)	
Índice de pobreza humana	Relatórios de Desenvolvimento Humano ou outras Estimativas internacionais
Índice de desenvolvimento humano	Relatórios de Índice de Desenvolvimento Humano
Pobreza urbana	Relatórios económicos, sociais e financeiros de Pobreza Urbana
Pobreza rural	Relatórios económicos, sociais e financeiros de Pobreza Rural
Rendimento per Capita	Inquéritos anuais económicos e sociais
Taxa de Mortalidade Infantil	Relatórios de Desenvolvimento do Milénio ou indicadores sectoriais dos Ministérios relevantes
Taxa de mortalidade materna	Relatórios de Desenvolvimento do Milénio, ou indicadores sectoriais dos Ministérios relevantes
	Mapas gerais do país e áreas afectadas
	Imagens de satélite com dados georreferenciados
	Relatório anual de utilitários
	Previsões de produção
	Relatórios económicos e financeiros

As informações sobre os requisitos de base sectorial estão incluídas nas notas de orientação do sector.

2.2.2 – Efeitos da Catástrofe

Danos na Infra-estrutura e nos Ativos Físicos

O PDNA calcula a destruição total ou parcial de ativos físicos e infra-estrutura nas áreas afectadas, em medidas de unidades físicas para todos os sectores. Isso inclui:

- Infra-estruturas sociais, tais como o número de casas, instalações de educação e saúde, edifícios governamentais, infra-estruturas comunitárias, centros culturais e religiosos;
- Infra-estrutura básica, como transportes e comunicações (estradas, pontes, portos, aeroportos e linhas férreas, entre outros), sistemas de água e saneamento, sistemas de irrigação, geração, distribuição e fornecimento de energia;
- Sectores produtivos, como infra-estrutura agrícola, instalações industriais e comerciais e negócios, incluindo indústrias de turismo e de serviços;
- Além disso, quantifica os ativos físicos danificados ou destruídos nos edifícios e infra-estruturas, tais como mobiliário e equipamentos, máquinas agrícolas e ferramentas, entre outros;
- Estes prejuízos são avaliados, primeiro, em termos físicos (número, extensão em termos de área ou superfície, conforme aplicável) e, em seguida, em termos do seu valor monetário, expressos como custos de substituição de acordo com o preço de mercado prevalecente imediatamente antes e depois da catástrofe. Isso deve ser visto como o custo de base, pois o cálculo dos custos de reconstrução levaria em conta as alterações de preço pós-catástrofe e as melhorias associadas à redução de risco e o conceito de reconstruir melhor na preparação do Quadro de Recuperação.

Perdas Económicas

As perdas referem-se as mudanças nos fluxos económicos resultantes da catástrofe que continua até a realização da recuperação económica e reconstrução completas - em alguns casos, com duração de vários anos.

Perdas típicas incluem:

- Declínio da produção nos sectores produtivos (Agricultura, pecuária, pesca, indústria, comércio e serviços, incluindo Turismo) associados aos danos às infra-estruturas e danos patrimoniais;
- A diminuição das receitas associada à redução da procura devido à catástrofe, a uma maior produção e custos operacionais, incluindo custos mais elevados na prestação de serviços (educação, saúde, água e saneamento, electricidade, transportes e comunicações) para a população afectada no período de recuperação;
- O aumento das despesas fiscais em oposição à redução das receitas fiscais num cenário em que a procura de despesas públicas relacionadas com a catástrofe aumenta à medida que as receitas diminuem devido aos danos sofridos pelos sectores produtivos;
- As perdas são expressas em valores monetários atuais. Em alguns sectores ou áreas, a variação real dos fluxos pode não ser negativa; no sector da construção, por exemplo, as reparações imediatas, a remoção de detritos e reparação e reconstrução em grande escala aumentariam as actividades deste sector. Por outro lado, essas despesas extraordinárias seriam uma perda ou um custo não orçamentado pelo sector afectado em termos de despesas inesperadas para atender às necessidades de emergência.

Interrupção da prestação de serviços sociais e do acesso a bens e serviços

O PDNA avalia o efeito da catástrofe na prestação de serviços em todos os sectores sociais e grupos populacionais relevantes, em particular a disponibilidade de serviços básicos e a qualidade da prestação de serviços. Isto inclui serviços como educação, segurança social, habitação, cuidados de saúde, cultura, disponibilidade de água potável e instalações de saneamento básico, e serviços de administração pública fornecidos pelo sector público ou privado. As novas necessidades

por serviços ou bens resultantes da catástrofe também devem ser consideradas.

Uma diversidade de métodos e técnicas pode ser usada por equipas sectoriais para avaliar as condições de pós-catástrofe com maior profundidade e detalhe. Por exemplo, seria possível avaliar, a partir dos inquéritos aos agregados familiares, as alterações relacionadas com as catástrofes no consumo e nas despesas alimentares, bem como os níveis globais de insegurança alimentar. Seria também possível recolher e analisar dados desagregados por sexo e idade e prosseguir uma análise de género. Abaixo estão algumas considerações importantes a serem tidas em conta ao avaliar mudanças de condições pré-catástrofe, especialmente, em relação à disponibilidade e qualidade da prestação de serviços básicos:

- Avaliação sectorial de equipamentos, suprimentos, sistemas de informação e tecnologia destruídos;
- A disponibilidade ou a falta de suprimentos básicos e de produtos nos mercados. Neste caso, deve-se ter cuidado para não duplicar o que pode ter sido quantificado em termos de danos e perdas agrícolas, industriais ou comerciais;
- Concentrar-se nos grupos populacionais particularmente afectados pela falta de serviços disponíveis;
- Avaliação da infra-estrutura temporária necessária, tais como abrigo, centros de educação, abastecimento de água e energia, instalações de saúde, centros religiosos e culturais e serviços adicionais necessários como resultado da catástrofe, tais como fornecimento de energia de emergência, abrigos temporários, controle de doenças, geração de rendimentos e saneamento, entre outros;
- Pensar que os programas de prestação de serviços, tais como educação ou programas de saúde, para citar apenas alguns, precisam de ser re-adaptados;
- A disponibilidade de recursos humanos para garantir a prestação de serviços adequados, incluindo a compensação salarial para os prestadores de serviços, tais como professores e enfermeiros e para a perícia técnica adicional.

O PDNA também enfatiza a avaliação do acesso das pessoas aos bens e serviços básicos, em particular a perda de acesso ou de interrupções / constrangimentos sofridos por indivíduos, famílias e comunidades para atender suas necessidades básicas após uma catástrofe; por exemplo, as instalações de água e saneamento podem estar disponíveis, mas as estradas danificadas podem dificultar o acesso das pessoas a elas; Da mesma forma, as unidades de saúde podem existir, mas as taxas de utilização podem colocar os serviços de saúde fora do alcance de determinados grupos populacionais. Aqui, a análise concentrar-se-ia nos custos adicionais para a população (indivíduos, famílias e comunidades vistas de uma perspectiva de género) no acesso a esses bens e serviços - custos em termos de preços mais altos devido a especulação ou a problemas de suprimento por fornecedores e de tempo gasto por eles na obtenção destes nos mercados.

A inclusão de uma análise de género na avaliação facilita a compreensão dos diferentes obstáculos ao acesso encontrados por mulheres e meninas. Por exemplo, devido a razões sociais e culturais, as mulheres e as raparigas podem não ter permissão para se deslocarem para as instalações de água, saneamento ou saúde disponíveis; ou a insegurança prevalecente na área de evacuação pode significar que as mulheres e as meninas não se sentem seguras para viajar, a fim de aproveitar as instalações.

O objectivo da avaliação é garantir que as medidas necessárias sejam tomadas para restabelecer a prestação de serviços e também o acesso das pessoas aos bens e serviços básicos. As necessidades identificadas consistem nos custos adicionais incorridos pelas populações afectadas por catástrofes para o acesso aos serviços. Deve-se ter cuidado para evitar a duplicação dos custos adicionais para os prestadores de serviços - que já foram incluídos (por exemplo nos sectores produtivos) - para facilitar a igualdade de acesso das mulheres, meninas, meninos e homens, nos casos em que medidas especiais precisam ser postas em prática para garantir a igualdade de acesso para todos.

Abaixo estão exemplos de considerações fundamentais para avaliar o acesso aos bens e serviços básicos:

- Descrição de como o acesso aos serviços básicos, tais como aos mercados, ao emprego, pontos de água, cuidados de saúde, alimentação, escolas e centros culturais, entre outros é limitado, a diferenciação entre as limitações encontradas pelas mulheres / raparigas e pelos homens / rapazes;
- Restrições físicas de acesso, tais como detritos e estradas danificadas;

- Restrições não-físicas de acesso, entre as quais a perda de rendimentos, taxas de utilização, falta de material escolar e imobilidade social / cultural;
- O preço das mercadorias de base face ao poder de compra das famílias;
- O número de pessoas sem acesso a serviços básicos, por género e idade, sector e área geográfica;
- Grupos populacionais específicos particularmente afectados por acesso com perturbações, nomeadamente mulheres e raparigas em geral e / ou mulheres grávidas e lactantes, idosos, doentes crónicos e crianças não acompanhadas;
- A forma como as comunidades afectadas lidam com o acesso impedido;
- Medidas necessárias a curto e longo prazo para restabelecer o acesso das pessoas aos bens e serviços essenciais;
- Acesso a serviços especiais, entre eles alimentação escolar, saúde materna e reprodutiva, atenção psicossocial, centros religiosos e culturais;
- Concentrar-se na exclusão social e nas medidas necessárias para assegurar o acesso universal a todos os serviços básicos, sejam elas mulheres, raparigas, homens, rapazes, deficientes físicos, jovens e idosos, grupos vulneráveis da população, sem-terra ou pessoas com HIV / SIDA;
- Igualdade de oportunidades em áreas como emprego e geração de rendimentos, entre outras;
- Medidas para apoiar mecanismos de defesa positivos e para reduzir estratégias negativas.

Interrupção da Governança e dos Processos Sociais

O PDNA avalia os processos chave de governança e os processos sociais de cada sector que podem ser atingidos por uma catástrofe. Esses incluem:

- A interrupção das funções básicas da comunidade, os serviços sociais prestados por organizações comunitárias e a perturbação da vida cultural e comunitária;
- O efeito das catástrofes na gestão e organização de serviços sectoriais que apoiam a vida e os meios de subsistência;
- O efeito da catástrofe sobre as funções governamentais e sobre os funcionários públicos que perturbam os processos administrativos sectoriais;
- A avaliação das capacidades sectoriais, nacionais e locais para liderar e gerir o processo de recuperação em si.

No que se refere a esta última, é importante notar a interrupção da participação das mulheres nos fóruns de tomada de decisão em todos os níveis, bem como avaliar as oportunidades onde as mulheres podem assumir novos papéis de tomada de decisão ou onde o apoio aumentaria a participação das mulheres nas decisões centradas sobre a recuperação.

Ao fazer isso, o PDNA garante que esses importantes processos sociais e de governança sejam restaurados como parte do processo de recuperação. Abaixo estão as considerações-chave para avaliar a governança e os processos sociais:

- Descrição do impacto da catástrofe sobre os processos de administração sectoriais;
- Os impactos sobre a capacidade do sector em questão de gerir a prestação de serviços e continuar as funções de política e planeamento - impactos em termos de processos de deliberação, tomada de decisão, consulta, gestão e capacidade técnica e operacional;
- Impactos sobre a vida comunitária, coerência social e relações de poder, incluindo relações de poder de género, conflitos latentes, redes de apoio social e divisão do trabalho;
- Os encargos adicionais colocados aos governos locais e às organizações da sociedade civil como resultado da catástrofe, e as formas pelas quais eles lidam com os mesmos;

- Capacidade das autoridades do sector para liderar e gerir o processo de recuperação.

As avaliações de capacidade fazem parte dos processos sociais e de governança avaliados durante o PDNA e são particularmente importantes para o restabelecimento de funções e processos de governança e para o acesso aos serviços básicos. Um bom entendimento das capacidades também é crítico para o desenvolvimento de um plano para aumentar a capacidade de um país ou sector para se recuperar da catástrofe e avançar metas de desenvolvimento.

A avaliação da capacidade tem dois grandes objectivos:

- Conhecer a capacidade existente para liderar e implementar os processos de recuperação;
- Conhecer a capacidade existente para prestar serviços e melhorar as funções de governança.

A avaliação de capacidade ajudaria a identificar lacunas de capacidade crítica e incluiria um plano de desenvolvimento de capacidade como parte da Estratégia de Recuperação do sector. Uma avaliação de boa capacidade para a recuperação pode ajudar a planear a construção e a reforma de instituições e a criação de um ambiente propício para a prestação de serviços.

Para efeitos de recuperação pós-catástrofe é necessário avaliar a capacidade dos governos nacionais, regionais e locais, da sociedade civil, das organizações comunitárias, do sector privado e das organizações internacionais que podem contribuir para o processo de recuperação e reconstrução e as suas capacidades podem ser incluídas na Estratégia de Recuperação.

As capacidades existentes de pré-catástrofe devem servir de base para uma avaliação de capacidade e de um plano subsequente de desenvolvimento de capacidade. A avaliação deve analisar as capacidades com base na forma como foram alteradas pela catástrofe ou pelas novas necessidades de capacidade criadas pela catástrofe. A avaliação e o planeamento já realizados pelos agentes humanitários e de recuperação precoce contribuem de forma útil para a avaliação da capacidade pós-catástrofe. As capacidades são examinadas em duas grandes categorias:

- *Capacidades funcionais* Necessárias para o êxito da criação e gestão de políticas, legislações, estratégias e programas. Elas geram uma plataforma para a implementação e são fundamentais para instituições eficazes;
- *As capacidades técnicas* que se baseiam em conhecimentos profissionais específicos também precisam de ser avaliadas. As capacidades técnicas críticas nos contextos de recuperação de catástrofes incluem o conhecimento sobre a prestação de serviços em sectores específicos, por exemplo, saúde, educação, infra-estrutura, habitação, etc.

Com base nas mudanças que a catástrofe origina às capacidades funcionais e técnicas, a avaliação de capacidade examinaria as seguintes cinco categorias gerais:

- Conhecimentos e competências perdidos ou agora exigidos;
- Recursos, humanos, perdidos ou agora exigidos dadas as novas exigências materiais e financeiras;
- Sistemas de informação, gestão e comunicação necessários face às novas exigências ou destruição dos sistemas existentes;
- Autoridade jurídica, políticas e regulamentos, pois podem necessitar de correcções ou alterações devido à catástrofe;
- A prestação de contas, o acompanhamento e a elaboração de relatórios específicos para os processos de recuperação e reconstrução, dado que, durante a fase de emergência, alguns destes sistemas não são aplicados como seriam em circunstâncias normais. Isto pode dever-se a disposições legais especiais que permitem a autorização rápida, a adjudicação de contractos em situações de emergência ou devido à perturbação das instituições responsáveis por estes processos em circunstâncias normais.

Aumento dos Riscos e Vulnerabilidades

O PDNA examina os riscos e as vulnerabilidades subjacentes ao impacto da catástrofe

- riscos pré-existentes que se tornam evidentes durante a catástrofe e novos riscos e vulnerabilidades aumentados pela catástrofe. Ambos devem ser levados em conta para determinar os elementos-chave necessários para assegurar uma recuperação resiliente.

Riscos e vulnerabilidades gerados por catástrofes: Desde o início, elementos de risco presentes como resultado de catástrofes são parte integrante da avaliação. Os riscos potenciais adicionais podem incluir a proximidade das áreas de inundação ou de furacão, pessoas deslocadas internamente para áreas de maior risco, o aumento da instabilidade das encostas ou o risco elevado de inundações ao longo das bacias hidrográficas e das baixas áreas costeiras, ou mais tremores de terra com o potencial de afectar mais vidas e meios de subsistência são riscos específicos que também podem ameaçar vidas, como possíveis surtos de doenças ou desnutrição crónica se não forem tomadas as medidas necessárias. Além disso, os riscos incluem possíveis exposições à violência sexual e de género, ao trabalho infantil, ao tráfico de pessoas e a riscos de conflito que podem aumentar após as catástrofes e durante crises.

A avaliação dos riscos tem dois objectivos principais:

- Avaliar os riscos imediatos de catástrofes para evitar ameaças emergentes e / ou deterioração das condições;
- Avaliar vulnerabilidades e os factores pré-existentes que contribuíram para os danos e as perdas do sector na catástrofe actual.

Abaixo estão alguns elementos de indicadores de risco e vulnerabilidade para avaliar:

- Identificar os perigos e riscos adicionais que podem ameaçar o processo de recuperação;
- Mais deslizamentos de terra, próxima estação chuvosa, estação de furacões, mais tremores de terra, entre outros;
- Riscos ambientais;
- Riscos sócio-políticos, incluindo o risco de conflitos;
- Novas vulnerabilidades criadas pela catástrofe que podem apresentar ameaças adicionais;
- Grupos de população servidos pelo sector (económico, social, cultural, geográfico) especialmente vulneráveis ou em risco;
- Medidas de mitigação prioritárias necessárias para evitar outra catástrofe ou a uma maior deterioração das condições actuais.

Riscos pré-existentes ou subjacentes: Estes constituem os factores que contribuem para os danos e perdas incorridos em infra-estruturas e activos em vários sectores. A avaliação identifica os riscos subjacentes específicos do sector e a ausência de medidas que poderiam ter protegido os activos sectoriais e a infra-estrutura contra esses riscos. Se tomarmos o exemplo do sector de educação, a avaliação incluiria a falta de planos de preparação para as escolas, a localização das escolas em áreas de alto risco que os expunha a danos causados por catástrofes em primeiro lugar. Da mesma forma, no sector agrícola, poderia incluir a falta de tecnologias e práticas agrícolas que aumentariam a vulnerabilidade das culturas a um risco específico.

A análise incluirá também lacunas nas políticas e na capacidade institucional no planeamento de intervenções com pouca referência a riscos de catástrofes como a falta de uma política clara sobre a agricultura sustentável ou a falta de códigos de construção para as escolas. A avaliação de riscos identifica medidas para:

- Reestruturação planeada e segura de ativos e infra-estrutura do sector;
- Identificação de terrenos seguros para recuperação / reconstrução;
- Identificação de práticas e tecnologias que fortaleçam a resiliência em vários sectores;

- Mapeamento de múltiplos riscos e perigos para informar o planeamento da recuperação;
- Medidas regulamentares para restringir a reconstrução e a recuperação em zonas de risco;
- Sistemas de informação, conhecimentos técnicos (recursos humanos) e formação necessária para apoiar a reconstrução melhor.

2.2.3 – Impacto da Catástrofe

A análise de impacto de catástrofe analisa os impactos macro, a médio e longo prazo da catástrofe. Combina uma avaliação quantitativa do impacto macroeconómico da catástrofe com uma avaliação de impacto quantitativa e qualitativa sobre o desenvolvimento humano. Os elementos de cada um desses componentes do impacto de catástrofe são descritos abaixo.

O Impacto Macroeconómico

A análise do impacto macroeconómico inclui uma estimativa dos efeitos prováveis da catástrofe sobre o desempenho económico.

Mede os desequilíbrios macroeconómicos temporários que podem surgir, bem como o potencial declínio temporário do emprego, dos rendimentos e do bem-estar dos indivíduos afectados e das famílias.

Para medir o impacto em variáveis macroeconómicas, geralmente são feitas análises do desempenho pós-catástrofe do Produto Interno Bruto (PIB), da balança de pagamentos (BdP) e do sector fiscal. O impacto no PIB refere-se às repercussões negativas temporárias das perdas sobre o desempenho da economia e aos efeitos positivos na construção e outros sectores devido ao início do programa de reconstrução. O impacto dos danos sobre os investimentos brutos é medido nos anos seguintes à medida que começa a restauração ou substituição de ativos (dependendo da capacidade do sector de construção e dos recursos financeiros disponíveis).

O impacto sobre a balança de pagamentos envolve estimar o possível aumento das importações e o declínio das exportações decorrentes da catástrofe, bem como possíveis pagamentos de resseguros do exterior e doações de emergência da comunidade internacional.

A análise do impacto de catástrofes no orçamento do sector público é estimada em termos de aumento dos custos operacionais e redução das receitas; onde quer que o sector público detenha directamente empresas sectoriais, o seu orçamento iria sofrer perdas. A análise do impacto sobre o bem-estar pessoal ou familiar geralmente inclui uma estimativa do declínio do emprego e do rendimento devido às perdas sofridas nos sectores produtivo e de serviços, bem como as despesas familiares ou pessoais mais elevadas do que o normal⁴.

A tentativa de incluir uma estimativa do impacto sobre o bem-estar pessoal e familiar em contextos onde a actividade produtiva é realizada através do sector informal, agricultura de subsistência e trabalho familiar não remunerado continua a representar um desafio. Estes sectores constituem muitas vezes uma grande parte da economia afectada e têm importantes dimensões e implicações de género. Todos os esforços devem ser feitos para capturar essas informações e dados.

O Impacto do Desenvolvimento Humano

O impacto de uma catástrofe sobre o desenvolvimento humano é conhecido por persistir muito tempo após a reconstrução física estar concluída⁵. Portanto, é essencial que o impacto sobre o desenvolvimento humano seja avaliado com precisão para que as estratégias para mitigar as inversões de desenvolvimento possam ser postas em marcha. Este exercício é também crucial para estabelecer a ligação entre as medidas de recuperação e desenvolvimento a mais longo prazo. O objectivo é superar o impacto no desenvolvimento humano e que as estratégias de recuperação assegurem que o desenvolvimento, no mínimo, retorne aos níveis anteriores à catástrofe. Por conseguinte, os esforços de recuperação continuarão durante o tempo necessário até que o desenvolvimento humano seja restaurado e / ou melhorado.

⁴ Avaliação de Danos, Perdas e Necessidades: Notas de Orientação. Volume 2. O Banco Mundial. 2010.

⁵ Os impactos negativos do desenvolvimento humano dependem da natureza da catástrofe e podem incluir, por exemplo, o aumento do número de homens pobres, meninas com menos de cinco anos desnutridas, morte de mulheres no parto ou meninos em risco de trabalho infantil.

O impacto sobre o desenvolvimento humano devido a catástrofe pode ser captado como a diferença entre os níveis de desenvolvimento humano pré-catástrofe e pós-catástrofe, incluindo os défices cumulativos resultantes até que o desenvolvimento humano seja restabelecido aos níveis anteriores à catástrofe. O impacto no desenvolvimento humano é o impacto da catástrofe sobre a qualidade da vida humana a médio e longo prazo.

A natureza e a extensão da catástrofe e o seu impacto nos resultados do desenvolvimento humano devem orientar os indicadores de desenvolvimento para a avaliação. A avaliação do que está a ser medido depende do contexto e da disponibilidade desses indicadores para a área afectada. Podem ser aplicadas várias medidas para determinar o impacto do desenvolvimento incluindo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o IDH Híbrido, o IDH ajustado pela Desigualdade, o Índice de Pobreza e Índice de Desigualdade de Género. Além disso, os indicadores e metas do Plano de Desenvolvimento do Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODM) ou os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015 também podem ser usados como indicadores para o desenvolvimento humano, e como um quadro macro para a avaliação do desenvolvimento humano⁶. Por exemplo, o impacto das catástrofes sobre o desenvolvimento humano pode ser previsto a partir de indicadores, incluindo o número de crianças que frequentam a escola, o número de homens e mulheres aptos para o trabalho; O número de famílias que têm acesso a água limpa e o nível de acesso a serviços básicos como educação e cuidados de saúde.

Assim, durante o PDNA, seriam necessárias discussões para determinar quais das medidas de desenvolvimento humano disponíveis são mais aplicáveis para avaliar o impacto da catástrofe. A escolha das medidas também seria influenciada pelos dados de base disponíveis. As medidas escolhidas devem ser especificadas desde o início nos TdR para o PDNA.

As conclusões devem resumir o efeito cumulativo adicional de uma catástrofe sobre o estado de desenvolvimento humano e oportunidades para os afectados, especialmente os relativamente mais vulneráveis como as mulheres, as crianças, os idosos e deficientes. Sempre que possível, a análise deve idealmente estimar a eventual inversão do progresso do desenvolvimento como resultado da catástrofe (em número de anos). Dependendo da natureza da mesma e do seu impacto relativo, vários cenários de recuperação pós-catástrofe devem ser considerados na determinação de necessidades de desenvolvimento de curto, médio e longo prazo.

Muitas vezes, mas nem sempre, o impacto da catástrofe sobre o desenvolvimento humano pode ser expresso quantitativamente; entretanto, vários aspectos podem ser medidos em termos qualitativos, assim como o impacto psicológico resultante da mesma. Além disso, o impacto sobre direitos, dignidade, justiça e igualdade de tratamento em termos de acesso a bens e serviços é geralmente mais difícil de quantificar. A implicação quantitativa dessas necessidades expressas qualitativamente apareceria no Quadro de Recuperação como recursos alocados para prestar apoio psicológico ou aumentar a segurança; a revisão das práticas judiciais, incluindo a formação da polícia, do pessoal administrativo judiciário, bem como dos procuradores e juizes para integrar o respeito, a dignidade, a justiça e a igualdade de tratamento. Deste modo, tanto as conclusões qualitativas como as quantitativas devem ser incluídas na análise.

Note-se que a avaliação da catástrofe sobre o desenvolvimento humano ou sobre indicadores específicos dos ODM pode não ser possível em todas as catástrofes. As decisões de conduzir uma avaliação de impacto do ODM ou do Desenvolvimento Humano seriam guiadas pela escala e magnitude da catástrofe, a disponibilidade de dados para análise e a facilidade de realizar a avaliação dentro da duração do PDNA. A avaliação de impacto dos ODMs ou a avaliação do impacto no Desenvolvimento Humano pode ser feita após o PDNA e os resultados integrados numa fase posterior da Estratégia de Recuperação.

2.2.4 - A Estratégia de Recuperação

A avaliação produz um relatório sector a sector dos danos, perdas e necessidades que é então resumido numa Estratégia de Recuperação. A estratégia identifica as prioridades de recuperação, uma estrutura de custos, as partes interessadas e sugere um prazo para a recuperação. A Estratégia de Recuperação deverá ser seguida por um quadro detalhado de recuperação que inclua informação sobre as políticas e os arranjos institucionais, mecanismos financeiros, sistemas de monitorização e avaliação para a recuperação.

⁶ Na sequência das inundações no Paquistão em 2010, os ODM foram utilizados para desenvolver um quadro macro para captar o impacto da catástrofe no desenvolvimento humano.

O objectivo principal da recuperação é permitir que todas as pessoas melhorem o seu bem-estar global através da restauração dos seus bens físicos, meios de subsistência, estatuto sócio-cultural e económico. A Estratégia de Recuperação define a visão de recuperação, identifica as intervenções prioritárias, bem como os resultados e os custos de recuperação dentro de um determinado período de tempo. Fornece a ligação crítica entre os resultados da avaliação e um Quadro de Recuperação abrangente.

A Estratégia de Recuperação visa atingir os seguintes objectivos-chave:

- Mobilizar as partes interessadas para um objectivo comum.
- Facilitar a coordenação inter-institucional.
- Estabelecer parâmetros para o planeamento da acção conjunta.
- Identificar prioridades com base nos resultados da avaliação.
- Estabelecer um calendário de acções de recuperação.
- Estabelecer os princípios orientadores das boas práticas.
- Promover a apropriação nacional do processo de recuperação.
- Promover um processo de recuperação baseado em acções, participativo e inclusivo.
- Conter os fundamentos para a redução de riscos e para reconstruir melhor.
- Fornecer uma estimativa do custo da recuperação.
- Fornecer a base para um quadro de recuperação que conduza ao plano de implementação detalhado, incluindo objectivos, projectos sectoriais e parceiros, entre outros.
- Servir como uma ferramenta para a mobilização de recursos com doadores, incluindo conferências de doadores.

A Estratégia de Recuperação é desenvolvida em parceria com os mesmos atores que participam do PDNA, sob a liderança do governo nacional, em colaboração com agências da ONU, BM, doadores e ONGs. Ele fornece aos decisores, especialmente aos governos, uma quantificação e uma proposta estratégica que permitiria incorporar as intervenções sectoriais de recuperação no Quadro de Recuperação global subsequente - que, no final, se tornaria o plano de recuperação.

A Estratégia de Recuperação responde às seguintes perguntas:

- Quais são as necessidades prioritárias de recuperação da população afectada?
- Que medidas e capacidades são necessárias para revitalizar as capacidades das pessoas para restaurar todo o seu potencial para levar uma vida produtiva e criativa de acordo com as suas necessidades e interesses, incluindo a protecção contra os riscos?
- Que intervenções de recuperação irão cumprir esses requisitos, e quais são as suas necessidades de recursos gerais?
- Face ao exposto, quais são os resultados gerais pretendidos e as etapas / prazos necessários para os abordar?

Elementos da Estratégia de Recuperação

ELEMENTOS PRINCIPAIS	DESCRIÇÃO				
NECESSIDADES DE RECUPERAÇÃO	<i>Esboço das necessidades de recuperação para cada um dos componentes do efeito e do impacto da catástrofe</i>				
	1 / Para Reconstrução de ativos físicos Para restaurar serviço de entrega e acesso a bens e serviços	2 / Compensação de perdas económicas	3/ Restaurar a governança e os processos sociais	4 / Reduzir os riscos e Reconstruir melhor	
VISÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES	<i>Visão geral de recuperação e princípios orientadores acordados</i>				
PRINCIPAIS RESULTADOS SECTORIAIS	<i>Esboço dos resultados agregados do sector especificamente</i>				
	1 / Necessidades Prioritárias e Intervenção	2 / Custos de Recuperação	3 / Saídas esperadas	4 / Resultados Esperados	
DISPOSIÇÕES DE EXECUÇÃO	<i>Estratégia de execução sectorial alargada em termos de</i>				
	1/Coordenação e gestão de parcerias	2 / Temas transversais	3 / Links para o desenvolvimento	4 /Mobilização de recursos	5/Pressupostos principais e restrições

A Estratégia de Recuperação está estreitamente ligada à coordenação e ao planeamento nacional para o desenvolvimento humano e económico, de forma que os objectivos do processo de recuperação estejam alinhados com o plano de desenvolvimento global para o país. O processo de recuperação pós-catástrofe oferece a oportunidade de visitar e, em alguns casos, de actualizar os resultados de desenvolvimento desejados.

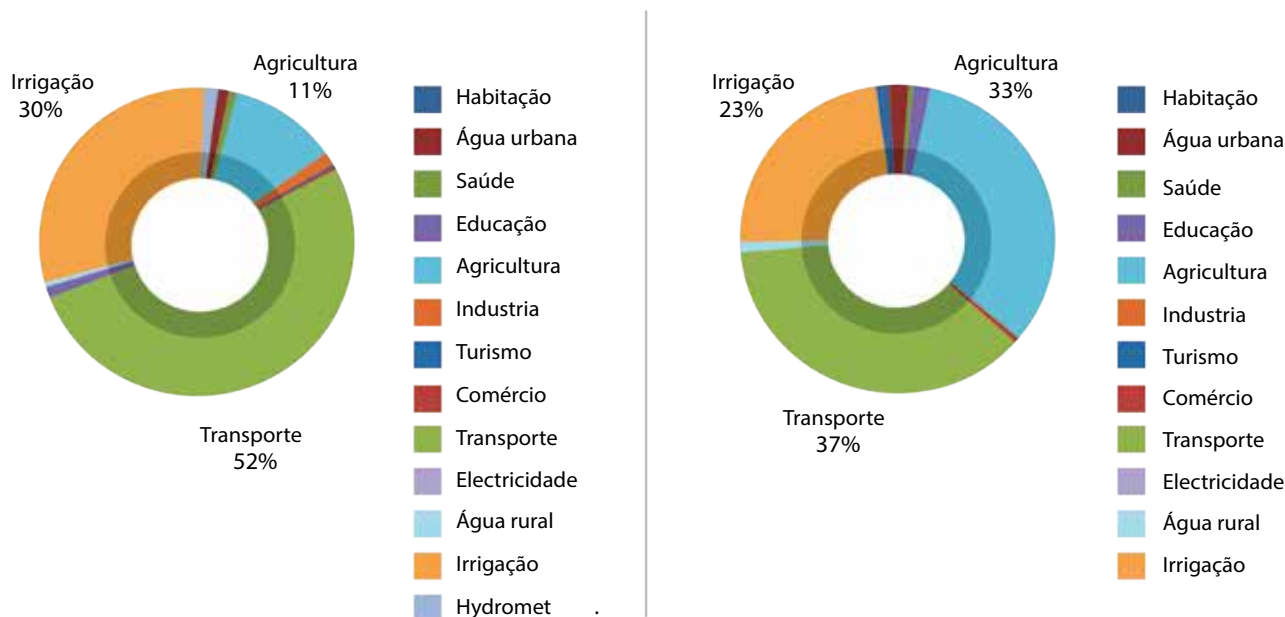
ELEMENTOS DA ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO: O diagrama acima resume os elementos-chave da Estratégia de Recuperação pós-catástrofe, cada um dos quais é descrito nas seções a seguir.

2.2.4.1 - Necessidades de Recuperação

A Consolidação e Análise de Dados

Para conceber a Estratégia de Recuperação, os dados quantitativos obtidos a partir da avaliação PDNA dos efeitos e impactos de catástrofes precisam de ser consolidados e apresentados de forma a fornecer uma imagem global de todos os sectores e áreas afectadas. O diagrama abaixo ilustra um exemplo.

Exemplo ilustrativo de dados de avaliação consolidados a nível sectorial a nível nacional



Fonte: Tufão Haima Avaliação Conjunta de Danos, Perdas e Necessidades (*Typhoon Haima Joint Damage, Losses and Needs Assessment*)(JDLNA). 2011

Ao mesmo tempo, os resultados da avaliação precisam de ser apresentados por sector e área geográfica para facilitar uma análise comparativa e uma priorização com relação às necessidades mais críticas da população afectada, conforme identificado na análise de efeitos da catástrofe. Isso exige uma apresentação de todos os dados recolhidos como um agregado a nível nacional, bem como de forma desagregada por província ou município afectado. Somente com esse nível de desagregação é possível obter uma visão abrangente de uma dada área geográfica e planear uma resposta de recuperação multisectorial nessa área. Também facilita a análise comparativa entre áreas geográficas.

A tabela a seguir fornece um exemplo, usando o código de cores para identificar as áreas geográficas mais afectadas para cada sector.

Os Elementos das Necessidades de Recuperação

As necessidades de recuperação são calculadas com base nos resultados do PDNA para os efeitos e os impactos de catástrofes. As necessidades de recuperação são determinadas para quatro componentes:

- A reconstrução de infra-estruturas e bens físicos danificados;
- A retoma das actividades económicas e sociais, prestação de serviços e acesso a bens e serviços;
- O restabelecimento da governança e dos processos sociais;
- Recuperar melhor e reduzir os riscos.

Esses componentes estão descritos na tabela a seguir. No entanto, é importante notar que esses elementos não são independentes uns dos outros; Pelo contrário, caracterizam-se por sobreposições e, por conseguinte, devem ser definidos em conjunto e de forma integrada. Esta reconstrução, retoma, restauração e redução de riscos implicam tanto o sector público quanto o privado, que suportarão os custos e os investimentos necessários. Em alguns casos, dada a baixa ou a falta de capacidade de recuperação dos sectores privados, o sector público terá que assumir, subsidiar ou apoiar o processo.

Exemplo ilustrativo de dados de avaliação consolidados por sector e província afectados

Area afectada		Sector														
Província	Município	Instalações de educação			Centros de Saúde			Água			Saneamento			Habitação		
		Total danificado	Danificado parcialmente	Total	Total danificado	Danificado parcialmente	Total	Total danificado	Danificado parcialmente	Total	Total danificado	Danificado parcialmente	Total	Total danificado	Danificado parcialmente	Total
1	a	24	28	52	19	7	26	16	7	23	2	0	2	450	452	902
	b	33	12	45	31	4	35	28	14	44	3	3	6	218	102	320
	c	17	22	39	13	17	30	9	3	12	4	6	10	123	167	290
	d	23	14	37	8	22	30	20	17	37	3	2	5	698	645	1343
	e	12	25	37	9	25	34	4	6	10	4	4	8	440	1125	1565
	g	2	7	9	12	21	33	13	15	28	1	2	3	544	446	990
	subtotal		111	108	219	92	96	188	90	62	154	17	17	34	2473	2937
2	a	5	3	8	0	3	3	3	6	9	8	2	10	1768	676	2444
	b	1	3	4	2	3	5	1	3	4	0	2	2	654	1426	2080
	c	0	1	1	7	5	12	1	4	5	0	0	0	1200	1789	2989
	d	2	0	2	2	4	6	0	1	1	2	1	3	2780	2876	5656
	subtotal		8	7	15	11	15	26	5	14	19	10	5	15	6402	6767
TOTAL		119	115	234	103	111	214	95	76	173	27	22	49	8875	9704	18579

Amostra baseada na Estratégia de Recuperação na República Dominicana, PNUD, 2008

Os Elementos das Necessidades de Recuperação (I)

Componente	Descrição
Reconstrução de Infra-estrutura e Ativos físicos (De acordo com a Avaliação de Dano, Perda e Necessidades: <i>Notas de Orientação</i> . Volume 3. O Banco Mundial, 2010.)	<p>As necessidades financeiras (ou necessidades) de reconstrução após catástrofes são calculadas com base nas estimativas quantitativas de destruição de activos físicos que precisam de ser reconstruídos. Por outras palavras, as necessidades de reconstrução são definidas com base nos valores estimados de danos, tal como obtidos durante a avaliação. Os activos destruídos podem ser de propriedade de entidades do sector público ou privado. Os valores de dano são, então, complementados pelas necessidades adicionais envolvidas no conceito <i>reconstruir melhor</i> “<i>build-back-better</i>”.</p> <p>Portanto, as necessidades de reconstrução são calculadas como se segue:</p> <p>Valor do Dano + Custo de (Melhoria da qualidade + Modernização tecnológica + Reposição, quando necessário + Características de redução de risco de desastre + Inflação Plurianual).</p> <p>(No entanto, isso pode ser tratado caso a caso.)</p>
O Reinício da prestação de serviços e acesso a bens e serviços	<p>A restauração da prestação de serviços visa melhorar a disponibilidade e a qualidade dos serviços básicos ao nível anterior ao desastre ou melhor. Isso complementa a reconstrução de activos físicos descritos acima em “reconstrução”. Inclui os recursos humanos e os conhecimentos necessários para garantir a prestação de serviços adequados, bem como os fornecimentos, sistemas de informação ou tecnologia, bem como a necessidade de adaptar os programas de prestação de serviços.</p> <p>A retomada do acesso visa restaurar o acesso a bens e serviços que atendam às necessidades básicas de indivíduos, famílias e comunidades, como o acesso a mercados, emprego, pontos de água, saúde, alimentação, escolas, centros religiosos e culturais etc. Ambos consistem em custos adicionais para as populações afectadas por catástrofes de aceder a bens e serviços, bem como em custos adicionais para os prestadores de serviços em consequência da catástrofe.</p> <p>Estes custos para a retomada dos serviços são calculados como se segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os custos adicionais para os prestadores de serviços de restabelecimento dos serviços básicos; • Custos adicionais para a população afectada ao acesso aos serviços.
Restauração de Governança e dos Processos Sociais	<p>A restauração da governança e dos processos sociais visa revitalizar e melhorar as instituições e políticas formais e informais, a administração pública e as funções de governança que são essenciais para a restauração dos meios de subsistência, para a prestação de serviços básicos e para a vida comunitária e cultural. Refere-se à necessidade de restaurar ou reforçar a capacidade das autoridades sectoriais para liderar e gerir o processo de recuperação, incluindo capacidades locais descentralizadas, recursos humanos, sistemas de informação, formação em capacitação, etc.</p> <p>Os custos para a restauração de governança e processos sociais são calculados como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Custos de recursos humanos adicionais com melhores competências técnicas e • Capacidades dos prestadores de serviços para realizar a recuperação; custos de substituição de registos perdidos e actualização de documentos dos serviços públicos; • Custos para abordar as questões de governação e de coesão social caso sejam interrompidas.

Os Elementos das Necessidades de Recuperação (e II)

Componente	Descrição
Reducción de riesgos	<p>Além da estimativa das necessidades para reconstruir melhor na reconstrução da infra-estrutura física (descrito no ponto anterior sob o título a “reconstrução”, o custo de integrar medidas de redução de risco são estimados também para o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para enfrentar os riscos imediatos; • Reconstruir melhor em todos os sectores; • É particularmente importante uma infra-estrutura mais segura com considerações de ordenamento espacial / territorial ou de ordenamento do território, mapas de riscos e riscos, conhecimentos técnicos, <p>Tecnologias e práticas que reforcem a resiliência;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Também envolve capacidades de preparação dos vários sectores para gerir o impacto de catástrofes futuras; • Prestar serviços equitativos e acessíveis aos grupos vulneráveis; • Reforçar a redução global do risco para diminuir a exposição a catástrofes, reduzir a vulnerabilidade e promover a resiliência de indivíduos e comunidades. <p>Os custos adicionais para “reconstruir melhor” são calculados da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Custos para enfrentar os riscos imediatos; • Custos para melhorar as medidas de preparação em cada sector; • Custos de futuros estudos ou avaliações, tecnologias e práticas, conhecimentos técnicos, etc., necessários para facilitar a implementação de abordagens da “reconstruir melhor”; • Custo para medidas específicas para fortalecer a redução do risco de catástrofes.

2.2.4.2 - Visão e Princípios Orientadores

A Visão Pós-Catástrofe

A visão pós-recuperação de catástrofes que é desenvolvida durante o processo de consulta às partes interessadas torna-se parte da Estratégia de Recuperação. Antes de priorizar as necessidades de recuperação é necessário ter um consenso acerca do que a região e os sectores afectados serão semelhantes após o processo de recuperação. A visão pós-recuperação de catástrofes é desenvolvida em conjunto durante o processo consultivo, o que garante o apoio das principais partes interessadas para a Estratégia de Recuperação.

A visão pós-recuperação de catástrofes serve como um guia para o processo de recuperação. Fornece a direcção geral e o “estado final” que as partes interessadas desejam alcançar através do processo de recuperação. A declaração de visão deve ser clara e deve captar amplamente as aspirações do país e da população afectada e a mudança que eles esperam como resultado das intervenções de recuperação.

Em última análise, a visão de recuperação deve ser um guia que aponte para o retorno a rota para o desenvolvimento. Neste contexto, a visão de recuperação deve estar ancorada no plano nacional de desenvolvimento a longo prazo do país e na estratégia de redução da pobreza.

Deverá orientar-se pelos objectivos globais de desenvolvimento sustentável e pelos compromissos internacionais em matéria de direitos humanos. Ele também deve estar em sintonia com as metas de redução de riscos e de reconstruir melhor. Para mais referências, veja a seção abaixo em “Links para Desenvolvimento”.

Visão de Recuperação do Guatemala: Tempestade Tropical Agatha 2011

O Governo Nacional formulou um plano de recuperação e reconstrução seguindo o PDNA após a tempestade tropical Agatha. O plano enfatizou a distribuição local, municipal e geográfica do impacto para focar as acções transformadoras nas áreas mais afectadas

O plano de recuperação e reconstrução tinha uma agenda transformadora que visava abordar quatro vulnerabilidades sistémicas que foram reforçadas pela catástrofe:

- vulnerabilidade social dada a sua demografia e padrão de assentamento populacional no país;
- vulnerabilidade económica devido à falta de estrutura de produção diversificada e à pobreza e desigualdade estruturais;
- vulnerabilidade ambiental devido à falta de gestão ambiental sustentável dos recursos naturais; e finalmente
- vulnerabilidade institucional, devido à falta de regulamentação do uso da terra, padrões inadequados de monitorização e regulamentação de processos de contratação e processos de licitação flexíveis.

O plano de recuperação e reconstrução, adoptou uma visão de uma transição da gestão de emergência para uma visão de desenvolvimento com transformação que visava:

- um território recuperado e seguro, com regulação do uso da terra que permita a recuperação dos meios de habitat e capacidade produtiva;
- a melhoria das capacidades sociais para mitigar e adaptar os efeitos das alterações climáticas, reduzir a vulnerabilidade
- Desastres naturais para o desenvolvimento socioeconómico, e
- fortalecimento das instituições nacionais com governança em todos os níveis, desde o nível local até o nacional.

O Governo, após um terramoto em 2012, optou por manter a mesma visão transformadora de recuperação e reconstrução E acrescentou que o plano acima incorporará a DRR (Redução de Riscos de Catástrofe) com uma abordagem integrada, inclusiva e baseada em direitos, incluindo o respeito pelas diferenças socioculturais e de género.

SEGEPLAN, 2012, Avaliando o impacto do terremoto de 7 de Novembro de 2012 na Guatemala seguro para a reconstrução

SEGEPLAN, 2011, • Plano de Recuperação e Reconstrução com transformação para a tempestade tropical Agatha e a erupção do Pacaya,

SGEPLAN, 2011, Avaliação dos danos e perdas causados pela depressão tropical 12-E

Os Princípios Orientadores para a Recuperação Pós-Catástrofe.

Os princípios orientadores para a recuperação são estabelecidos para aumentar a eficácia da recuperação, aumentar a transparência e a responsabilização dos vários intervenientes e promover a coordenação entre as partes interessadas. Os princípios fundamentam a estratégia global de recuperação e são aplicados durante o planeamento e a implementação das intervenções de recuperação. Tais princípios devem ser acordados antes da condução do PDNA para que sejam aplicados na Estratégia de Recuperação e na resposta programática.

Tais declarações de princípios foram desenvolvidas e acordadas na maioria das avaliações, embora nenhum conjunto comum de princípios tenha sido acordado pelas principais partes interessadas na recuperação. Exemplos de princípios orientadores de recuperação incluem o seguinte:

- Concentre-se nos mais vulneráveis e mais afectados.
- Restaurar capacidades e competências.
- Reconstruir os meios de subsistência das pessoas.
- Apoiar processos de recuperação espontânea.
- Apoiar redes locais e voluntariado.

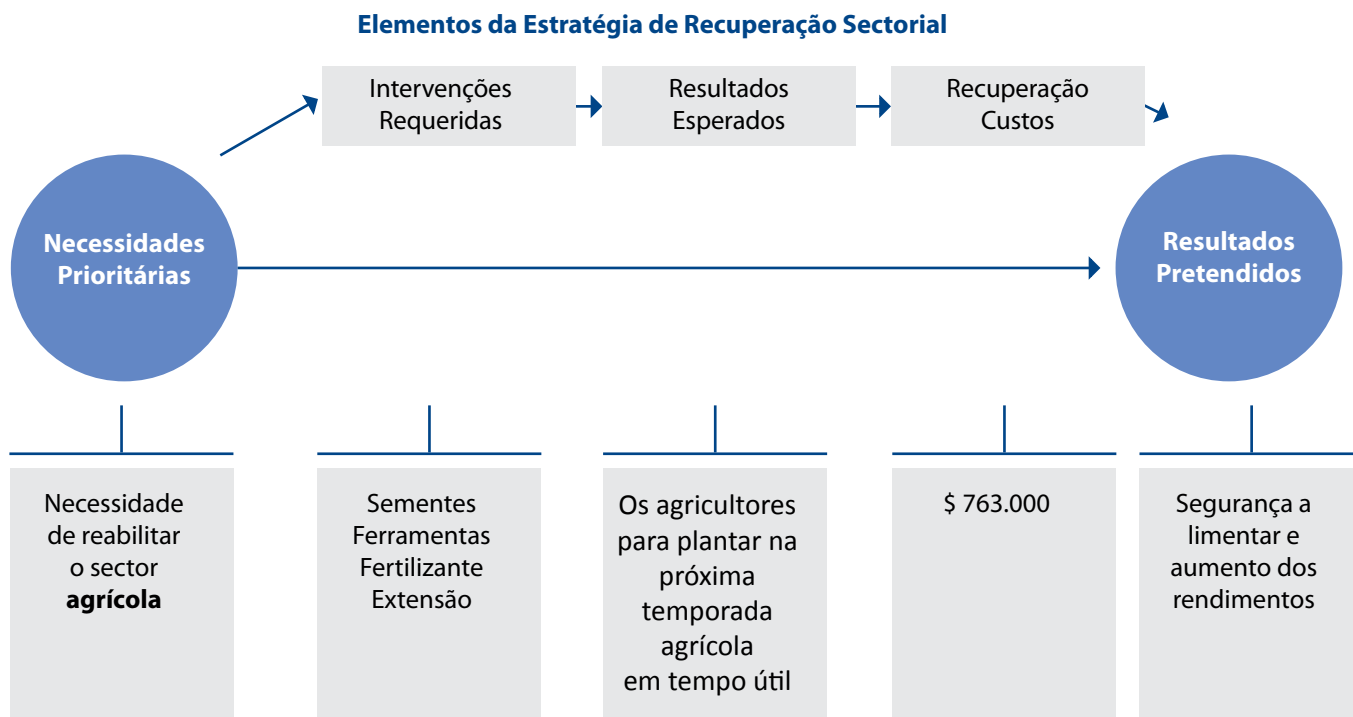
- Garantir a igualdade e acessibilidade e promover a igualdade de género na tomada de decisões, prestação de serviços e recuperação.
- Ser inclusivo, sensível aos conflitos e participativo e consultar igualmente as mulheres e os homens de todas as idades, a fim de compreender e ter em conta as suas experiências distintas da catástrofe, bem como as suas necessidades específicas e prioridades para a reconstrução e recuperação.
- Garantir ganhos de desenvolvimento.
- Reduzir o risco de desastres.
- Envolver a sociedade civil e o sector privado.
- Incentivar a auto-suficiência.
- Ser transparente e responsável.
- Implementar com subsidiariedade e descentralização.
- Assegurar uma forte coordenação.
- Estabelecer parcerias visando ganhos de eficiência e eficácia.

2.2.4.3 - A Estratégia de Recuperação Sectorial

A Estratégia de Recuperação do Sector define o quadro de:

1. necessidades de recuperação de prioridades sectoriais;
2. insumos / intervenções necessárias, resultados pretendidos e os resultados esperados;
3. custos de recuperação.

Os elementos da estratégia de recuperação do sector foram resumidos no diagrama a seguir.



Adaptado do Quadro de Resultados Baseados do PNUD.

Priorização das Necessidades de Recuperação do Sector

Uma vez determinadas as necessidades de recuperação, é importante priorizar e ordenar as necessidades a nível sectorial. As configurações pós-catástrofe são caracterizadas por múltiplas necessidades em todos os sectores e recursos limitados. Assim, as necessidades de recuperação e as intervenções associadas devem ser tratadas por fases, sendo prioritárias as necessidades mais críticas. Reconhece-se que a priorização das necessidades é um processo político determinado por factores como as prioridades dos governos nacionais e locais, viabilidade técnica das intervenções e disponibilidade de recursos, entre outros. O processo a seguir para a priorização e sequenciamento das necessidades inclui consultas regulares aos interessados, recurso à opinião de peritos e consultas dos doadores.

As equipas sectoriais realizam as suas próprias análises de necessidades com base nos resultados da avaliação e priorizam as opções de resposta de acordo com as suas áreas de competência e mandato distintos, levando em conta a capacidade, as oportunidades de recursos e os critérios de priorização específicos do país. Ao desenvolver as necessidades e prioridades de recuperação, deve-se ter cuidado para garantir que elas lidam com os impactos da catástrofe. A priorização das necessidades deve considerar a diferença entre as condições pré-catástrofe e pós-catástrofe e recomendar intervenções necessárias para restaurar as condições socio-económicas das comunidades de forma a melhorar as suas capacidades de mitigar os impactos de riscos futuros e prevenir reincidências.

O princípio orientador principal aqui é que a recuperação e a reconstrução protegem as comunidades dos futuros riscos de catástrofes. No entanto, também deve ser observado que, embora, os custos e as capacidades adicionais para reduzir os riscos de catástrofes e reconstruir sejam incluídos no orçamento de recuperação, deve ser feito sem inflacionar o orçamento de recuperação para enfrentar os problemas / deficits de desenvolvimento de longo prazo.

A definição de prioridades deve sempre reflectir as condições e necessidades específicas do país em causa e basear-se em critérios de priorização específicos do contexto do país. Abaixo estão algumas considerações importantes para ajudar a facilitar a priorização:

- As necessidades mais urgentes expressas pela população afectada;
- Subgrupos populacionais em situação de vulnerabilidade ou em risco particular;

- Sequenciamento de necessidades, de curto prazo para médio e longo prazo;
- Restauração aos níveis anteriores à catástrofe, seguidos de melhorias;
- Ações que podem produzir resultados efectivos de forma efectiva (dentro de 18 meses);
- Vantagens comparativas;
- Oportunidades para maior impacto;
- Capacidade institucional e técnica;
- Áreas geográficas com necessidades urgentes;
- Marcos atuais ou futuros próximos (por exemplo, eleições);
- Enfrentar os principais obstáculos associados aos sectores;
- Iniciativas de recuperação que contribuam para a paz onde for relevante.

Estratégia de Recuperação: Intervenções, Resultados e Resultados

As intervenções necessárias dizem respeito às entradas e as actividades necessárias para abordar as necessidades de recuperação de prioridade identificadas e que transformá-los em saídas. As intervenções podem ser programas, projectos ou políticas que atendam às necessidades prioritárias e apoiem a recuperação numa base sustentável. Estas reflectem o que é *implementado*, e são significativos em termos do que elas atingem (resultados).

As intervenções de recuperação são desenvolvidas para todos os sectores e estão incluídas na Estratégia de Recuperação, juntamente com o seu cronograma de implementação, assim como a agência governamental responsável e os parceiros de implementação. As intervenções são concebidas para períodos de recuperação de curto prazo (catástrofe a 6 meses), de médio prazo (6 a 18 meses) ou de longo prazo (18 meses a 5 anos). Ao seleccionar as intervenções é importante avaliar o impacto que, provavelmente, terão sobre a população afectada e a sua viabilidade em termos de implementação, isto é, o apoio do governo e dos doadores, bem como implicações políticas entre outras.

Os *resultados esperados* são os produtos e serviços específicos que emergem do processamento de entradas através das actividades de recuperação. Os resultados, portanto, referem-se à *conclusão* (e não à execução) das actividades e constituem o tipo de resultado sobre o qual os gestores têm um alto grau de influência.

Os *resultados esperados* são mudanças reais ou pretendidas em condições de catástrofe que as intervenções de recuperação procuram apoiar.

Exemplos ilustrativos das necessidades prioritárias, intervenções, resultados, custos e resultados

Necessidades Prioritárias	Intervenções /Entradas necessárias	Produtos Esperados	Custos de Recuperação	Resultados Esperados
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reparar e reconstruir escolas comunitárias danificadas. ▪ Materiais de ensino, de aprendizagem e de sala de aula para todas as escolas de transição. ▪ Acesso à educação para meninos e meninas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Materiais de construção, mão-de-obra. ▪ Aquisição e distribuição de materiais de ensino e aprendizagem. ▪ Eliminar os obstáculos e incentivar a frequência escolar de rapazes e raparigas (por exemplo, regimes de alimentação escolar, fornecimento de instalações sanitárias separadas por sexo, transporte seguro, etc.) 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ 421 escolas comunitárias reparadas e reconstruídas. ▪ Restabelecimento do acesso ao ensino primário e pré-primário de qualidade. 	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Minimizar a ocorrência de doenças preveníveis por vacinação após a catástrofe. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vacina Td / TT e anti-toxina tetânica para pessoas feridas. ▪ Vacinas contra difteria, tétano (e tosse convulsa para crianças), sarampo e rubéola 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhor acesso à vacinação para pessoas de todas as idades. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ \$ 8,780,000 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Imunização completa para a população-alvo.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planeamento apropriado do uso da terra para as regiões afectadas para ajudar a reconstruir melhor. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Peritos técnicos externos. ▪ Mapas de perigo e riscos. ▪ Formação em Capacitação em DRR para o ministério do Plano. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planos de uso da terra e mapas de risco desenvolvidos para todas as regiões afectadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ \$ 2.900.000 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconstrução de infra-estrutura física realizada com base em planos de uso da terra desenvolvidos levando em consideração os riscos naturais e seus impactos.

NB : A experiência externa pode ser levada a cabo na ausência de competências nacionais ou para formação de peritos nacionais.

Custos de Recuperação

Os custos são calculados uma vez que as prioridades de recuperação foram identificadas com as respectivas intervenções, resultados e resultados pretendidos. Normalmente, os custos são calculados para cada um dos resultados esperados e resultados pretendidos incluídos na Estratégia de Recuperação (conforme ilustrado no quadro acima).

O cálculo de custo inicial estimado de realizações para cada sector é feito pelas equipas do sector PDNA. As intervenções e resultados propostos e os custos associados para cada sector são então partilhados e comparados para assegurar uma cobertura abrangente sem dupla contagem, dado que algumas intervenções podem abordar as necessidades em mais de um sector. Para auxiliar nesta coordenação entre sectores, é importante que as várias equipas do sector se reúnam regularmente durante o processo de avaliação e planeamento.

Para estimar as necessidades de recuperação e reconstrução, os custos podem ser calculados utilizando quer o custo unitário de substituição, quer os custos de gestão. O custo unitário é o custo estabelecido de um item ou serviço com base no índice de padrão de vida no país ou um cronograma acordado de custos usado pelos ministérios sectoriais para o planeamento do desenvolvimento. Haveria também um aumento padrão no custo unitário para permitir reconstruir melhor ou para as medidas de redução de risco. Em certos casos, seria desenvolvido um novo projecto, cujo custo dependeria do custo real da intervenção e não do valor de substituição.

Por exemplo, se uma comunidade está a ser realocada, o custo da terra seria incorporado ao projecto, o que pode aumentar o custo total muito além do valor de reposição. Da mesma forma, o custo da gestão do projecto também precisaria de ser incluído no custo do projecto de deslocalização.

Os custos unitários podem mudar devido a uma catástrofe. Dada a procura e a possibilidade de redução da oferta, os custos unitários dos itens podem aumentar significativamente.

Na ausência dos custos unitários normais, o processo de cálculo de custos geralmente utilizado em projectos de planeamento pode ser usado para desenvolver os custos. Os custos do projecto podem ser usados para intervenções como a provisão de treinamento de competências para um grupo específico da população ou o desenvolvimento de um sistema de gestão de informações e outros elementos como administração e logística, entre outros.

2.2.4.4 – Regras (Medidas) de Implementação Sectorial

A Estratégia de Recuperação inclui uma descrição dos arranjos de implementação, particularmente em termos dos seguintes elementos-chave:

1. Parcerias, coordenação e gestão;
2. Temas transversais;
3. Ligações ao desenvolvimento;
4. Mobilização de recursos;
5. Principais pressupostos e restrições.

Parcerias, Coordenação e Gestão

Esta seção da Estratégia de Recuperação descreve as principais parcerias no processo de recuperação e descreve os mecanismos de coordenação intra-setoriais e inter-setoriais entre todos os atores-chave, incluindo o Governo, a sociedade civil e o sector privado.

Esta seção também descreve os mecanismos de gestão para o processo de recuperação. Isto inclui mecanismos para a forma como o Governo organizaria o processo de recuperação dentro de cada sector e, em geral, indicando que agências do governo seriam responsáveis pela gestão de recuperação, e quais as mudanças ou apoios adicionais poderiam ser necessários para uma recuperação bem-sucedida. As modalidades de gestão inter-agências também são descritas aqui, entre elas a unidade de coordenação ou um mecanismo semelhante proposto com o estabelecimento de serviços de apoio correspondentes, tais como escritórios e recursos humanos, para citar apenas alguns.

Sectores e Temas Transversais

Os sectores e temas transversais afectam todos ou um número substancial de sectores e têm implicações importantes para a recuperação pós-catástrofe.

Os sectores transversais considerados no PDNA são:

- Redução de Risco de Desastres (DRR)
- Governança
- Ambiente

Os temas transversais considerados no PDNA são:

- Género
- Idade
- HIV / SIDA

Caso seja necessário, as equipas sectoriais devem incorporar estas questões transversais no seu processo de avaliação e as intervenções recomendadas devem ser incluídas na Estratégia de Recuperação. Em qualquer PDNA, também podem surgir questões transversais específicas do contexto e requerem tratamento pelos sectores. Além dessas questões transversais, há vínculos entre vários sectores, que requerem uma cooperação inter-setorial.

Por exemplo, o sector da habitação pode exigir reparação ou reconstrução, o que pode ligar ao sector dos meios de subsistência quando o processo de reconstrução é capaz de proporcionar emprego remunerado; ou, o dano sofrido pela infra-estrutura de água e saneamento pode exigir medidas preventivas de saúde adicionais e controle de qualidade do abastecimento de água. Por conseguinte, é importante que cada sector partilhe as suas conclusões com os outros e, em conjunto, determinem as ligações inter-sectoriais. Isso requer trabalhar em colaboração com outras equipas sectoriais para desenvolver intervenções de recuperação coerentes. Esse processo seria auxiliado pela Equipa de Coordenação, que tem acesso aos relatórios de avaliação de todos os sectores e pode identificar áreas de colaboração.

Ligações para o Desenvolvimento

A Estratégia de Recuperação seria útil para delinear as formas em que o processo de recuperação poderia se ligar com e apoiar os objectivos de desenvolvimento e as prioridades do país. Permitiria, sempre que possível, alinhar o processo de recuperação com os objectivos estratégicos mais amplos de desenvolvimento dos governos nacionais.

A Estratégia de Recuperação também permitiria o estabelecimento de vínculos com os quadros nacionais de desenvolvimento, os planos de desenvolvimento nacional / local e os documentos de planeamento dos parceiros de desenvolvimento. Quando as condições o permitirem, a Estratégia de Recuperação poderia informar os ajustes dos documentos acima.

Mobilização de recursos

A Estratégia de Recuperação constitui a base para mobilizar a maioria dos recursos que apoiam a recuperação de um país. Um esforço de mobilização de recursos no âmbito desta estratégia seria capaz de garantir fundos para o programa de recuperação. Quando a mobilização interna ou os recursos disponíveis a nível nacional são insuficientes para as necessidades identificadas, a organização de uma mesa-redonda ou conferência de doadores pode constituir um elemento-chave da estratégia. Tal evento poderia ser organizado após a conclusão do PDNA e da Estratégia de Recuperação.

Os objectivos e metas da conferência de doadores e interessados, bem como da estratégia para a mobilização de recursos, devem ser discutidos e decididos pelo Governo com o apoio dos membros da equipa PDNA. A conferência de doadores poderia ser convocada sob a liderança do Governo e da Equipa de Gestão de Alto Nível. A estratégia de mobilização de recursos deve considerar a advocacia e a comunicação para aumentar a conscientização entre os formuladores de políticas, potenciais doadores, os meios de comunicação social, os principais grupos populacionais e outras partes interessadas consideradas audiências importantes.

Pressupostos Fundamentais e Limitações

O PDNA identifica os principais pressupostos feitos para concluir com êxito o processo de recuperação, e os principais constrangimentos que poderão ser encontrados durante o processo de recuperação, indicando como eles podem ser superados.

Exemplos de pressupostos-chave incluem o seguinte:

- Os principais interessados seriam parte de um processo de recuperação aberto e participativo;
- Não haveria uma nova catástrofe a afectar o país;

- As instituições e as capacidades administrativas do país poderão incorporar a recuperação com as suas capacidades funcionais e técnicas;
- Como parte do apoio prestado para a recuperação, os recursos seriam destinados a melhorar as capacidades funcionais e técnicas das instituições locais e nacionais para empreender o processo de recuperação.

As restrições incluem:

- Recursos financeiros e materiais limitados;
- Recursos humanos e conhecimentos técnicos insuficientes para apoiar a recuperação atempada.

As restrições poderiam ser superadas mediante a solicitação de apoio financeiro e técnico de doadores e parceiros internacionais, organizando formações para funcionários e voluntários do governo e da comunidade.

CAPITULO 3
PROCESSO E PROCEDIMENTOS
PARA UM PDNA

3.1 - INTRODUÇÃO

Este Capítulo centra-se no processo para a realização de um PDNA. Ele oferece orientação sobre as medidas a serem tomadas na preparação e implementação de um PDNA. Mais especificamente, fornece um guia sobre:

- O processo de consulta e tomada de decisão necessária para activar UM PDNA;
- Preparação para UM PDNA através de uma Missão de Planeamento;
- O processo para a realização de UM PDNA.

Além disso, o Volume A também inclui um Kit “conjunto de ferramentas” com os modelos de TdRs para as várias equipas que fazem parte de UM PDNA, juntamente com modelos que podem ser usados para facilitar o processo do PDNA, tais como para produzir o relatório final. Estes podem ser adaptados a cada contexto conforme necessário.

Deve-se notar que os processos e procedimentos recomendados neste Capítulo visam ilustrar uma possível forma de manter a coordenação inter-agências durante o processo PDNA, construindo sobre as boas práticas das respostas de catástrofes passadas. Todos estes procedimentos podem não se aplicar a uma resposta inter-agências específica a uma catástrofe. As modalidades reais de coordenação podem variar substancialmente dependendo do contexto do país e da natureza do pedido governamental de envolvimento internacional; A dinâmica das relações inter-agências em várias regiões e países; A natureza, o tamanho e os objectivos específicos das respostas inter-agências a situações específicas de catástrofes e outras realidades básicas.

A gestão de UM PDNA requer uma estreita colaboração entre o Governo Nacional e os respectivos representantes dos países da ONU, da UE, do Banco Mundial e outros parceiros, bem como uma estreita colaboração a nível da sede (QG) entre a ONU, a UE, o Banco Mundial e outros organismos internacionais. Assegurar que o processo de avaliação e o desenvolvimento de um Roteiro de Recuperação sejam bem coordenados. Uma vez no terreno, os princípios de um PDNA eficaz devem ser: uma estrutura de avaliação, um processo de avaliação e um resultado de avaliação, a saber, a Estratégia de Recuperação.

O processo de planeamento e realização de um PDNA envolve:

- Disposições de coordenação;
- Estabelecer a equipa de gestão PDNA;
- Acordo sobre papéis e responsabilidades;
- Composição das equipas de avaliação;
- Requisitos de recursos;
- Logística de avaliação.

Estas tarefas no processo PDNA são organizadas neste Capítulo em seis etapas principais como resumido na tabela e no diagrama abaixo, embora estas etapas e o cronograma para a realização de UM PDNA dependerão sempre da natureza e da escala de uma catástrofe.

3.2 - ETAPAS E PROCESSO

As etapas e processo de um PDNA são resumidos na seguinte tabela e no diagrama subsequente. Cada um dos passos é descrito detalhadamente mais adiante.

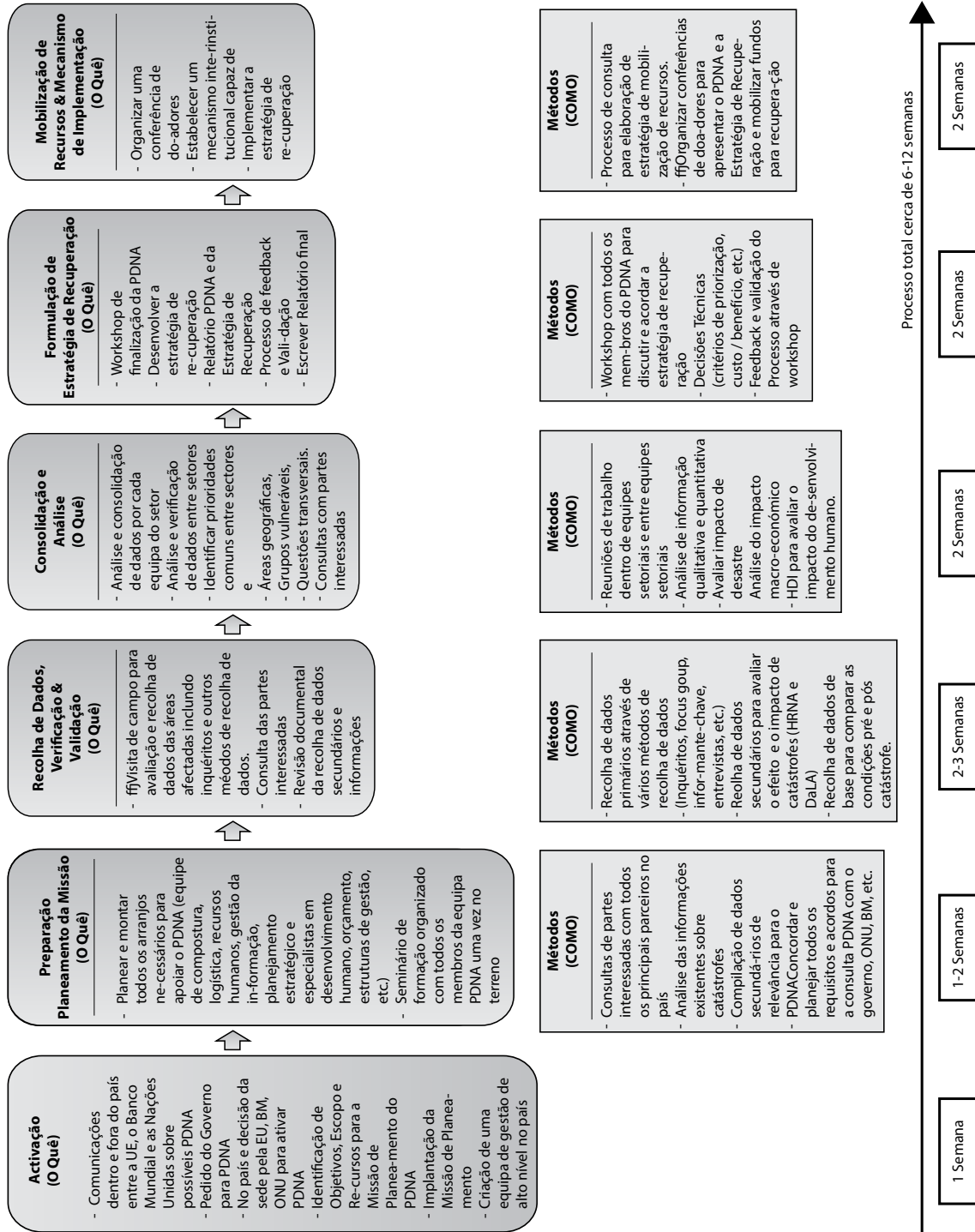
Principais etapas, processos e resultados de um PDNA (I)

Principais etapas	Processo principal e saídas
1/ Pré-Activação e Activação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação entre a UE, o Banco Mundial e as Nações Unidas sobre a eventual necessidade de PDNA; ▪ Comunicação imediata da UE, do Banco Mundial e das Representações das Nações Unidas com a respectiva sede e comunicação entre a UE, o Banco Mundial e as Nações Unidas para apoio a um eventual exercício PDNA; ▪ Pedido governamental para PDNA, decisão no país e na sede da UE, do Banco Mundial e da ONU para activar PDNA; ▪ Identificação de objectivos, âmbito e recursos para PDNA; ▪ Determinação da estrutura institucional do nível nacional ao local, incluindo ministérios e departamentos governamentais, governos locais, instituições comunitárias, ONGs e sociedade civil; ▪ Apoio que o Governo prestará à missão de avaliação (isto normalmente ocorre durante uma Missão de Planeamento de pré-avaliação pelo pessoal das agências tripartidas ou pode ser organizado com representantes locais das agências tripartidas); ▪ Implantação da Missão de Planeamento; ▪ Estabelecimento de uma equipa de gestão de alto nível no país; ▪ Estabelecimento de arranjos de coordenação na sede para fornecer suporte de QG e níveis regionais quando necessário; ▪ Desenvolvimento de uma estratégia de mobilização de recursos para o PDNA.
2/ Preparando um PDNA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preparar os acordos e o plano PDNA; ▪ Em consulta com o Governo, os membros tripartidos estabelecerão todos os acordos necessários para apoiar o PDNA (composição da equipa, logística, recursos humanos, gestão da informação, planeamento estratégico e especialistas em desenvolvimento humano, orçamento, estruturas de gestão, etc.); ▪ Workshop organizado para capacitação da Equipa PDNA para realização da avaliação; ▪ Cronograma para PDNA: estabelecer o cronograma de trabalho e cronograma para a avaliação, incluindo a composição dos grupos sectoriais.
3/ Recolha e validação de dados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Revisão documental: no contexto do sector e dos grupos temáticos criados, recolha de dados quantitativos secundários sobre danos e perdas por catástrofes e informação pré-catástrofe; ▪ Visitas de campo: colheita de dados e validação de dados das áreas afectadas, incluindo pesquisas e outros métodos de colheita de dados através de entrevistas. As visitas de campo devem ser coordenadas com as autoridades nacionais e locais. A selecção dos locais basear-se-á nos dados preliminares das áreas ou sectores mais afectados ou relevantes; ▪ Consultas de partes interessadas, incluindo grupos focais.

Principais passos, processos e resultados de um PDNA (e II)

Principais etapas	Processo principal e saídas
4/ Consolidação e Análise	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de dados a nível sectorial: consolidação, tratamento e análise de dados sobre danos e perdas recolhidas por cada Equipa Sectorial; ▪ Uma vez compilados os danos e perdas, identificar as necessidades e prioridades de recuperação e sintetizar em relatórios sectoriais; ▪ Análise de dados entre sectores: verificar as conclusões em todos os sectores. Fazer uma análise multissectorial para alcançar uma compreensão comum das catástrofes; Identificar prioridades comuns entre sectores e áreas geográficas, grupos vulneráveis, questões transversais e estabelecer uma base comum para a programação de recuperação; ▪ Consulta: processo consultivo de engajamento com as partes interessadas locais em áreas afectadas e acordar em prioridades e estratégias de recuperação; ▪ Cruzar as necessidades / estratégias de recuperação em todos os sectores e áreas geográficas; ▪ Análise de impacto a nível macro (projectão do impacto na economia e no desenvolvimento.)
5 /Formulação da Estratégia de Recuperação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Workshop com todos os membros da equipa PDNA para partilhar os resultados PDNA e necessidades de recuperação em todos os sectores e os resultados da consulta com as partes interessadas locais; ▪ Desenvolver a estratégia de recuperação (visão, princípios orientadores, recuperação e reconstrução, prioridades, disposições de execução); ▪ Projecto de Relatório PDNA com Estratégia de Recuperação; ▪ Processo de feedback e validação; ▪ Escrever o relatório final; ▪ Preparação do resumo e apresentação do power point
6 /Mobilização de Recursos e mecanismos de implementação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a mobilização de recursos, se necessário, como um complemento dos recursos do orçamento nacional; ▪ Organizar uma conferência de doadores / contribuintes para apresentar o PDNA e a Estratégia de Recuperação; ▪ Recomendar o mecanismo inter-institucional para a implementação e coordenação da recuperação, respeitar e fortalecer (reforçar) a organização institucional nacional / local.

Directrizes para Avaliação de Necessidades Pós-Catástrofe



3.3 - CONSULTAS COM O GOVERNO PARA CONDUZIR A PDNA

O PDNA é um processo conduzido pelo governo e governamental, realizado com a participação de agências nacionais e internacionais. A liderança do governo nacional no exercício é fundamental para uma avaliação bem-sucedida. Por conseguinte, recomenda-se que o Governo manifeste o seu empenho em levar a cabo o PDNA ao nível adequado e fornecer o apoio necessário. A seção a seguir descreve brevemente o apoio necessário do Governo para realizar o PDNA.

Início da Avaliação

O PDNA é iniciado a pedido do Governo Nacional. As agências internacionais não têm um mandato para conduzir UM PDNA sem um pedido explícito do Governo. É desejável que seja enviada uma carta solicitando aos parceiros tripartidos (UE, BM e ONU) que apoiem o Governo na condução do PDNA. Após a recepção da carta, os parceiros tripartidos reunir-se-ão com as autoridades governamentais competentes e realizarão discussões preparatórias sobre o âmbito do PDNA, bem como o apoio técnico e logístico necessário para a realização do PDNA.

Etapas Preparatórias para Conduzir UM PDNA

No início, é importante nomear um ministério ou departamento para liderar o PDNA. O papel do ministério / departamento seria o de coordenar todos os ministérios do governo nacional e as agências internacionais em seguir os vários passos para a realização do PDNA. O ministério ou departamento pode reportar a uma autoridade superior (consulte a Página 61 para mais informações sobre a Equipa de Gestão de Alto Nível) se tal for considerado necessário pelo Governo para fornecer supervisão e orientação ao PDNA.

Ao planear UM PDNA, é essencial compreender a escala e a magnitude da catástrofe para que possam ser formulados TdRs esclarecedores para o PDNA. Isto pode ser feito através de uma Missão de Planeamento com dois ou três membros do Governo Nacional apoiados por membros da UE, do BM e das Nações Unidas. O papel principal da Missão de Planeamento é a elaboração de um TdR e orçamento claros para a realização do PDNA. Para mais informações sobre a Missão de Planeamento, consulte a Página 56.

Elaboração dos TdR para o PDNA

Um TdR para o PDNA deve ser elaborado em conjunto com o Governo. Um TdR define o âmbito do PDNA e o cronograma, a sua estrutura de gestão, recursos humanos e arranjos logísticos e considerações de gestão de informações. Todos os aspectos dos TdR devem ser finalizados em consulta com o Governo. A agência governamental responsável pela coordenação do PDNA deve concordar com os termos de referência e transmitir a sua concordância formalmente.

Calendário e Prazo para o PDNA

O calendário e o cronograma para a realização de um PDNA são decididos em consulta com o Governo. Como leva um mínimo de três a seis semanas para concluir o PDNA, o cronograma deve levar em conta a disponibilidade de dados primários antes do início do PDNA. Deve ser assegurado que a fase humanitária da catástrofe esteja quase terminada e que a execução do PDNA não impeça a continuidade de qualquer actividade de socorro. Também é importante verificar se os funcionários do governo local estão de volta ao dever e estão disponíveis para ajudar na tarefa de conduzir o PDNA. Normalmente, o PDNA deve começar uma ou duas semanas após a catástrofe.

Participação Governamental

O Governo deve nomear os seus funcionários e especialistas para participar do PDNA. Deve começar com a organização da coordenação do PDNA. Dentro do governo, um alto nível oficial deve ser nomeado para coordenar o PDNA. À medida que as equipas sectoriais são constituídas, os oficiais do governo devem participar de cada equipa do sector e fornecer informações sobre os danos e perdas com o seu conhecimento em primeira mão da situação. Se os oficiais do governo não estiverem disponíveis por determinadas razões, o governo deve nomear os peritos do sector disponíveis no país para a finalidade da avaliação. A participação de funcionários do governo é importante não apenas para a propriedade do governo, mas também para validar dados sobre danos, perdas e necessidades.

Fornecimento de instalações locais

O Governo é obrigado a fornecer instalações locais para a equipa de avaliação. Isso inclui espaço de escritório para a equipa, um centro de treinamento, bem como instalações de comunicação. Embora a equipa de avaliação geralmente esteja equipada com seus computadores, é importante encontrar um espaço de trabalho que é equipado com computadores, impressoras, telefones e instalações de internet. Alguns funcionários locais podem ser designados para suporte de TI e comunicação. Constitui um apoio importante para a equipa de avaliação.

Seria muito útil se o governo puder fornecer facilidades de transporte à equipa de avaliação. Várias equipas sectoriais teriam de realizar visitas de campo. Eles necessitam de veículos para que possam realizar a sua avaliação de forma eficiente.

Tradução e Interpretação

Existe uma grande quantidade de informações e dados importantes para as equipas de avaliação nas línguas locais. O Governo deve providenciar tradutores que podem ajudar a equipa de avaliação a ter acesso a todas as informações e dados necessários.

Durante as visitas de campo, quando a equipa de avaliação é obrigada a manter diálogos com a comunidade, a presença de intérpretes seria inestimável. O Governo deve designar uma ou duas pessoas para cada equipa do sector que seriam capazes de interpretar as informações compartilhadas pelas famílias e comunidades.

Formação e Capacitação de Equipas Sectoriais

A avaliação deve abranger todos os sectores afectados. Para cada sector, seria constituída uma equipa, que contaria com peritos do governo, agências internacionais e do sector privado, com base nos seus conhecimentos. O ministério do governo / coordenador oficial da avaliação teria informações sobre as equipas sectoriais constituídas para a avaliação. Permitiria ao Governo facilitar o trabalho destas equipas e proporcionar-lhes as facilidades locais para a realização da avaliação.

O Governo deve apoiar a formação de equipas sectoriais nos métodos de avaliação do PDNA. Tal apoio seria proporcionado organizando um programa de formação para a equipa PDNA. Funcionários do governo que participam do PDNA devem participar do programa de formação. O local e outro apoio logístico para a formação devem também ser fornecidos pelo Governo.

Recolha de dados de base e Primários

Cabe às agências governamentais fornecer dados de base sobre todos os sectores que seriam avaliados. As equipas de sector teriam que se reunir com o departamento / agência relevante para recolher os dados de base. Sempre que os dados de base não estiverem disponíveis, o Governo deve localizar fontes de informação para a construção dos dados de base.

As agências governamentais também devem delegar o seu pessoal na recolha de dados primários sobre danos e perdas. Por exemplo, no sector agrícola, os dados sobre a área total e as culturas afectadas precisam de ser recolhidos e compilados pelo Ministério / Departamento de Agricultura. Do mesmo modo, os dados sobre a perda de emprego e meios de subsistência em diferentes sectores seriam recolhidos pela agência responsável pelo emprego. A recolha de tais dados só pode ser efectuada pelo pessoal governamental. Os dados primários sobre danos e perdas devem ser disponibilizados às equipas do sector quando chegarem. A recolha de tais dados deve ser enfatizada no momento da discussão e finalização dos TdR.

Visitas de Campo

As equipas sectoriais são obrigadas a realizar visitas de campo para realizar avaliações. Estas visitas de campo precisam de ser organizadas pelas agências governamentais interessadas. O número de visitas de campo, bem como os locais a visitar seria decidido em consulta com as agências governamentais. As equipas sectoriais seriam acompanhadas por representantes de agências governamentais durante suas visitas aos locais. As visitas de campo das equipas sectoriais seriam organizadas por agências governamentais, e o número de visitas de campo, bem como os locais a visitar, seriam decididos em consulta com as agências governamentais.

Inquéritos e Entrevistas a Nível Familiar e Comunitário: A avaliação envolve a realização de inquéritos às famílias e à comunidade. Estes inquéritos e entrevistas são conduzidos de forma mais produtiva quando a agência governamental relevante assume a liderança. As agências governamentais podem sugerir quais as famílias e comunidades as equipas do sector devem visitar. Na concepção do questionário e enquadramento das questões para discussão, as agências governamentais podem fornecer informações cruciais sobre nuances culturais locais. Eles também estão em melhor posição para estabelecer relações com as famílias e comunidades e buscar informações através de entrevistas na língua local. O apoio do governo para tais exercícios interactivos no campo é geralmente crítico.

Elaboração do Relatório

Todas as equipas do sector escrevem os seus relatórios, submetendo-os a uma equipa de redacção que prepara e finaliza o Relatório PDNA. É importante que o governo se junte à equipa de redacção. A equipa modera e edita os relatórios sectoriais, produzindo uma versão resumida que deve capturar os aspectos mais importantes da avaliação. A participação do Governo na equipa de redacção garante que as questões importantes são salientadas de forma adequada e as prioridades de recuperação são reflectidas com precisão. O relatório teria mais peso se o Governo estivesse associado à elaboração e à finalização da avaliação.

Apresentação dos Resultados do PDNA

A Equipa PDNA é obrigada a fazer uma apresentação das suas conclusões perante o Governo. A apresentação incluirá um resumo de danos, perdas e necessidades de recuperação em todos os sectores. Os recursos financeiros e as competências técnicas necessárias para a implementação da recuperação seriam igualmente transmitidos. Todos os ministérios / departamentos do governo, bem como as equipas sectoriais compareceriam à apresentação, fornecendo qualquer esclarecimento solicitado pelos representantes do governo.

Revisão e Aprovação do Relatório PDNA

Uma vez submetido o Relatório PDNA, cabe ao Governo divulgar o relatório aos vários ministérios / departamentos para comentários. Essa revisão deve ser conduzida dentro de um determinado prazo. Os comentários serão incorporados pela Equipa PDNA e o Relatório PDNA finalizado. Em seguida, o relatório final PDNA é submetido ao Governo para sua aprovação. Uma vez aprovado, o Relatório PDNA torna-se um relatório oficial, que seria a base para o planeamento e implementação da recuperação.

Medidas de Acompanhamento do PDNA

Uma vez realizado o PDNA, pode ser necessário mobilizar recursos externos para recuperação e reconstrução, além da alocação orçamental nacional para o PDNA. O Governo Nacional pode solicitar o apoio dos parceiros tripartidos para organizar uma conferência de doadores para apresentar a estratégia de recuperação e reconstrução.

Formulação de um Quadro de Recuperação

Ao concluir o PDNA e a Estratégia de Recuperação, o Governo Nacional poderá desejar desenvolver um plano de implementação detalhado para os programas de recuperação e reconstrução. Este plano detalhado pode incluir a finalização dos arranjos institucionais para recuperação e reconstrução, delineando as competências técnicas necessárias para a reconstrução, elaborando um orçamento detalhado e um plano de monitorização e implementação. O Governo pode solicitar apoio adicional aos parceiros tripartidos para formular um Quadro de Recuperação que constitua um plano de implementação pormenorizado e sectorial.

3.4 - ATIVAÇÃO DO PDNA

O foco imediato após o início de uma catástrofe está em fornecer ajuda humanitária e operações de busca e salvamento que salvam vidas. Durante esta fase inicial são realizadas avaliações rápidas para avaliar as necessidades mais urgentes, de modo a orientar as actividades de socorro e a mobilização de recursos para a assistência humanitária. Isto é feito através de um Apelo Rápido emitido pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) se o Governo solicitar apoio internacional. Embora a resposta humanitária de salvamento seja a primeira prioridade em situações pós-catástrofe, os primeiros passos para um PDNA devem ter lugar o mais cedo possível após o início de uma catástrofe.

UM PDNA é accionado por um pedido explícito do Governo. O pedido deve vir na forma de um pedido oficial do Governo à UE/ BM/ONU. Este pedido é partilhado com o escritório do país em questão e com a sede. Qualquer das organizações tripartidas da PDNA podem auxiliar o governo afectado na organização de uma Missão de Planeamento do PDNA. É necessário que a agência que lança o apoio ao governo afectado assegure que os outros parceiros tripartidos façam parte da Missão de Planeamento do PDNA.

A nível nacional, a decisão de implementar UM PDNA baseia-se na comunicação, coordenação entre o Governo Nacional, o Chefe de Delegação da UE, o Director / Representante do Banco Mundial e o Representante Residente da ONU / Coordenador Humanitário. Um ou todos os parceiros tripartidos podem facilitar um processo de consulta com actores-chave quando necessário.

É importante estar de acordo com o objetivo da Missão de Planeamento do PDNA, o seu âmbito, o TdR, Custo estimado. Uma vez acordados os acordos para a Missão de Planeamento, são tomadas medidas para estabelecer a Equipa de Gestão de Alto-Nível no país que seria responsável pela direcção estratégica global da Missão de Planeamento e do PDNA (ver a secção abaixo na Estrutura de Gestão do PDNA para referência adicional).

O processo de tomada de decisão envolve também a coordenação e comunicação entre o campo e a Sede para a implantação rápida e apropriada do PDNA. Os parceiros tripartidos da sede discutem a evolução da situação e as actualizações sobre os novos desenvolvimentos na área e discutem o apoio requerido a nível de país para a Missão de Planeamento e eventual conduta do PDNA.

A decisão final para realizar UM PDNA surge do campo; O papel da Sede é fornecer apoio técnico para facilitar o processo de decisão, bem como a implementação do PDNA. Uma vez que um pedido oficial para UM PDNA é feito pelo Governo Nacional, os parceiros tripartidos na sede são obrigados a coordenar com os seus homólogos no país para decisões conjuntas sobre a Missão de Planeamento e tomar todas as medidas e os recursos necessários para apoiar a missão. Os parceiros tripartidos reservam-se o direito de participar ou de optar por uma avaliação por motivos políticos, razões técnicas. A tabela abaixo descreve com riqueza de detalhes, os papéis e responsabilidades durante o processo de activação e implementação

Tabela resumida de funções e responsabilidades

Actores	Papel Principal e Responsabilidades dos Actores
No País Parceiros Tripartidas (ONU, BM, UE)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a comunicação, a partilha de informações e a coordenação entre as três partes; ▪ Facilitar o processo de consulta para assegurar a coordenação e a partilha da informação, com todas as partes interessadas no país, incluindo com o Governo, a Equipa, doadores e ONGs; ▪ Os parceiros tripartidos solicitam a activação do PDNA, uma vez que tenham recebido um pedido oficial do governo; ▪ Assegurar a comunicação e a coordenação entre os escritórios nacionais e a sede, a fim de tomar decisões rápidas e apropriadas para a activação e a implementação do PDNA; ▪ Assegurar a comunicação e coordenação com outras partes interessadas no país, como requerido para a tomada de decisões rápidas e apropriadas para a activação e implementação do PDNA; ▪ Uma vez recebido do Governo o pedido oficial do PDNA, os parceiros tripartidos discutem e preparam os acordos para organizar e coordenar a Missão de Planeamento do PDNA incluindo os seus TdR, prioridades e prazos, e identificam os fundos e o pessoal para o exercício; ▪ Estabelecer a Equipa de Gestão de Alto Nível no país em consulta com o Governo e outras partes interessadas chave; ▪ Prestar apoio contínuo ao longo da Missão de Planeamento e do processo do PDNA;
Sede Parceiros Tripartidas(ONU, BM, UE)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a comunicação, partilha de informação e coordenação entre as três partes no Nível da Sede; ▪ Assegurar a comunicação e a coordenação com os parceiros tripartidos a nível dos países, Tomar decisões rápidas e apropriadas para a activação e implantação do PDNA; ▪ Apoiar a activação e a implantação do PDNA, incluindo a Missão de Planeamento, com experiência, orientação e recursos, conforme necessário; ▪ Assegurar a comunicação e a coordenação com outros participantes no PDNA durante todo o processo do PDNA.

3.5 – PREPARAÇÃO DE UM PDNA

A Missão Planeamento: Finalidade e composição da equipa

O objetivo geral do Planeamento da Missão de PDNA é fazer os passos necessários para realizar UM PDNA bem-sucedido. É importante que os organizadores da Missão de Planeamento da PDNA identifiquem as principais partes interessadas cuja participação é significativa para a tarefa em questão. Todos os parceiros tripartidos, bem como o Governo, são obrigados a fazer parte da Missão de Planeamento do PDNA. Outras partes interessadas que podem fazer parte de uma Missão de Planeamento incluem ministérios relevantes, governos regionais, representantes de agências das Nações Unidas, ONGs locais e internacionais e potenciais doadores.

É importante manter o Planeamento da Missão PDNA o mais compacto possível para facilitar a rápida tomada de decisão e garantir o compromisso de completar os TdR s da Missão de Planeamento.

Resultados Esperados da Missão de Planeamento

A Missão de Planeamento do PDNA deverá produzir dois resultados principais:

- Um breve relatório de análise de situação.
- O PDNA TdR.

Estas saídas são resumidas na seguinte tabela e subsequentemente descritas em maior detalhe.

Resultados Principais	Descrição
1/Breve Análise de Situação	<p>Escreva um breve relatório de análise de situação fornecendo uma actualização da situação da catástrofe, com base no seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Revisão dos principais relatórios de avaliação rápida, relatórios de campo, dados governamentais disponíveis, mapas e imagens de satélite, entre outros; ▪ Consultas com todas as principais partes interessadas; ▪ Vontade e capacidade do Governo para providenciar liderança e apoio técnico e logístico para a realização do PDNA.
2/ O TdR do PDNA (com base no conteúdo padrão PDNA, adaptado à realidade local e acordado com o governo)	<p>Âmbito do PDNA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Objectivos do PDNA; ▪ Sectores e temas transversais a serem avaliados pelo PDNA e os critérios de identificação dos temas; ▪ Áreas geográficas a serem avaliadas; ▪ Cronograma do PDNA; ▪ Plano de trabalho do PDNA. <p>Disposições de Gestão do PDNA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura de Gestão e composição, especialmente da Equipa de Coordenação da PDNA e Equipa de Alto Nível de Gestão de elaboração de relatórios, entre outros.

Resultado 1: Breve Relatório de Análise de Situação

Para que a Missão de Planeamento atinja os seus objectivos, é necessário compreender a dimensão da catástrofe, o seu impacto na população e nos processos de desenvolvimento em curso e nos planeados. Essas informações se baseiam-se quase totalmente em informações secundárias existentes, incluindo as avaliações rápidas já realizadas para informar a resposta humanitária e entrevistas limitadas com os principais interessados. O apoio e a informação das equipas nacionais dos países e dos gabinetes de representação dos membros (parceiros) tripartidos seriam cruciais. Isto permitiria à equipa confirmar a necessidade de UM PDNA, e sendo assim, para definir o seu âmbito e as modalidades necessárias.

Um elemento importante da análise da situação é estar ciente e fornecer informações preliminares sobre as instituições existentes do governo local / nacional que podem apoiar a recuperação, a informação disponível e as bases de dados, o envolvimento do governo nas avaliações e respostas humanitárias e sua capacidade de envolvimento num PDNA. Isso inclui a determinação da capacidade técnica e da estrutura institucional entre os diferentes ministérios ou agências, a nível nacional e descentralizado.

Ao mesmo tempo, é igualmente importante avaliar a estrutura e a organização da comunidade internacional presente no terreno, particularmente a representação nacional e local da Equipa da ONU no País, o IFI, os doadores e ONGs internacionais. Isto permitiria determinar a capacidade disponível para participação no PDNA, as lacunas que precisam de ser colmatadas em termos de conhecimentos externos, ou o envolvimento exigido da Sede.

Com base nas entrevistas, na revisão documental, nas consultas e na avaliação da capacidade, a Missão de Planeamento deve elaborar um relatório breve de análise de situação como base para discussões com o Governo e entre os parceiros tripartidos, e para decidir sobre quais as acções e prioridades futuras relativas ao PDNA. O relatório incluiria alguns dos seguintes dados:

- O impacto geral da catástrofe no país;
- Sectores afectados, incluindo os mais afectados;
- Áreas geográficas afectadas, particularmente as mais afectadas;
- Principais consequências pós-desastre aparentes na época;
- Necessidades urgentes que requerem atenção no PDNA;
- Concentrar-se na inter-relação entre os sectores e como as sobreposições e os temas podem ser abordados;
- Lacunas de informação que precisam de ser preenchidas;
- Avaliações atuais e planeadas de necessidades e exercícios de planeamento;
- Mecanismos potenciais de consulta;
- Visão geral das acções de resposta atuais e planeadas;
- Parcerias potenciais para a realização do PDNA;
- Financiamento actual e potencial disponível para o PDNA e / ou a recuperação.

Parte do raciocínio do PDNA é limitar o número total de avaliações realizadas por várias organizações e evitar uma duplicação de esforços. Isso pode ser feito melhorando a coordenação com relação à recolha, análise de dados pré-existentes e novos dados provenientes da avaliação. Inclui capitalizar os recursos existentes antes da catástrofe. Informações rápidas e análises de satélite que permitam fornecer informações críticas sobre a extensão dos danos, o seu impacto potencial e sobre as diferenças significativas entre os regiões.

No entanto, se as lacunas críticas na informação forem identificadas pela Missão de Planeamento, uma breve missão para algumas ou para todas as áreas afectadas pode ser necessária para preencher as lacunas de informação e estabelecer uma apreciação em primeira mão da gravidade da catástrofe e dos seus efeitos sobre a população local e os processos de desenvolvimento em curso.

No planeamento de uma missão de reconhecimento, informações úteis podem às vezes ser obtidas a partir de análises por satélite que podem ser úteis na selecção de áreas para visitas de campo. Estas análises por satélite, juntamente com a missão de reconhecimento, ajudariam a compreender melhor as variações essenciais para garantir uma avaliação abrangente durante o PDNA e a Estratégia de Recuperação.

A missão de reconhecimento deve ser liderada pelo governo e incluir toda a Equipa da Missão de Planeamento PDNA ou um subconjunto, ou membros adicionais da equipa da UE, do Banco Mundial e das agências da ONU. O número e o tipo de sectores que participariam dependeria do contexto da catástrofe. O relatório da missão de reconhecimento preencheria lacunas de informação, forneceria mais informações sobre a extensão dos danos por área geográfica e sector, e forneceria uma indicação dos sectores prioritários para o PDNA e eventual Estratégia de Recuperação.

Resultado 2: O TdR do PDNA

A missão de análise e reconhecimento de situação constitui a base para o desenvolvimento do Plano PDNA. Este plano descreve todas as medidas necessárias para proceder a UM PDNA bem-sucedido: ele define o âmbito de aplicação do PDNA e o cronograma, a sua estrutura de gestão, pessoal e medidas de logística e considerações de gestão da informação. Cada um desses elementos do plano é descrito abaixo.

Definição do Âmbito de UM PDNA

A análise de situação permite à Missão de Planeamento definir o âmbito e os objectivos do PDNA dentro do contexto geográfico e sectorial mais amplo dos danos causados por catástrofes e o seu impacto determinado pelo Governo. Embora raro, uma Missão de Planeamento nem sempre pode resultar na realização de UM PDNA. Supondo que uma decisão seja tomada para realizar UM PDNA, a Missão de Planeamento especifica o âmbito do PDNA, que pode ser limitado a alguns sectores, áreas geográficas específicas e um período de tempo rápido, ou ser muito mais amplo, abrangendo vários sectores, requisitos complexos para recolha de dados, ampla cobertura geográfica e análise, entre outros. Com base nas análises de situação e na Missão de Planeamento, o Governo decidirá sobre:

- Os sectores a incluir na avaliação;
- As áreas geográficas a serem avaliadas de acordo com as decisões oficiais;
- Os parceiros internacionais, os ministérios relevantes do governo e as organizações nacionais que estarão envolvidas na avaliação;
- O cronograma para iniciar e completar o PDNA.

Os Sectores a Serem Incluídos

Todos os sectores tipicamente incluídos na metodologia DaLA ou na abordagem de Avaliação de Necessidades de Recuperação Humana (HRNA) são indicados na tabela abaixo e podem ser usados como ponto de partida para discussões com o Governo sobre a selecção de sectores para o PDNA. Reconhece-se que o Governo tem a responsabilidade de tomar uma decisão final a este respeito. Muitos governos estabeleceram as suas próprias taxonomias sectoriais / *cluster* e estas devem também orientar a selecção dos sectores. O processo de decisão, no entanto, é sempre impulsionado pela gravidade do impacto da catástrofe sobre os sectores. O processo de decisão também deve considerar as características da catástrofe, os sub-setores e os temas transversais que precisam de ser abordados, bem como as necessidades e prioridades da população afectada e do governo.

Sectores Sociais	Sectores de Infra-estrutura	Sectores Produtivos	Temas Transversais
Habituação, terra e zonas urbanizadas	Água, saneamento e higiene	Agricultura, pecuária, pesca	Governança
Educação	Infra-estrutura da Comunidade	Indústria	Redução do risco de desastres
Saúde	Energia & Electricidade	Comércio e negócios (relações comerciais) Sustentável Turismo	Ambiente
Cultura	Transporte & Telecomunicação		Emprego e meios de subsistência
Nutrição			Género

Nota: em alguns casos, os temas transversais enumerados no quadro podem ser sectores autónomos.

A decisão sobre os sectores a avaliar é crítica. Deve haver um esforço para garantir que nenhum sector afectado seja excluído. Da mesma forma, nenhuma das necessidades específicas da população afectada deve ser esquecida. Por sua vez, os líderes do sector deveriam identificar sub-setores. Uma abordagem sectorial bem definida ajuda a garantir uma cobertura abrangente e as ligações essenciais entre sectores. Os sectores que devem ser incluídos na avaliação são identificados durante a Missão de Planeamento para assegurar que o PDNA seja composto por especialistas em assuntos adequados.

A Calendarização para a Avaliação

A calendarização do PDNA requer uma análise cuidadosa em relação à resposta e às avaliações humanitárias em curso. Também é importante ter em mente que o momento da avaliação não interfere na revisão do apelo instantâneo humanitário, nas conferências de doadores e / ou no desenvolvimento de estratégias de recuperação e reconstrução. Uma catástrofe é um momento de stress excepcional, tanto para as populações afectadas quanto para seus homólogos do governo, que enfrentam necessidades sem precedentes no curso de seu trabalho; pelo que caberá a todas as equipas da PDNA coordenar o seu trabalho de forma a facilitar o impacto das suas actividades nos seus homólogos oficiais e na população afectada.

É possível que os membros do PDNA já estejam envolvidos em avaliações de respostas humanitárias. Nesses casos, teriam de ser tomadas disposições para partilhar os resultados da avaliação. Embora seja importante que o PDNA não interfira com as operações humanitárias e os processos de mobilização de recursos, é igualmente importante assegurar que o PDNA não seja adiado na medida em que a “janela de oportunidade” para influenciar e iniciar a recuperação se percam as oportunidades de mobilização imediata de recursos.

A duração de UM PDNA varia dependendo da escala e magnitude da catástrofe e outros factores. A entrega atempada da avaliação deve ser um princípio orientador na condução do PDNA.

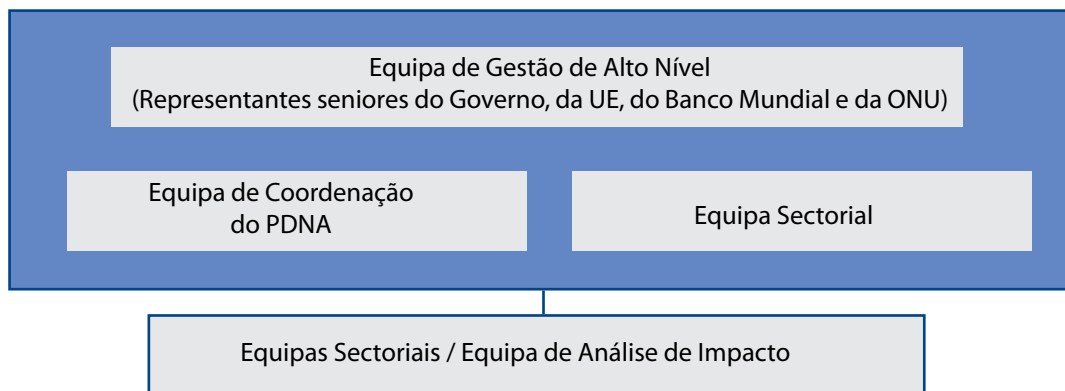
Estrutura de Gestão do PDNA

O tamanho, a composição e a estrutura de gestão de uma equipa PDNA dependeria do contexto local. Recomenda-se que o Governo seja representado e desempenhe um papel de liderança na gestão do PDNA. Em geral, é desejável manter o tamanho da equipa e a estrutura de gestão tão pequena quanto possível. No entanto, em caso de catástrofes de grande escala, pode ser necessária uma equipa completa. Múltiplos especialistas seriam necessários para assumir a responsabilidade de vários elementos do PDNA.

Ao conceber a estrutura de gestão, a equipa deve considerar os mecanismos de coordenação e gestão pré-catástrofe e pós-catástrofe já existentes no Governo e na comunidade internacional, para que as lacunas possam ser abordadas na concepção dos mecanismos de gestão e dos custos associados incluídos no PDNA. Para que na medida do possível, a estrutura de gestão deva basear-se na capacidade nacional existente, aproveitando ao máximo os peritos nacionais e o pessoal governamental disponíveis e experientes.

Uma estrutura completa para conduzir UM PDNA incluiria as seguintes equipas em termos de funções. A estrutura montada para o PDNA deve ser o mais leve possível, mantendo os conhecimentos externos ao mínimo e dependendo tanto quanto possível das capacidades internas do governo e da presença dos parceiros tripartidos no terreno.

Estrutura de coordenação PDNA ilustrativa



A Equipa de Gestão de Alto Nível

A Equipa de Gestão de Alto Nível é liderada por um alto representante da entidade governamental responsável pela reconstrução. Inclui o Chefe de Delegação da UE, o Director / Representante do Banco Mundial e o RC / HC das Nações Unidas. A participação de outros altos funcionários do governo, parceiros nacionais e internacionais seria do critério do governo. O principal papel desta equipa é fornecer orientação estratégica sobre o PDNA, tomar decisões-chave de gestão, e assegurar os recursos necessários, bem como a consecução dos objectivos do PDNA.

A Equipa de Alto Nível é estabelecida no início do processo PDNA e tem de se reunir regularmente durante o Curso do PDNA. Esta equipa também resolve as diferenças, sendo o decisor final no que respeita às prioridades e recuperação que são propostas para a Estratégia de Recuperação.

A Equipa de Coordenação do PDNA

A Equipa de Coordenação do PDNA é liderada por um funcionário governamental designado para conduzir o PDNA e inclui os representantes das Organizações tripartidas. A equipa trabalha sob a supervisão da Equipa de Gestão de Alto Nível. A equipa de coordenação também pode ter um planificador para fornecer orientação sobre o planeamento da recuperação, o processo consultivo, bem como a integração da perspectiva do desenvolvimento humano. A equipa é estabelecida assim que o PDNA for confirmado pela Missão de Planeamento ou activado pelos parceiros tripartidos. Esta equipa permanece plenamente operacional durante todo o processo PDNA e é apoiada pela Célula de Apoio Técnico e pela Secretaria do Relatório, incluindo um (s) relator (es) de relatórios.

As Equipas Sectoriais

As Equipas Sectoriais compreendem peritos em assuntos específicos dos ministérios competentes, da ONU, da UE, do Banco Mundial e de outras organizações. Idealmente, a equipa governamental e os especialistas do país afectado devem incluir a maioria dessas equipas. Inclui também peritos em macroeconomia e desenvolvimento humano⁷ para avaliar o impacto da catástrofe sobre indicadores macroeconómicos e indicadores de desenvolvimento humano.

⁷ Caso uma análise de Desenvolvimento Humano seja incluída na avaliação

Além das três equipas, existem certas funções críticas necessárias para suportar o PDNA, e essas funções são descritas abaixo.

Funções de Apoio Técnico

O PDNA requer suporte em relação a certas funções críticas. Entre elas está o apoio técnico em funções-chave como a aquisição de logística, tecnologia da informação e comunicação (TIC), gestão da informação, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e mapeamento, logística, administração, finanças e interpretação / tradução. O Governo e os parceiros tripartidos podem designar pessoal para prestar apoio técnico à condução do PDNA.

Função para Elaboração de Relatórios

Um dos principais resultados do PDNA é um relatório que inclui uma estratégia de recuperação e relatórios de avaliação sectorial. Frequentemente a elaboração do relatório é liderada pelo Governo, juntamente com especialistas do sector e membros da Equipa de Coordenação. A redacção do relatório final será conduzida por membros seniores da equipa de coordenação. A principal função dos relatores seria:

- Compilar e editar todos os Capítulos do sector;
- Elaborar o Relatório Geral do PDNA;
- Integrar o feedback e finalizar o Relatório da Estratégia e Recuperação do PDNA;
- Desenvolver uma apresentação em *PowerPoint* resumindo o relatório final.

É fundamental que todo o relatório de avaliação e a Estratégia de Recuperação sejam redigidos no país para garantir a plena participação e apropriação do processo pelo governo. Os serviços de um editor profissional podem ser contratados para rever e editar o relatório final.

Tabela resumida de funções e responsabilidades (I)

Actores	Principales funciones y responsabilidades
Equipa de Gestão de Alto Nível	<p>Fornecer orientação estratégica sobre o PDNA, tomar decisões-chave de administração, e garantir os recursos necessários e a realização dos objectivos do PDNA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fornecer orientação estratégica geral sobre o PDNA. ▪ Mobilizar os recursos necessários para apoiar o PDNA. ▪ Estabelecer e dar supervisão geral à Equipa de Coordenação do PDNA. ▪ Assegurar as estruturas de apoio operacional necessárias para o PDNA. ▪ Assumir a ligação e assegurar a coordenação com os parceiros na sede e com o grupo de doadores no país. ▪ Garantir a elaboração de um único Relatório do PDNA, coerente, tecnicamente preciso e estratégico em tempo útil e com a ampla participação das principais partes interessadas. ▪ Aprovar o projecto e o relatório final do PDNA e da Estratégia de Recuperação para submissão e validação pelo Governo. ▪ Liderar e facilitar a mobilização de recursos para apoiar a implementação da Estratégia de Recuperação, por exemplo, a inclusão no âmbito de recursos revistos, organização da conferência de doadores e exercícios de reestruturação da carteira de desenvolvimento.
Equipa de Coordenação da PDNA	<p>Gerir o planeamento, a implementação e a coordenação do PDNA e o desenvolvimento da Estratégia de Recuperação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Organizar todos os preparativos para apoiar o PDNA (logística, recursos humanos, etc.); ▪ Apoiar e facilitar a orientação do PDNA e o workshop de formação quando a equipa PDNA chegar; ▪ Durante o workshop de capacitação, definir com a Equipa PDNA os objectivos e resultados esperados do PDNA, os princípios orientadores, áreas geográficas e sectores a serem avaliados, a metodologia aplicada e os instrumentos de recolha de informações, a organização da equipa e sub-equipas, a distribuição de responsabilidades e todas as outras providências necessárias de acordo com as orientações contidas no Volume A do presente guia PDNA; ▪ Assegurar uma abordagem coordenada e coerente ao longo do processo PDNA, incluindo as visitas de campo; ▪ Assegurar que todos os princípios do PDNA sejam acordados e cumpridos; ▪ Assegurar um apoio logístico e administrativo adequado às equipas sectoriais; ▪ Estabelecer e supervisionar a Célula de Apoio Técnico e a Secretaria do Relatório; ▪ Gerir o orçamento, os recursos, o plano de trabalho e o cronograma do PDNA; ▪ Conceber o processo de planeamento estratégico e de consulta para o desenvolvimento da Estratégia de Recuperação. Assegurar a consulta e análise intersectoriais necessárias, temáticos e de área para fornecer uma base sólida para a priorização das estratégias de recuperação em todos os sectores / áreas geográficas; ▪ Gerir e supervisionar a elaboração, validação e revisão do Relatório Final do PDNA; ▪ Organizar uma conferência de doadores; ▪ Apoiar a mobilização de recursos de recuperação; ▪ Realizar comunicados de fim de missão

Tabela resumida de funções e responsabilidades (e II)

Actores	Principales funciones y responsabilidades
Equipas Sectoriais	<p>As equipas sectoriais realizam a avaliação real:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recolher e integrar dados sobre o efeito e o impacto da catástrofe, seguindo o guia PDNA; ▪ Seleccionar os instrumentos de recolha de dados, conforme a necessidade de cada sector; ▪ Recolher dados primários de campo e dados secundários, conforme necessário, para avaliar os respectivos sectores; ▪ Recolher dados de base conforme necessário; ▪ Processar e analisar dados e resultados de avaliação; ▪ Elaborar os relatórios de avaliação do sector, incluindo as necessidades de recuperação prioritária propostas; ▪ Elaborar a estratégia de recuperação para os seus respectivos sectores.

Disposições para o PDNA

Uma vez que a Missão de Planeamento confirme a necessidade de UM PDNA, as medidas de preparação devem ser tomadas o mais rapidamente possível, particularmente no que se refere a:

- Recursos humanos
- Logística
- Gestão da informação
- O orçamento
- Formação

As disposições necessárias para cada uma dessas etapas preparatórias são explicadas a seguir.

Resultados	Descrição
Dispositivos de Recursos Humanos do PDNA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Total de pessoal necessário para todas as equipas; ▪ Pessoal interno do governo e da comunidade internacional; ▪ Aumento da capacidade em caso de necessidade; ▪ Áreas de especialização necessárias; ▪ Recrutamento de pessoal da Sede, se necessário; ▪ TdR para equipas e funcionários-chave, inclusive para toda a equipa PDNA; ▪ Rever currículos e entrevistar pessoal potencial para equipa avaliação em, tanto no país como candidatos externos.
Organização Logística	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaço de escritórios para a administração, equipas sectoriais e recenseadores; ▪ Equipamentos e materiais de escritório; ▪ Organização de transporte (terrestre, aéreo); ▪ Organização de tic (internet, etc.); ▪ Alojamentos; ▪ Considerações de segurança.
Gestão da Informação / Disposições Analíticas da PDNA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plataforma Web para partilha de informações entre equipas PDNA (IRP); ▪ Preencher a plataforma com todos os relatórios, dados, mapas obtidos para análise de situação (acima); ▪ Ligações com outros sistemas existentes de gestão da informação (por exemplo, OCHA, Centros de Informação Humanitária, Inquérito às Pesquisas, etc.); ▪ Ligações com bases de dados de desenvolvimento e documentos analíticos fundamentais; ▪ Lista de contactos (governo, agências da ONU, doadores, IFIs, ONGs, etc.); ▪ Considerações sobre pessoal e equipamentos para garantir a gestão e análise da informação.
Orçamento da PDNA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimativa de custos no país para a PDNA.
Formação PDNA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Briefing (comunicação) e formação para a Equipa PDNA à chegada; ▪ Apoio à organização e facilitação; ▪ Preparar apresentações, relatórios, materiais a serem utilizados.

Disposições para os recursos humanos

Com base nos objectivos, no âmbito e na estrutura de gestão do PDNA elaborados pela Missão de Planeamento, será necessário identificar os recursos humanos necessários para implementar o PDNA, e o gráfico acima enumera detalhadamente as considerações que regem a avaliação das necessidades de pessoal.

Os requisitos de pessoal precisam de ser identificados para as equipas do sector do PDNA, a Equipa de Coordenação do PDNA, para apoio e para a elaboração de relatórios, bem como para os ministérios do governo ou a Equipa de Gestão de Alto Nível, devem ser tidos em conta os requisitos de apoio adicional, requisitos para suporte administrativo geral e motoristas.

O PDNA exigiria peritos técnicos de uma variedade de campos. As agências técnicas e os líderes de sector podem necessitar de recursos humanos para as suas respectivas equipas sectoriais e usar as listas nacionais e internacionais com esta finalidade. A metodologia e o âmbito da avaliação também determinam os requisitos de pessoal - por exemplo, o número de enumeradores necessários para a realização de pesquisas domiciliares nas áreas afectadas. Para além de pessoal para levar a cabo estas actividades, o pessoal também pode ser necessário para apoiar na coordenação e gestão, como descrito acima.

Uma vez identificadas as necessidades de RH para o PDNA, o próximo passo é avaliar os recursos humanos disponíveis no país para determinar o tipo e a extensão dos peritos internacionais necessários no país. Uma equipa de avaliação diversa incluindo mulheres, homens, minorias, pessoas com deficiência, entre outros.

Deverá ser prestada atenção adequada à formação em matéria de capacitação que possa ser necessária para apoiar o rápido aumento das capacidades de coordenação entre as autoridades governamentais, bem como a Equipa do País das Nações Unidas.

Apoio logístico

As considerações logísticas incluem a infra-estrutura de escritório ou um local funcional para a equipa e a administração do PDNA, o transporte necessário e as providências a considerar a nível de viagem para conduzir o PDNA, especialmente com relação a visitas de campo e pesquisas domiciliares, compras, TIC e outros assuntos semelhantes. A extensão em que o apoio logístico seria necessário dependeria da dimensão da catástrofe, se afectou a capital e / ou outras áreas urbanas-chave, a escolha das metodologias a serem utilizadas, a extensão das áreas afectadas, o acesso a essas áreas e a distância da localização central das equipas PDNA.

Dado que muitas equipas e funcionários participam do PDNA, bem como as necessidades funcionais do PDNA, é importante que um espaço de escritório apropriado seja designado para abrigar o pessoal e a administração do PDNA. A sua localização deve proporcionar um espaço de trabalho suficiente para todos os membros da Equipa PDNA, bem como um local para reuniões, formações e, eventualmente, a finalização dos relatórios sectoriais e a Estratégia de Recuperação. Segue-se que o espaço de trabalho teria de ser equipado com equipamento de escritório, acesso à Internet adequado, postos de trabalho para todas as equipas e instalações para conferências, para reuniões e formação, entre outros.

A experiência mostra que os escritórios nacionais dos parceiros internacionais participantes raramente têm espaço apropriados para esta finalidade. Ao mesmo tempo, é reconhecido que as agências parceiras individuais que têm escritórios no país utilizam os seus próprios espaços na medida do possível. No entanto, esta situação não elimina a necessidade de um espaço dedicado. Com base nas experiências passadas, as melhores alternativas incluem o espaço de escritório fornecido pelo governo ou, se não for possível, espaço numa unidade hoteleira, universidade ou outra facilidade de conferência. Em casos de danos físicos extremos à capital, uma estrutura provisória, insuflável ou temporária / tenda ou outra instalação portátil poderia ser montada e equipada para esta finalidade. Em princípio, quase todo o apoio logístico exigido pelas equipas PDNA deve estar em vigor antes da chegada das equipas para que a avaliação possa ser iniciada o mais rapidamente possível.

Devem ser tomadas disposições logísticas para o transporte local. Estes são normalmente fornecidos pelo Governo ou por Doadores que estão a operar na fase de emergência, ou por projectos em andamento ou escritórios locais da ONU e, em alguns sectores. Podem ser necessárias disposições especiais em situações de grave falta de acesso humanitário.

Outras disposições logísticas incluem as comunicações, os equipamentos e materiais de escritório e provisões para aquisição de dados, Tradução e interpretação, impressão e distribuição, incluindo edição e formatação. Detalhar todas as disposições logísticas está fora do âmbito deste Guia, mas a lista abaixo servirá como referência:

- Infra-estrutura de escritório para acomodar a equipa da PDNA e a administração;
- Material de escritório e equipamento informático;
- TI e telecomunicações (Internet, telemóveis, etc.);
- Transporte;
- Viagens;
- Reuniões de coordenação, consultas, workshops;
- Requisitos de gestão da informação (software, pessoal, equipamento);
- Serviços de apoio à Equipa de Gestão de Alto Nível;
- Arranjos logísticos especiais (por exemplo, para facilitar o acesso humanitário);
- Alojamento.

Modalidades de Gestão de Informação

Avaliações pós-desastre como PDNAs geram um grande volume de dados primários e secundários que precisam de ser consolidados para todos os sectores e exigem uma análise complexa. Um sistema de gestão de informações para apoiar a recolha, o processamento, a análise e disseminação de dados é um serviço de suporte crítico para a Equipa PDNA.

Uma plataforma web comum para partilha de informações entre as equipas do PDNA pode ser considerada. Uma plataforma web comum pode servir como um espaço de trabalho colaborativo PDNA (ver anexo para referência adicional). A Equipa de Coordenação pode iniciar a plataforma e pode ser posteriormente gerida por um especialista em gestão de informações durante o processo do PDNA. Os relatórios, mapas e dados de base recolhidos anteriormente pela Missão de Planeamento devem ser inseridos na plataforma web comum. A seguir está uma lista de verificação ilustrativa de informações que devem ser recolhidas e inseridas na plataforma Web comum do PDNA.

Relatórios e Recolha de Dados	Fontes Potenciais de Informação
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todos os relatórios de situação, relatórios de avaliação Dados disponíveis (globalmente e por sector); ▪ Mapas de áreas e populações afectadas, de movimentos populacionais, campos de PDI, etc. ; ▪ Imagens de satélite de áreas afectadas; ▪ Mapas administrativos do país e das áreas geográficas afectadas; ▪ Planos de contingência disponíveis de relevância para catástrofes (inter-agência governamental); ▪ Relatório de desenvolvimento humano do país, UNDAF, DERP; ▪ Organigrama das Nações Unidas no país e do governo; ▪ Guia de Segurança da ONU; ▪ Mapas de perigo e história de catástrofes anteriores; ▪ Dados demográficos e socioeconómicos das áreas afectadas (linha de base); ▪ Lista de contactos de todos os membros da Equipa PDNA. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministérios Sectoriais, Defesa Civil, Centros Nacionais de Operações, Cruz Vermelha Nacional. ▪ Relatórios de meios de comunicação social. ▪ Autoridades locais. ▪ Agências da ONU. ▪ IFIs. ▪ IFRC. ▪ ONGs internacionais e nacionais. ▪ CHA Reliefweb ▪ Centro de mapas em Reliefweb ▪ Mapa de Acção ▪ Catálogo de mapas, AlertNet ▪ UNOSAT ▪ JRC ▪ EM / DAT para dados sobre histórico de catástrofes.

O sistema de gestão da informação do PDNA deve basear-se em sistemas de gestão de informação nacionais, humanitários e de recuperação precoce e deve ligar-se aos sistemas de gestão de informação existentes (por exemplo, Centros de Informação Humanitária da OCHA e Inquérito de Pesquisas, entre outros).

O orçamento da PDNA e mobilização de recursos

Estimar as necessidades de recursos para o PDNA e mobilizar os recursos necessários para conduzi-lo é uma tarefa significativa. Até este ponto, incluindo a fase do Planeamento da Missão PDNA, as organizações deverão cumprir os seus próprios custos de participação. No entanto, a fase seguinte, isto é, o PDNA propriamente dito, requer um aumento de recursos. O orçamento deve considerar as seguintes principais rubricas orçamentais e custos:

- Necessidade de recursos humanos, gestão e coordenação;
- Disposições logísticas;
- Despesas de formação / workshop;
- Actividades de consultoria e planeamento;
- Workshops, reuniões, conferências;
- Administração.

Os anexos fornecem um exemplo mais detalhado de um orçamento PDNA.

Uma estimativa orçamentária para o PDNA pode ser necessário para facilitar a mobilização dos recursos necessários. Os parceiros tripartidos podem auxiliar na mobilização de recursos necessários para conduzir o PDNA. Esses recursos podem vir na forma de contribuições de agências da ONU, IFIs ou doadores participantes.

A formação PDNA

Considerando a diversidade de participantes no PDNA, é importante organizar um *briefing* e uma sessão de formação com membros da equipa para discutir e acordar uma abordagem comum e um plano de trabalho. A formação pode ser na forma de um Workshop de quatro dias organizado e facilitado pela Equipa de Coordenação do PDNA. O workshop orientaria os participantes sobre a metodologia PDNA. Podem também ser utilizados materiais de formação pré-estabelecidos nas abordagens DaLA e HRNA ou adaptados ao contexto da crise e à situação específica do país. O workshop também forneceria uma visão da catástrofe com base na análise da situação realizada pela Missão de Planeamento. Seria também uma actualização da Resposta humanitária, os principais atores, considerações logísticas e de acesso, entre outros.

Deve também ser fornecido um pacote informativo a todos os membros da Equipa PDNA, incluindo os relatórios mais relevantes, os mapas e as listas de contactos, a maioria dos quais teriam sido recolhidos durante o estágio da Missão de Planeamento. Haveria também uma informação sobre a estratégia de gestão de informação do PDNA, e software de gestão de informação e dados e as ferramentas a serem usadas durante o PDNA.

Poderão ser necessárias sessões de formação adicionais para sectores específicos e questões transversais ou para a recolha de dados, métodos e instrumentos para pesquisas. Além disso, as equipas sectoriais poderiam projectar e facilitar sessões individuais. O Workshop também deve servir para organizar todos os elementos do PDNA, incluindo os seguintes tópicos, dependendo das necessidades:

- Sectores e áreas geográficas a serem avaliados;
- Visão geral da metodologia e abordagem para a avaliação;
- Princípios básicos do trabalho de campo;
- Composições de equipas (por área geográfica ou sector);
- Utilização de instrumentos de recolha de informação;

- Relações intersectoriais e questões transversais;
- Distribuição de responsabilidades e tarefas;
- Acordos de liderança e coordenação;
- Disposições para a recolha dos dados de base necessários a todas as equipas;
- Responsabilidades para consolidar dados e informações e redacção de relatórios;
- Cronograma e plano de trabalho;
- Disposições logísticas (transporte, hospedagem, despesas de viagem, agenda de reuniões);
- Medidas de segurança.

3.6 - RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

Análise interna

Para iniciar o processo de recolha de dados, a Equipa PDNA deve recolher e analisar os dados secundários quantitativos para avaliar a extensão dos danos em sectores como educação, agricultura, saúde e outras infra-estruturas. A equipa também recolhe dados sobre as características demográficas, sociais e económicas gerais do país e das áreas geográficas afectadas, bem como dados específicos de cada sector. Esses dados ajudam a descrever as condições no país antes da catástrofe e também constituem a base quantitativa para a análise comparativa das condições pré- catástrofe e pós-catástrofe. Esta tarefa deve ser atribuída aos membros da equipa que trabalham desde o início do processo PDNA para garantir que a recolha de informações possa ter lugar em conjunto com as visitas de campo dos outros membros da equipa, tornando assim eficiente uso do tempo.

Em muitos países, seria difícil recolher dados sobre o impacto das catástrofes devido à falta de recolha sistemática de dados por parte das agências relevantes ou à falta de acesso às áreas afectadas devido a constrangimentos logísticos, administrativos ou de segurança. Nesta situação, os dados primários poderiam ser recolhidos através de pesquisas limitadas, especificamente delineadas e aplicadas a grupos amostrais estatisticamente relevantes, dependendo da disponibilidade de tempo e de recursos. Os resultados destes pequenos inquéritos por amostragem seriam extrapolados para obter uma estimativa do quadro total dos danos, das perdas e das necessidades. As avaliações realizadas anteriormente pelas agências humanitárias e pelos serviços de protecção civil do Governo devem ser utilizadas para o desenvolvimento de uma base de dados aproximada. É sempre preferível ter uma estimativa extrapolada que possa ser usada para a avaliação em vez de não ter dados ou uma base de dados elaborada que envolveria tempo e recursos intensivos e excessivos.

Entrevistas com principais partes interessadas e avaliação de campo

Para além da recolha de dados secundários, são organizadas visitas de campo para recolher e validar dados. As entrevistas com as principais partes interessadas através de visitas de campo às áreas afectadas são cruciais para uma visão em primeira mão dos efeitos e impacto da catástrofe. As visitas de campo devem ser cuidadosamente coordenadas pela Equipa de Coordenação do PDNA, a fim de evitar visitas repetidas das equipas de avaliação e uma “certa fadiga” entre os informadores-chave e as comunidades afectadas e evitar interrupções das operações humanitárias em curso. A Equipa de Coordenação do PDNA supervisiona o trabalho realizado pelas equipas do sector e projecta os processos para assegurar que os requisitos de dados em todos ou em muitos sectores sejam recolhidos de forma eficiente, evitando assim a duplicação de pedidos de informação.

As consultas devem ser abrangentes, incluindo homens e mulheres, pessoas de várias idades, de diferentes grupos étnicos e religiões, pessoas com deficiência e outras necessidades especiais, bem como outros grupos para garantir que as necessidades das pessoas em todo o espectro são consideradas. As consultas realizadas com mulheres e homens - individualmente, em conjunto, e / ou em grupos únicos e mistos - e com pessoas de diferentes origens e características tornam possível identificar as suas necessidades diferentes específicas, bem como suas diferentes prioridades e interesses. Essas necessidades e prioridades articuladas podem ser trianguladas com as autoridades internacionais e locais e as ONGs reconhecidas pelo seu trabalho com a população afectada.

Uma série de métodos de recolha de informação são utilizados para avaliar o impacto das catástrofes. Em geral, os métodos de recolha de informações podem incluir um dos seguintes ou uma combinação dos mesmos:

- Discussões de grupos focais;
- Entrevistas com grupos de subsistência;

Diretrizes para a Avaliação de necessidades pós-desastre, Volume A

- Entrevistas com informadores-chave;
- Visitas domiciliares e entrevistas;
- Observação de participantes no campo;
- Pesquisas domiciliares;
- Mapas e imagens de satélite.

Embora o uso de um método ou outro seja determinado pelo contexto e pelo sector avaliado, devem ser seguidos os seguintes princípios básicos de recolha de informações:

- Consultas directas: a população afectada pela catástrofe, as autoridades locais e a sociedade civil devem ser consultadas directamente.
- Informações representativas: assegurar que todas as áreas geográficas e grupos populacionais afectados sejam consultados.
- Fiabilidade: assegurar informações fiáveis que diferenciam entre “factos”, “opiniões” e “rumores”.

Uma vez que cada pessoa tem uma perspectiva subjectiva, seria essencial reconfirmar ou verificar com os outros, mantendo a imparcialidade.

Género: certificar-se de que os impactos únicos sobre mulheres e homens são capturados e suas necessidades únicas incorporadas no planeamento da recuperação.

Consolidação e Análise

Uma vez concluídas as visitas de campo e a revisão documental, a equipa PDNA precisará de consolidar, analisar e interpretar todos os dados recolhidos. Esta análise é fundamental para o sucesso global do PDNA, na medida em que converte os dados em provas credíveis e convincentes que informam as decisões tomadas pelas autoridades governamentais e pela comunidade internacional em relação à recuperação do país. Gerir dados produzidos por muitas organizações diferentes e de diferentes locais é uma tarefa complexa e exigente que requer um planeamento e uma organização eficientes.

Análise de dados a nível sectorial~

O primeiro passo envolve a consolidação, o processamento e a análise dos dados recolhidos por cada equipa de sector. Estes dados assim recolhidos por cada equipa de sector podem ter vindo de múltiplos actores e fontes, o que exige verificação cruzada e triangulação de informações para examinar inconsistências e confirmar descobertas. Quando são conduzidos inquéritos às famílias ou outros dados brutos semelhantes são recolhidos através de outros instrumentos, os recenseadores e outro pessoal deverão processar um grande volume de dados para o tornar utilizável. Finalmente, os resultados da avaliação são traduzidos pelas equipas do sector em necessidades e prioridades de recuperação e sintetizadas num relatório sectorial.

Análise de dados inter-sectoriais

As equipas sectoriais teriam, igualmente, de partilhar e verificar as conclusões entre sectores. A análise intersectorial ajuda a identificar vínculos e questões transversais a todos sectores. Pode ser necessário percorrer um longo caminho para ajudar a alcançar um entendimento comum sobre o efeito global da catástrofe; identificando prioridades comuns entre sectores e áreas geográficas, grupos vulneráveis, questões transversais; e no estabelecimento de uma base comum para a programação de recuperação.

Para elaborar a Estratégia de Recuperação, os dados quantitativos e qualitativos obtidos a partir do PDNA devem ser processados e consultados nas áreas afectadas e apresentados de forma a fornecer um quadro global de todos os sectores e áreas afectadas. Ao mesmo tempo, os resultados da avaliação devem ser apresentados por sector e área geográfica para facilitar a análise comparativa e priorização.

As informações recolhidas pelas várias equipas sectoriais devem ser compiladas numa base de dados com base numa tabela de indicadores acordada por todos. Esta base de dados pode ser actualizada de forma rotineira com dados provenientes de várias avaliações dentro do sector, os quais podem ser usados para apoiar uma programação mais detalhada, bem como para estabelecer uma monitorização sectorial. As equipas sectoriais devem ser encorajadas a usar o espaço de trabalho virtual colaborativo do PDNA, que poderia servir como um balcão único permitindo que os dados e as informações sejam facilmente compartilhados e armazenados entre os membros da equipa que trabalham no terreno, bem como pelo pessoal de apoio localizado fora do campo.

3.7 - FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO

A Estratégia de Recuperação faz parte do PDNA e constitui seu principal objetivo. Esta seção fornece uma breve visão geral do processo de desenvolvimento da Estratégia de Recuperação, enquanto uma orientação mais detalhada sobre o conteúdo da Estratégia de Recuperação é fornecida no Capítulo 2 deste Volume. O desenvolvimento da Estratégia de Recuperação é facilitado pela Equipa de Coordenação do PDNA com supervisão da Equipa de Gestão de Alto Nível.

As etapas para o desenvolvimento da Estratégia de Recuperação são as seguintes:

- Definir a visão de recuperação e a estratégia de acções de recuperação em cada sector e região afectada;
- Definir objectivos e intervenções claras que apontem o caminho para os resultados esperados e ajudem na definição do cronograma;
- Definir o custo para o processo de recuperação;
- Realizar consultas com governos nacionais e regionais, comunidades afectadas, agências da sociedade civil e parceiros do sector privado para apresentar a estratégia de recuperação e validar as prioridades e necessidades do roteiro de recuperação e reconstrução.

Consulta das Partes Interessadas

O processo consultivo é empregado em todo o processo do PDNA, e é especialmente importante no momento de desenvolver a Estratégia de Recuperação. As principais partes interessadas nos governos nacionais e regionais, agências internacionais e comunidades locais afectadas pela catástrofe devem ser consultadas na fase em que as necessidades de recuperação estão a ser priorizadas. A sua familiaridade com as condições locais e com as necessidades e capacidades das pessoas poderia fornecer ideias úteis que não estariam disponíveis de outra forma. Além disso, aqueles com experiência anterior em recuperação global de catástrofes também podem contribuir, significativamente, compartilhando exemplos de quais as boas práticas em processos anteriores de recuperação. A implementação de intervenções para atender às necessidades de recuperação requer recursos financeiros, materiais e humanos. Assim, seria importante incluir os doadores existentes e os potenciais na determinação das prioridades de recuperação.

O processo consultivo em grenada

Depois do furacão Ivan atingir Grenada em 2004, foi organizada uma Consulta Nacional para promover o trabalho conjunto e o consenso em torno do processo de recuperação entre as principais partes interessadas. Consistia numa consulta de um dia e meio dia de discussões organizadas por sector à volta de uma mesa.

O objetivo da consulta foi gerar um entendimento compartilhado dos desafios que enfrentaram Grenada e um processo de consenso geral em torno do plano de recuperação, a sua implementação e acompanhamento entre o governo e os interessados a nível nacional, internacional e comunitário. Também estabeleceu um mecanismo permanente de informação aos cidadãos através da Agência de Reconstrução e Desenvolvimento.

A Consulta Nacional incluiu cerca de 150 decisores envolvidos no processo de recuperação e desenvolvimento do país: Membros do Conselho Consultivo Nacional e da Agência de Reconstrução e Desenvolvimento, representantes dos ministérios e das instituições nacionais, dos partidos políticos e da sociedade civil, incluindo os jovens, os sindicatos, o sector privado, organizações religiosas, comunidade académica e científica, meios de comunicação, organizações comunitárias e outros Parceiros de desenvolvimento.

Além disso, o género e outras questões relevantes como conflitos existentes e subjacentes devem ser levados em consideração para assegurar que as consultas com as comunidades afectadas sejam inclusivas e capazes de expressar as necessidades e prioridades das mulheres e dos homens, bem como dos vulneráveis e dos excluídos. O apoio activo e a participação de todas as partes interessadas são essenciais para a implementação bem-sucedida do plano de recuperação. Estas partes interessadas podem ser consultadas através de entrevistas individuais, discussões em pequenos grupos, seminários conjuntos com representantes da sociedade civil (comunidades, associações de mulheres, organizações do sector privado, etc.) ou workshops nacionais.

Uma vez concluídas as consultas e a Estratégia de Recuperação, seria necessário organizar uma reunião ou um workshop com as autoridades governamentais, as agências das Nações Unidas, os doadores, IFIs, ONGs, a sociedade civil e outras partes interessadas para validar os resultados finais. O objetivo é apresentar a Estratégia de Recuperação e receber comentários e a validação, bem como para salvaguardar a propriedade da Estratégia de Recuperação e os resultados.

A tabela abaixo resume os principais elementos incluídos numa Estratégia de Recuperação. Isto foi desenvolvido no Capítulo 2.

Necessidades de recuperação	Visão & princípios orientadores	Plano de recuperação	Estratégias de implementação
<p>Esboço das necessidades de recuperação com base nos resultados do PDNA:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Para reconstrução de bens físicos e compensação de perdas económicas;▪ Restaurar a prestação de serviços e o acesso a bens e serviços;▪ Restaurar a governança e os processos sociais;▪ Reduzir riscos e reconstruir melhor.	<p>A visão acordada alinhada com as metas de desenvolvimento nacional e os princípios orientadores para o processo de recuperação global.</p>	<p>Esboço do plano de recuperação baseado em resultados:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Necessidades prioritárias;▪ Intervenções necessárias;▪ Resultados esperados;▪ Custos de Recuperação;▪ Resultados pretendidos.	<p>Esboço das disposições para a implementação bem-sucedida do Roteiro de Recuperação:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Parcerias, coordenação e gestão;▪ Temas transversais;▪ Ligações ao desenvolvimento;▪ Mobilização de recursos;▪ Principais pressupostos e restrições.

Elaboração do relatório do PDNA e estratégia de recuperação

Uma vez que o PDNA esteja concluído e a Estratégia de Recuperação acordada, é a vez da Equipa de Coordenação consolidar todos os relatórios de avaliação sectoriais e elementos da estratégia de recuperação num único relatório, auxiliado pelo (s) redactor (es) e editor. O relatório deve servir para apresentar todos os resultados da avaliação e a Estratégia de Recuperação de forma integrada e coerente. Abrangendo todos os sectores e ligando as necessidades de recuperação com objectivos e resultados claros de recuperação. Deve garantir a qualidade e reflectir os acordos alcançados pelo Governo Nacional, o sistema das Nações Unidas, o Banco Mundial e os doadores. Este relatório é fundamental para a mobilização de recursos e para qualquer conferência de doadores que possa ser planeada como parte da estratégia de mobilização de recursos.

Uma vez elaborados o PDNA e a Estratégia de Recuperação, o primeiro esboço deve ser partilhado com o Governo para comentários e homologação. Este procedimento não só é necessário para a verificação cruzada e a validação, mas também para reiterar a propriedade do PDNA, o processo da Estratégia de Recuperação e os resultados. Seria uma boa ideia seguir uma validação similar com outras partes interessadas, incluindo a Equipa de Gestão de Alto Nível. Todos os comentários devem ser integrados e o relatório final validado produzido e impresso. O relatório deve ser concluído in situ pela Equipa de Coordenação e aprovado pelo Governo Nacional. Uma apresentação em power-point também deve ser desenvolvida para resumir os resultados do PDNA, a Estratégia de Recuperação, as recomendações e o orçamento. Deve estar pronto para ser apresentado formalmente ao Governo Nacional e aos doadores com o objetivo de mobilizar recursos para o processo de recuperação do país.

3.8 – MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

A mobilização de recursos para a recuperação é um objetivo importante do PDNA e uma medida de acompanhamento natural para o desenvolvimento da Estratégia de Recuperação. O desenvolvimento de uma estratégia de mobilização de recursos ajudaria no esforço para a obtenção de fundos para a recuperação. As conferências internacionais de doadores tornaram-se um importante mecanismo para mobilizar e coordenar a assistência internacional de recuperação em países seleccionados após a catástrofe. Essas promessas são construídas em torno do PDNA e da Estratégia de Recuperação, contra as quais os doadores individuais fazem as suas promessas. Isto contribui para reforçar a coerência da assistência dos doadores.

Os parceiros tripartidos, se solicitado pelo Governo Nacional, podem ajudar na organização de uma mesa-redonda ou conferência de doadores após a conclusão do PDNA e da Estratégia de Recuperação. Os objectivos e metas da conferência de doadores e a estratégia para a mobilização de recursos devem ser acordados e convocados sob a liderança do Governo e da Equipa de Gestão de Alto Nível. Os doadores já envolvidos no PDNA podem ser convidados a ajudar na organização da conferência de doadores. Abaixo está um esboço de algumas das vantagens de ter uma estratégia de recuperação e de organizar uma conferência de doadores:

- Validação e endosso dos doadores para a Estratégia de Recuperação;
- Fazer um argumento para financiamento;
- Avaliar o potencial de financiamento disponível;
- Identificar financiamento atempado e previsível.
- Com o objetivo de torná-lo um recurso regular, a cada um e envolver uma gama mais ampla de novos doadores emergentes, incluindo o sector privado:
- Reforçar a coordenação com os parceiros relevantes e alargar as parcerias;
- Incentivar os doadores a passar de uma abordagem de projecto para parcerias estratégicas;
- Obter apoio para o desenvolvimento de um sistema nacional de gestão da informação para monitorizar o financiamento e as despesas, a fim de reforçar a responsabilização e a transparência.

3.9 - O QUADRO DE RECUPERAÇÃO E OUTRAS MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO

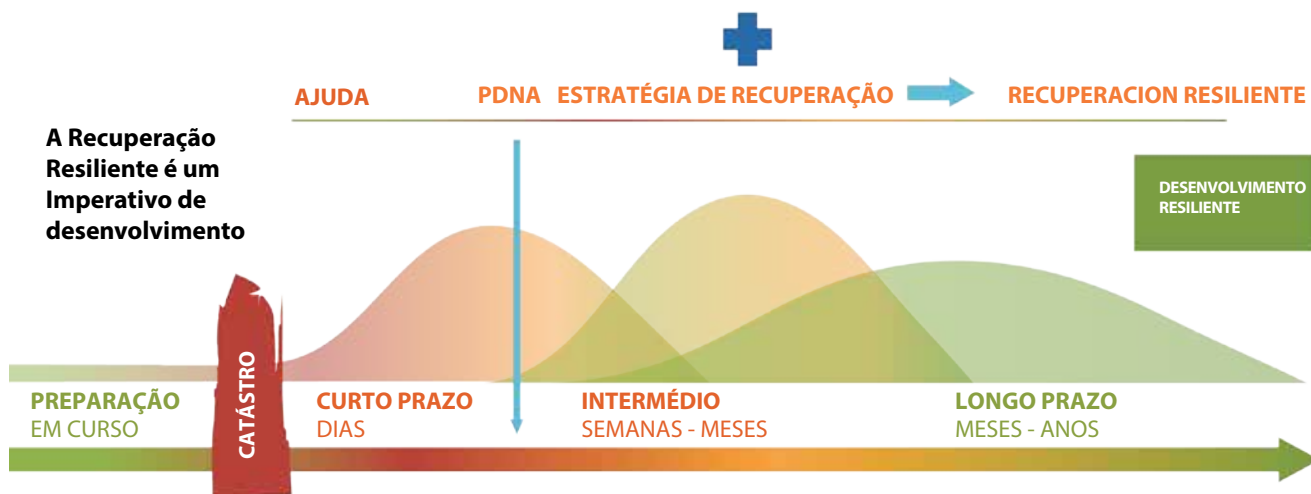
Recomenda-se que o PDNA seja conduzido da forma mais eficiente possível, a fim de maximizar a sua utilidade em informar a recuperação. O período relativamente curto da avaliação não permite um exercício de planeamento detalhado da recuperação e a maior parte das restrições (como a dotação de financiamento disponível) só pode ser verificada após conhecimento das conclusões da avaliação. Conforme mencionado acima, a Estratégia de Recuperação desenvolvida durante o exercício PDNA fornece a base para um planeamento de recuperação mais abrangente através do desenvolvimento de um Quadro de Recuperação. A Estrutura de Recuperação baseia-se na estratégia ampla fornecida no PDNA para continuar um processo de planeamento de engajamento e recuperação das partes interessadas muito além do PDNA. Nessa medida, o Quadro de Recuperação continuaria a ser um plano de acção vivo, em constante evolução e flexível, centrado na expansão e aprofundamento dos seguintes aspectos do planeamento da recuperação:

- Sequenciamento detalhado, priorização, orientações institucionais, financiamento e implementação da recuperação. Essa priorização e sequenciação terão lugar dentro e entre os sectores - com base nas dotações orçamentais, nas estimativas de financiamento dos doadores e das IFIs - utilizando processos governamentais regulares, juntamente com os critérios de boas práticas internacionais para priorização.
- Análise rigorosa das capacidades e competências de recuperação e das opções institucionais para a recuperação - e identificação das necessidades correspondentes de capacitação para uma recuperação eficiente e eficaz;

- Reunir e sincronizar a recuperação do sector público com programas da sociedade civil e do sector privado através de um envolvimento mais amplo além da fase PDNA;
- Facilitar a definição de princípios orientadores, normas nacionais e sub-nacionais para a recuperação; E desenvolver quadros de monitorização e avaliação (resultados) para medir o desempenho da recuperação;
- Desenvolver estratégias detalhadas de análise de risco e mitigação para melhor proteger o desempenho da implementação de tais riscos;
- A elaboração, o orçamento e o financiamento de programas de recuperação - especificamente incluindo orientações sobre os próximos passos para a mobilização de recursos;
- Através de um engajamento contínuo durante o período de implementação, a ajuda na definição de acordos de transferência formalizados e vínculos entre instituições de recuperação e o desenvolvimento regular para assegurar que boas práticas sejam institucionalizadas nas práticas e nos padrões de recuperação sólidos e de longo prazo.

Um guia baseado na prática para o desenvolvimento de tais quadros de recuperação está actualmente a ser desenvolvido conjuntamente pela UE, pela ONU e pelo Banco Mundial. Os governos envolvidos na resposta pós-catástrofe seriam capazes de contextualizar de forma flexível este guia para planear e gerir o processo de recuperação. O Guia do Modelo de Recuperação de Desastres (DRF) proposto.

Um guia, processos e procedimentos aplicáveis globalmente para o planeamento integrado da recuperação e sua implementação através do fortalecimento das instituições, das capacidades e dos mecanismos de coordenação da recuperação. O DRF irá garantir que as recomendações do PDNA sejam bem coordenadas, financiadas e implementadas para levar a uma recuperação resiliente e sustentável. Também ajudará a perceber o potencial de recuperação resiliente como um meio para o desenvolvimento resiliente, formalizando políticas e vínculos estratégicos em processos de recuperação e desenvolvimento regular.



Ao concluir o PDNA e a Estratégia de Recuperação, a Equipa PDNA poderá desejar iniciar discussões com o Governo Nacional sobre as próximas etapas para o desenvolvimento de um quadro completo de recuperação e reconstrução, que conduza ao plano de recuperação nacional. Isso pode ser feito através da identificação de uma equipa central de representantes dos ministérios relevantes liderados pelo Ministério do Plano / Finanças / Agência Nacional de Gestão de Catástrofes (conforme apropriado para o país), que pode ancorar o processo de desenvolvimento do Quadro de Recuperação. O apoio adicional das agências internacionais para o desenvolvimento do Quadro de Recuperação também pode ser discutido e acordado.

KIT DE FERRAMENTAS

Exemplo de TdR (Termos de Referência) Missão de planeamento da PDNA

Contexto

Uma breve descrição da catástrofe e dos principais factos que levaram à Missão de Planeamento.

Composição

Uma breve descrição do desastre e dos principais fatos que levaram à Missão de Planeamento.

Responsabilidades

A Missão de Planeamento apoia a consulta entre o Governo (do país afectado), a Equipa de País das Nações Unidas, o Banco Mundial, a UE e outras partes interessadas. O objetivo da Missão de Planeamento é tomar as providências necessárias para a condução do PDNA. Em particular, é responsável pelos seguintes resultados e actividades principais:

1/Análise da Situação

Elaborar um relatório de análise de situação que forneça uma actualização da situação da catástrofe, com base no seguinte:

- Revisão de todos os relatórios de avaliação rápida disponíveis, relatórios de campo, dados disponíveis do governo, mapas, imagens de satélite, entre outros;
- Consultas com todas as principais partes interessadas;
- Missão de reconhecimento, se necessário;
- Recolha de dados de base fundamentais, susceptíveis de serem necessários para todos os sectores.

2/ O Plano PDNA

O Âmbito do PDNA:

- Objectivos do PDNA.
- Sectores e temas transversais a serem avaliados pelo PDNA e os critérios de identificação.
- Áreas geográficas a serem avaliadas.
- Cronograma do PDNA.

Acordos de gestão do PDNA

- Estrutura e composição da gestão: a Equipa de Coordenação do PDNA e a Equipa de Gestão de Alto Nível;
- Composição das equipas técnicas: equipas sectoriais, pessoal de apoio técnico e elaboração de relatórios;
- Criação de um organograma, com linhas de relatórios;
- Calendário de reuniões, workshops e outros meios de comunicação.

Disposições de recrutamento do PDNA

- Total de pessoas necessário para todas as equipas;
- Pessoal disponível no país, tanto do governo quanto da comunidade internacional;
- Aumento da capacidade necessária;
- Áreas de especialização necessárias;
- Recrutamento de funcionários do QG, se necessário;
- TdR para equipas e funcionários-chave, inclusive para toda a equipa PDNA;
- Rever currículos, entrevistar potenciais funcionários de avaliação, tanto no país como candidatos externos.

Apoio logístico

- Espaço de escritório para a administração, equipas de sector, e enumeradores;
- Equipamentos e materiais de escritório;
- Organização de transporte (terrestre, aéreo);
- Organização de TIC (Internet, etc.);
- Alojamento;
- Considerações de segurança.

Disposições de gestão da informação PDNA

- Criação de uma plataforma web para partilha de informações entre equipas do PDNA;
- Preencher a plataforma com todos os relatórios, dados e mapas obtidos para análise de situação (mencionado acima);
- Ligações com outros sistemas existentes de gestão da informação (por exemplo, actualizações da situação do Governo, OCHA
- Centros de Informação Humanitária, Inquéritos de Pesquisas, entre outros);
- Lista de contactos (dentro do Governo, agências das Nações Unidas, doadores, IFIs, ONGs, etc.);
- Considerações sobre pessoal e equipamentos para assegurar a gestão da informação.

3/ Orçamento do PDNA

- Estimativa dos custos internos para o PDNA.

4/ Formação PDNA

- Informar e treinar a Equipa PDNA à chegada à zona afectada pelo desastre;
- Apoio à organização e facilitação;
- Preparar apresentações, relatórios e materiais a serem utilizados.

Princípios Básicos da Missão de Planeamento

A Missão de Planeamento deve seguir os seguintes princípios:

- Seguir o guia fornecido no Volume A e B do Guia do PDNA, particularmente a secção que delinea
- A Missão de Planeamento (Vol. A).
- Assegurar o cumprimento dos princípios orientadores do PDNA e da Estratégia de Recuperação.
- Assegurar que o processo é conduzido pelo governo e de propriedade do governo, e assegurar uma consulta completa com representantes da ONU, do Banco Mundial, da UE e de outros parceiros estratégicos envolvidos na Missão de Planeamento e posteriormente no próprio PDNA

Transmissão (Comunicação)

A Missão de Planeamento reporta-se à Equipa de Gestão de Alto Nível.

Exemplo de TdR: Missão da PDNA

Este é um modelo de TdR para o trabalho da Equipa PDNA. Trata-se de um produto-chave da Missão de Planeamento e deve ser adoptado por consenso pelo Governo, pelo sistema das Nações Unidas, pelo Banco Mundial, pela UE e pelos outros intervenientes-chave. É fundamental para o sucesso de UM PDNA ter um TdR bem-desenvolvido e adoptado com consentimento mútuo.

Como princípio básico, espera-se que a Equipa PDNA faça uso e siga o Guia PDNA.

O PDNA

O objetivo do PDNA é apoiar os governos na avaliação do efeito e do impacto de uma catástrofe de uma perspectiva humana, sociocultural e económica para que possam determinar as necessidades e prioridades globais de recuperação e formular uma Estratégia de Recuperação para atender a essas necessidades. Também procura mobilizar recursos financeiros para apoiar os esforços de recuperação do governo. Para isso, o PDNA integra dois métodos de avaliação - o HRNA e o DaLA - para garantir uma abordagem abrangente.

Um PDNA é um esforço conjunto de várias partes interessadas, liderado pelo Governo Nacional com o apoio da UE, agências da ONU, BM, outros doadores nacionais / internacionais e ONGs. Tal como referido na Declaração Conjunta sobre a Avaliação Pós-Crise e o Plano de Recuperação, assinado pela Comissão Europeia (CE), pelo GNUD e pelo Banco Mundial em Setembro de 2008, a empresa comum procura:

- Fortalecer a coordenação internacional em apoio às capacidades nacionais;
- Promover a apropriação dos resultados da avaliação e do Roteiro de Recuperação;
- Maximizar as oportunidades de mobilização de recursos; e
- Garantir um investimento eficiente dos recursos mobilizados por meio de uma abordagem coordenada e coerente de avaliação, recuperação e alocação de recursos.

Contexto

A catástrofe e a caracterização do impacto: Uma breve descrição dos efeitos da catástrofe e dos dados preliminares disponíveis. Isso pode ser baseado na análise de situação preparada pela Missão de Planeamento do PDNA e, portanto, deve incluir os sectores e as áreas geográficas afectadas, as necessidades e prioridades urgentes, os grupos populacionais vulneráveis, as considerações inter-sectoriais, as respostas atuais e planeadas, os atores-chave e as parcerias. Se disponível, inclua uma descrição da tipologia de risco do evento da área afectada e qualquer informação sobre eventos de catástrofes anteriores / recentes.

Avaliação conjunta: Uma breve descrição de como a abordagem, o processo e os resultados da avaliação PDNA serão operacionalizados no contexto da catástrofe. Isso pode ser baseado no Plano PDNA desenvolvido pela Missão de planeamento, que incluirá um resumo do âmbito, gestão, disposições e considerações logísticas do PDNA, entre outras informações relevantes.

Composição da missão PDNA

Uma breve descrição da composição da equipa PDNA. Isso incluiria:

- Os sectores que serão avaliados durante o PDNA;
- Os membros da equipa de cada equipa do sector, bem como temas transversais, juntamente com as organizações que representam;
- A descrição deve incluir membros das equipas nacional e internacional.

Objectivos da Missão PDNA

Dependendo do contexto e de acordo com o Governo, o principal objetivo do PDNA é auxiliar o Governo Nacional (e os governos locais) com o seguinte:

- Uma avaliação do impacto humano, sócio-cultural e económico da catástrofe através da integração de dois métodos de avaliação - o HRNA e o DaLA - para uma visão alargada de um quadro abrangente sobre os efeitos de catástrofes e as necessidades de recuperação;
- A formulação de uma Estratégia de Recuperação coerente e abrangente sob a liderança do Governo para orientar o processo de recuperação pós-catástrofe do país de uma forma sustentável e reconstruir melhor, com base nos resultados da avaliação;
- A concepção de uma estratégia de mobilização de recursos para ajudar a financiar a recuperação do país, incluindo a organização de uma conferência de doadores.

Principais resultados da missão PDNA

O processo PDNA conduzirá à produção dos seguintes resultados principais:

- Um workshop de formação para a equipa PDNA no início do processo;
- Uma Estratégia consolidada de Relatório e Recuperação do PDNA, que inclui um conjunto de relatórios sectoriais (um por sector);
- Uma estratégia de mobilização de recursos para apoiar o financiamento da recuperação;
- Uma conferência de doadores após a conclusão do PDNA e da Estratégia de Recuperação;
- Lições de estratégia de recuperação relevantes para o processo de avaliação do PDNA em geral e, em particular, a utilização do Guia PDNA e seus modelos, ferramentas e resultados. As lições fornecerão insumos críticos ao esforço global em curso e serão uma oportunidade para um aprendizado constante para melhorar a prática PDNA.

Plano de trabalho e actividades

Orientação e formação PDNA (datas: _____)

O PDNA vai começar com um *briefing* e um workshop de capacitação para todos os membros da equipa PDNA. Seria organizado e coordenado pela Equipa de Coordenação da PDNA e / ou pela Missão de Planeamento, com a participação e apoio do pessoal do PDNA conforme necessário. O seminário de formação duraria cerca de três a cinco dias e abordaria os seguintes três tópicos principais:

Orientação / briefing (comunicação)

Uma sessão de briefing para fornecer uma visão geral da catástrofe com base na análise da situação realizada pela Missão de Planeamento.

Isso incluiria uma actualização da resposta humanitária até então realizada, os atores-chave, as considerações logísticas e de acesso e outras actualizações necessárias.

Abordagem do PDNA

É organizada uma breve apresentação da metodologia PDNA e uma discussão sobre questões relevantes para garantir uma compreensão compartilhada da abordagem global do PDNA. Esta sessão poderia usar materiais de formação pré-existentes para as ferramentas de avaliação de danos, perda e necessidades adaptadas ao contexto local.

Organização do PDNA

O workshop deve servir para discutir todos os elementos do processo PDNA e chegar a um acordo sobre o mesmo:

- Sectores e áreas geográficas a serem avaliados;
- Princípios básicos do trabalho de campo;
- Composições de equipas (por área geográfica ou sector);
- Dados a serem recolhidos por sector;
- Instrumentos de recolha de informação a serem utilizados;
- Ligações inter-sectoriais e questões transversais;
- Distribuição de responsabilidades e tarefas;
- Disposições de liderança e coordenação;
- Disposições para a recolha dos dados de base necessários a todas as equipas;
- Responsabilidades para consolidar os dados e as informações e a elaboração de relatórios;
- Cronograma e plano de trabalho;
- Disposições logísticas (transporte, hospedagem, despesas de viagem, agenda de reuniões);
- Considerações de segurança.

Podem ser necessárias sessões de formação adicionais, com factores contextuais que influenciam o número e a natureza destas capacitações - com base em aspectos sectoriais, questões transversais, métodos de recolha de dados e natureza dos instrumentos no caso de planear uma pesquisa, bem como dados e informações de Gestão, só para mencionar alguns. Estes seriam coordenados pela Equipa de Coordenação e as sessões individuais seriam concebidas e conduzidas pelas Equipas de Avaliação Sectorial.

Estrutura de Gestão

No início do processo de PDNA seria necessário estabelecer a estrutura / funções de gestão das equipas PDNA, caso ainda não tiver sido feito pela Missão de Planeamento da Equipa de Gestão de Alto Nível. A estrutura de gestão pode considerar as seguintes equipas:

- Equipa de Coordenação;
- Equipas sectoriais;
- Pessoal para prestar apoio técnico;
- Pessoal para apoiar a elaboração de relatórios.

Sectores de Recuperação e Questões Transversais

O PDNA seria estruturado em linhas sectoriais; Isso já pode ter sido feito pela Missão de Planeamento. Os sectores precisam de ser congruentes com a estrutura legal dos ministérios e departamentos governamentais para garantir a coerência e também levar em conta os sectores mais afectados. Assim, os sectores seriam determinados pelo governo em consultas com os parceiros do PDNA, com base também na classificação do sector utilizada nos métodos PDNA. Todos os sectores devem ser sensíveis e integrar questões transversais como RRC, governança, género, direitos humanos e considerações ambientais.

Recolha de dados (datas: _____)

As equipas sectoriais realizarão suas avaliações:

- Entrevistar as principais partes interessadas e os trabalhadores;
- Realizar de visitas de campo a áreas afectadas e recolha de dados primários usando vários métodos de recolha de dados e instrumentos conforme as necessidades do sector;
- Realizar uma revisão documental para recolher dados quantitativos secundários e informações de base. Isso seria feito para apoiar a análise das condições pré-catástrofe e pós-catástrofe, como é necessário para avaliar danos, perdas e as necessidades de recuperação e de reconstrução.

As visitas de campo às regiões afectadas pelas equipas PDNA devem ser cuidadosamente coordenadas para evitar visitas repetidas de equipas de avaliação e “fadiga de avaliação” entre os informadores-chave e as comunidades afectadas, bem como evitar interrupções nas operações humanitárias em curso.

Consolidação e Análise (datas: _____)

Uma vez concluídas as visitas de campo e a revisão documental, a Equipa PDNA deverá consolidar, analisar e interpretar todos os dados recolhidos. Este processo de avaliação é fundamental para o sucesso do PDNA, uma vez que converte os dados em provas credíveis e convincentes que, em última instância, informam quais as decisões foram tomadas pelas autoridades governamentais e pela comunidade internacional em relação à recuperação do país.

Gerir dados produzidos por muitas organizações diferentes e de diferentes locais é uma tarefa complexa e exigente que requer um bom planeamento e uma boa organização. As equipas sectoriais seriam responsáveis pela consolidação, pelo processamento e pela análise de todos os dados relativos ao seu sector, a verificação cruzada e a triangulação de informações para examinar as inconsistências e confirmar as conclusões. Logo que as equipas do sector concluírem o seu próprio processo de recolha e de análise de dados, teriam de partilhar e verificar as conclusões em todos os sectores para identificar vínculos e questões transversais entre os sectores. Isto deve ser feito para obter uma compreensão comum do efeito global da catástrofe, de modo a identificar prioridades comuns entre sectores e áreas geográficas, bem como grupos vulneráveis, e estabelecer uma base comum para a programação de recuperação.

A Estratégia de Recuperação

A Estratégia de Recuperação visa definir a visão de recuperação e a estratégia de acções de recuperação dentro de cada sector e região afectada, definindo claramente os objectivos e as intervenções, direccionando os esforços para os resultados esperados e definindo o cronograma e o custo do processo de recuperação.

Uma vez identificados os resultados da avaliação e as necessidades de recuperação pelas equipas sectoriais, a Equipa PDNA deverá avançar na definição da Estratégia de Recuperação. Isso pode ser feito no contexto de um workshop de planeamento conjunto, envolvendo todos os membros da Equipa PDNA sob a liderança do Governo. Aqui, todas as equipas sectoriais trabalhariam independentemente no início e depois colectivamente para discutir e concordar sobre as necessidades de recuperação prioritária, intervenções de recuperação, resultados esperados e cálculo de custos. Uma vez definida a Estratégia de Recuperação, as equipas sectoriais seriam obrigadas a elaborar o Relatório PDNA e a Estratégia de Recuperação para os seus sectores. Todos esses relatórios seriam subsequentemente consolidados num único relatório dos membros que trabalharam no relatório. O primeiro esboço deve ser partilhado com o Governo e outros parceiros-chave para comentários, e todos as colaborações devem ser integradas no relatório final validado.

Mobilização de Recursos

A mobilização de recursos para a recuperação é um objetivo importante do PDNA e uma medida de acompanhamento natural para o desenvolvimento da estratégia de recuperação. O desenvolvimento de uma estratégia de mobilização de recursos ajudaria a obter fundos para a recuperação. Deve identificar e descrever potenciais oportunidades de financiamento e delinear as acções e medidas que teriam de ser tomadas para assegurar recursos para a recuperação. Essas medidas também incluirão a advocacia e a comunicação para aumentar a consciencialização entre os decisores políticos, os potenciais doadores, os meios de comunicação social, os principais grupos populacionais e outras partes interessadas

consideradas audiências significativas. Os parceiros tripartidos, se solicitado pelo Governo Nacional, podem ajudar na organização de uma mesa-redonda ou conferência de doadores após a conclusão do PDNA e da Estratégia de Recuperação. Os objectivos e metas da conferência de doadores e da estratégia para a mobilização de recursos devem ser acordados e convocados sob a liderança do Governo e da Equipa de Gestão de Alto Nível.

Arbitragem

O Governo resolverá todas as questões relacionadas com a execução e o conteúdo do PDNA. A diferença de opiniões dentro e / ou entre os sectores deve normalmente ser resolvida ao nível da Equipa de Coordenação da PDNA. Poderá também ser encaminhado à Equipa de Gestão de Alto Nível, se necessário.

Suporte - apoio

A equipa do PDNA deve receber apoio técnico para realizar o PDNA e também na assistência para a elaboração de relatórios.

Anexos

- O pedido oficial do Governo para assistência internacional e do PDNA;
- Relatório de Análise de Situação preparado pela Missão de Planeamento do PDNA;
- Kit Briefing com os principais relatórios de avaliação, mapas, listas de contactos e outras informações relevantes para a equipa PDNA, que podem ser disponibilizados através de uma plataforma espaço de trabalho ou web;
- O Plano PDNA preparado pela Missão de Planeamento (com um esboço do âmbito PDNA, a gestão, pessoal e logística, só para citar alguns);
- O Guia PDNA.

Exemplo de Modelo: Estimativa dos Custos no país para realizar o PDNA

Item do orçamento	Contribuição da UN, EU, BM	Contribuição do Governo	TOTAL
Equipa (no país)			
Especialistas do sector: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Para todos os sectores ▪ Para temas transversais 			
Célula de Suporte Técnico: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Tecnologias de informação e comunicação (TIC) ▪ Gestão da informação ▪ Especialistas em mapeamento GIS ▪ Logísticos ▪ Interpretação / tradução 			
Secretariado do Relatório: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Escritores ▪ Editores 			
Equipa de Coordenação: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestores PDNA ▪ Especialistas em PDNA 			
Equipa na Sede			
Coordenação			
Perícia técnica			
Tempo de trabalho do pessoal (incluindo visitas de campo)			
Logística			
Modalidades de transporte (ar, terra)			
Infra-estrutura para acomodar o pessoal PDNA e a administração			
Material de escritório e equipamento informático			
TI e telecomunicações (Internet, telemóveis, etc.)			
Requisitos de gestão da informação (software, dados, mapas, equipamentos)			
Disposiciones logísticas especiales (por ejemplo, para facilitar el acceso de la ayuda humanitaria)			

Viagens de pessoal (dentro do país e do QG)			
Acomodações			
Serviços de apoio ao Coordenador Humanitário, Equipa de Gestão de Alto Nível			
Coordenação e criação de competências			
Formação da Equipa da PDNA (local, facilitadores, materiais)			
Workshops e reuniões de coordenação			
Conferência de doadores (local, facilitadores, materiais)			
Administração e gestão de escritório			
Impressão			
Utilitários (electricidade, etc.)			
Suporte administrativo			
Fundos diversos e de contingência			
TOTAL			

Exemplo de TdR: Equipa de Gestão de Alto Nível

Composição

A Equipa de Gestão de Alto Nível deve ser liderada por um alto representante da entidade governamental responsável pela recuperação e reconstrução. Deve incluir o RC / HC do sistema das Nações Unidas, o Director de País do Banco Mundial, o Representante do País da UE e os Representantes das agências das Nações Unidas. Podem ser acrescentados outros membros, a critério do Governo, em consulta com os outros membros.

Responsabilidade

O papel principal da Equipa de Gestão de Alto Nível é:

- Fornecer orientação estratégica com relação ao PDNA;
- Tomar decisões-chave de gestão;
- Assegurar os recursos necessários e a realização dos objectivos do PDNA.

A equipa deve se reunir regularmente durante o curso do processo PDNA. Também é necessário resolver as diferenças. O Governo fornecerá aconselhamento e orientações, que deverão ser aceites. A equipa é responsável por assegurar uma colaboração estreita entre as agências internacionais participantes e outras instituições e especialistas individuais em apoio aos esforços, estratégias e prioridades do governo para a recuperação pós-catástrofe. A equipa deve:

- Fornecer orientação estratégica global sobre o PDNA;
- Mobilizar os recursos necessários para apoiar o PDNA;
- Estabelecer e dar supervisão geral à Equipa de Coordenação do PDNA;
- Certificar-se de estruturas de apoio operacional necessárias para o PDNA tais como a Missão PDNA, especificações técnicas e acordos de trabalho, entre outros;
- Assumir a ligação e assegurar a coordenação com as contrapartes na sede e com o grupo de doadores no país;
- Assegurar que o PDNA seja um processo conduzido pelo governo;
- Assegurar que um único, Relatório do PDNA coerente, tecnicamente preciso e estrategicamente sólido é elaborado em tempo útil com a ampla participação das principais partes interessadas;
- Supervisionar o êxito do desenvolvimento da Estratégia de Recuperação;
- Aprovar o projecto e o Relatório final da PDNA e da Estratégia de Recuperação para submissão e validação pelo Governo;
- Liderar e facilitar a mobilização de recursos para apoiar a implementação da Estratégia de Recuperação, por exemplo, a inclusão de componentes de recuperação no âmbito de recursos revistos, organização da conferência de doadores, e exercícios de reestruturação da carteira de desenvolvimento;
- Resolver conflitos e ser o árbitro final nas resoluções relativas à Equipa e à missão da PDNA.

Apoio

A Equipa de Gestão de Alto Nível será apoiada pela Equipa de Coordenação PDNA, que também exerce a função de secretariado à Equipa de Gestão de Alto Nível.

Arbitragem

O Governo resolverá todas as questões relacionadas com a realização e o conteúdo da PDNA.

Exemplo de TdR: Equipa de Coordenação PDNA

Composição

A Equipa de Coordenação do PDNA deve incluir o Governo designado pelo Líder de Equipa do PDNA e os respectivos líderes das principais agências da ONU, do BM e da UE. O Líder de equipa PDNA designado pelo Governo é o Chefe da Equipa de Coordenação. Podem ser acrescentados outros membros, a critério do Governo, em consulta com os parceiros.

Responsabilidades

A Equipa de Coordenação PDNA é responsável pela supervisão e gestão do processo do PDNA, e deve assegurar que seja alcançado com sucesso. A equipa administra o planeamento, a implementação e a coordenação diária da avaliação, bem como o desenvolvimento da Estratégia de Recuperação. A equipa é encarregada de fornecer coerência entre as variadas abordagens institucionais e sectoriais. Deve assegurar que seja dada a devida atenção aos temas inter-sectoriais e transversais.

Estabelecida no início do PDNA, esta equipa permaneceria plenamente operacional durante todo o processo do PDNA. É importante que esta equipa assegure que os processos de coordenação sejam transparentes, participativos, imparciais e úteis. A equipa exercerá a função de Secretariado da Equipa de Gestão de Alto Nível. Em termos específicos:

- Apoiar e facilitar o workshop de orientação e formação do PDNA após a chegada da Equipa do PDNA em coordenação com a Missão de Planeamento;
- Durante o workshop de capacitação e em conjunto com a Equipa do PDNA, definir os objectivos e resultados esperados do PDNA, os princípios orientadores, as áreas geográficas e sectores a serem avaliados, a metodologia aplicada e os instrumentos de recolha de informações, a organização das equipas sectoriais e sub-equipas, a distribuição de responsabilidades e todas as outras providências necessárias de acordo com o Volume A do presente Guia PDNA;
- Assegurar uma abordagem coordenada e coerente ao longo do processo PDNA, incluindo visitas de campo;
- Certificar-se de que todos os princípios do PDNA são acordados e respeitados;
- Assegurar um apoio logístico e administrativo adequado às equipas sectoriais;
- Estabelecer e supervisionar a Célula de Apoio Técnico e a Secretaria do Relatório;
- Gerir o orçamento, os recursos, o plano de trabalho e o cronograma do PDNA;
- Assegurar a análise necessária inter sectorial do tema para fornecer uma base sólida para a priorização dos investimentos em recuperação entre os sectores;
- Coordenar e facilitar o workshop para o desenvolvimento da Estratégia de Recuperação;
- Gerir e supervisionar a elaboração, validação e revisão do Relatório final do PDNA e da Estratégia de Recuperação;
- Organizar uma conferência de doadores;
- Apoiar a mobilização de recursos de recuperação;
- Realizar Briefings (reuniões de balanço de fim de missão).

Relatórios

A Equipa de Coordenação trabalharia sob a liderança do Governo e sob a supervisão geral da Equipa de Gestão de Alto Nível.

Apoio

Seria fornecido apoio técnico (incluindo um especialista em gestão da informação, tradutores e outros especialistas) e de pessoal para elaboração de relatórios à Equipa de Coordenação PDNA.

Exemplo de TdR: Funções de Apoio Técnico

Composição

As funções de apoio técnico devem incluir especialistas em compras (aquisições), TIC, administração, finanças, segurança, gestão da informação, logística, e operações. As áreas de especialização e o número de pessoal necessário dependerá do contexto da catástrofe.

Responsabilidades

O apoio técnico é responsável por apoiar a Equipa de Coordenação sobre todas as questões relativas à logística e operações. O pessoal presta o apoio logístico, administrativo e técnico necessário ao dia-a-dia necessário às equipas sectoriais / temáticas, à Equipa de Coordenação e à Equipa de Gestão de Alto Nível. As suas funções incluem:

- Compras: compra de material de escritório e equipamentos como computadores, impressoras, fotocopiadoras, chaves USBs, telefones, cartões SIM, tempo de antena e itens semelhantes que podem ser necessários para apoiar a equipa do PDNA;
- Serviços de suporte à tecnologia da informação: assegurar um alto nível de conectividade capaz de lidar com a transmissão de grandes volumes de dados electrónicos, dados de áudio e conectividade de vídeo, oferecendo apoio 24 horas por dia às equipas para resolver problemas de conectividade;
- Logística: assegurar condições logísticas adequadas para apoiar a equipa do PDNA, incluindo o fornecimento de transporte (em média um veículo por cada três membros da equipa do PDNA) e um motorista local competente e qualificado e consciente no que se refere aos procedimentos de segurança para cada veículo; Disponibilização de espaços de escritório para todo o pessoal, bem como alojamento; Gestão de viagens; Organização de workshops e reuniões, e o tratamento de quaisquer outros acordos especiais para facilitar o acesso humanitário;
- Administração: prestação de serviços de apoio para gerir o pessoal local existente (por exemplo, condutores, secretárias, guardas e mensageiros) e / ou contratá-los; Finanças: prestação de serviços financeiros para apoiar o pagamento de pessoal local, os consultores localmente contratados e as ajudas e custo governamentais, conforme necessário;
- Segurança: tomar providências de segurança para o pessoal, conforme necessário, para guardar os escritórios e os locais PDNA, especialmente os espaços de armazenamento o equipamento;
- Suporte à gestão da informação: disponibilização de serviços GIS; Gerir o espaço de trabalho virtual e o serviço de lista do PDNA; Facilitar a recolha e o processamento de dados do PDNA; a elaboração e distribuição de actualizações regulares do PDNA Distribuição no país e em outras redes globais; E apoiar a elaboração do Relatório PDNA (ver TdR na próxima página).

Apoio

O Apoio Técnico trabalha com a Equipa de Coordenação do PDNA.

Exemplo de TdR: Redacção de relatórios

Composição

O pessoal necessário para a função de redacção de relatórios pode incluir escritores (redactores) e editores, conforme necessário.

Responsabilidades

No início do processo, a Equipa de Coordenação é obrigada a nomear uma pequena equipa de escritores (redactores) e editores para supervisionar a produção de relatórios da Estratégia consolidada e Recuperação da PDNA. Os relatórios sectoriais, compilados por cada equipa sectorial, seriam disponibilizados para o processo de consolidação. Os escritores (redactores) e editores serão responsáveis pelas seguintes funções:

- Servir como ponto focal para a coordenação do Relatório de toda a Estratégia e Recuperação do PDNA, incluindo o processo de redacção, elaboração, edição, tradução e impressão;
- Em colaboração com a Equipa de Coordenação do PDNA, coordenar pontos focais sectoriais e assegurar que o processo de criação de relatórios seja sistemático e agendado, em colaboração com a Equipa de Coordenação do PDNA; Negociar o texto do Relatório do PDNA;
- Assegurar a circulação das versões preliminares do Relatório do PDNA;
- Manter o espaço de trabalho colaborativo para o PDNA;
- Participar dos workshops de formação do PDNA e assumir a liderança em componentes de formação no processo de elaboração de relatórios;
- Divulgar amplamente o Relatório final da PDNA e disseminar a informação no espaço de trabalho colaborativo do país, além dos sites relevantes no país, inter-agências / cluster e globais.

As funções designadas da redacção, incluídas como parte do Secretariado, são as seguintes:

- Redactor principal: seria responsável pelo processo de produção geral do Relatório do PDNA e da Estratégia de Recuperação, supervisionando o trabalho dos escritores e do editor. O Redactor Principal também assegurará que o formato e modelo apropriados sejam usados para este relatório, em conformidade com o Guia PDNA, Volume B;
- Redactor Líder do Sector: um redactor líder será nomeado por cada uma das equipas do sector para assegurar a integração dos relatórios das equipas sectoriais e as perspectivas de todas as partes envolvidas;
- Tradutores (se necessário): para traduzir o relatório para o idioma necessário conforme necessário, assegurar que as contribuições enviadas em línguas diferentes a partir da língua principal do relatório possam ser integradas;
- Editor (es): assegurar que o texto do Relatório de Avaliação / Estratégia de Recuperação seja claro, coerente e gramaticalmente correto;
- Gestor de dados: para produzir a exibição de dados para o relatório / Estratégia de Recuperação que sejam precisos e compreensíveis, mesmo para os leigos.

Apoio

Os redactores de relatórios trabalham com a Equipa de Coordenação do PDNA.

Exemplo de TdR: Especialista em Gestão de Informação

Responsabilidades

O especialista em GI (Gestão da Informação) participaria como membro da Missão de Planeamento do PDNA e da Equipa de Coordenação do PDNA e será responsável por liderar a concepção, o desenvolvimento e a implementação da estratégia de gestão de informação do PDNA para apoiar a recolha, o processamento, a análise e a divulgação de informação sobre o PDNA em todo o território. Mais especificamente, o Especialista em GI assegurará o seguinte:

Conceber a estratégia de GI para o PDNA

- Avaliar os requisitos técnicos necessários para configurar o sistema de GI para o PDNA, incluindo as bases de dados, as plataformas de partilha de informação, Web site / espaço intranet, os conjuntos de dados operacionais comuns e protocolos, os dados nacionais e os padrões GIS, entre outros;
- Identificar a infra-estrutura necessária para o sistema de GI, como os equipamentos, o software, a aquisição de dados e os mapas;
- Determinar os requisitos de pessoal para apoiar o sistema de GI, tais como entrada de dados, SIG e mapeamento, bem como pessoal para apoiar a recolha, o processamento e a consolidação de dados primários e secundários.

Coordenação e gestão

- Estabelecer e gerir todos os sistemas de GI necessários, incluindo as plataformas de partilha de informações, as bases de dados, a plataforma GIS e as listas de distribuição. Facilitar a partilha de informações através da gestão do espaço de trabalho colaborativo do PDNA, das listas de distribuição, dos sites de intranet e dos Websites com a publicação atempada de informações em todas as plataformas internas e externas relevantes;
- Estabelecer parcerias e coordenar com as principais partes interessadas pela informação, identificar os sistemas de informação e recolher informações de relevância para o PDNA de funcionários locais e nacionais, a OCHA, os parceiros humanitários e de recuperação precoce;
- Coordenar com as equipas do sector caso necessário para garantir procedimentos comuns que facilitam a recolha e o tratamento de dados;
- Rever currículos, entrevistar e recrutar pessoal necessário para apoiar a GI, preparar os TdRs e fornecer supervisão geral à equipa de GI;
- Participar das reuniões da Equipa de Coordenação da PDNA.

Tarefas Quotidianas

- Em colaboração com os parceiros, compilar informações sobre pesquisas e avaliações recentes;
- Fornecer suporte de mapeamento GIS para o PDNA conforme necessário;
- Coordenar a preparação do material da reunião (documentos de antecedentes, mapas, dados, etc.)
- Gerir listas de contactos e facilitar a partilha de dados e informações entre:
 - A equipa de gestão de alto nível;
 - Equipa de coordenação;
 - Equipas sectoriais;
 - Secretariado do relatório;
 - Os pontos focais do PDNA a nível regional e global;

- Os parceiros do PDNA no qg (sede).
- Actuar como um ponto focal para as relações com os meios de comunicação e a comunicação com as comunidades afectadas, trabalhando em estreita colaboração com os parceiros de informação pública para desenvolver e entregar as mensagens-chave da PDNA;
- Preparar actualizações sobre o status do processo do PDNA e fornecer entradas regulares para produtos de informação inter-cluster / agência (por exemplo, relatórios de situação da OCHA, actualizações de recuperação precoce, etc.);
- Participar em workshops de capacitação do PDNA e liderar as componentes de gestão de informações, como o uso do espaço de trabalho colaborativo do PDNA no país, bem como o GIS, etc, conforme necessário. Assegurar a actualização regular e atempada dos dados e dos relatórios relevantes para o espaço de trabalho colaborativo e outras plataformas em colaboração com a OCHA e outros parceiros sobre os dados nacionais / humanitários e de recuperação inicial / SIG, obter conjuntos de dados operacionais comuns e adoptar dados nacionais e padrões GIS, incluindo dados de geo localização(P-);
- Apoiar / supervisionar a recolha e captura de dados de catástrofes desagregados por género e idade à partir de uma variedade de fontes de informação (por exemplo, usando software de gestão de dados como DesInventar) para identificar tendências de catástrofes e conduzir análises de risco.

Apoio

O especialista em GIM reportaria ao chefe da célula de suporte técnico.

Modelo de lista de contactos de PDNA

Nome	Posição	Organização	Morada	Email	Telefone ou contacto local para informação	Data final de missão

Modelo PDNA da área de trabalho baseada em Web

Sendo um espaço de trabalho colaborativo PDNA baseado na web é uma ferramenta importante para facilitar a comunicação e coordenação entre os parceiros no terreno, na capital de onde o PDNA está a ser coordenado, nos escritórios regionais e na Sede. Seria também uma plataforma para que os dados e as informações fossem facilmente partilhados e armazenados durante e após o processo do PDNA.

Ao estabelecer um espaço de trabalho colaborativo no país, deve-se pensar muito na questão do acesso. Como todos os processos inter-agências, um espaço de trabalho colaborativo PDNA requer o acesso a uma variedade de parceiros, entre eles a Equipa PDNA (Equipa de Alto Nível, Equipa de Coordenação, equipas sectoriais, equipa de apoio técnico e Secretariado do Relatório); Equipa de País da ONU; Colegas dos escritórios nacionais do PNUD, do Banco Mundial e da UE; Cluster / responsáveis dos sectores e funcionários do governo.

Uma vez que a decisão foi tomada pelos parceiros para lançar UM PDNA e uma equipa PDNA está em constituição, pode se contactar e informar a Plataforma Internacional para a Recuperação (IRP) em:

info@recoveryplatform.org

O espaço de trabalho específico com um número de modelo de Páginas seria criar o IRP. Estas seriam Páginas em branco sem qualquer conteúdo, mas fáceis de preencher. As Páginas seriam preenchidas pela Equipa PDNA quando o processo for iniciado. A vantagem do espaço de trabalho é que os modelos podem ser configurados em segundos e estarem prontos para serem usados com facilidade.

O Líder de Equipa PDNA deve nomear um administrador para o espaço de trabalho. O especialista de GI da Equipa PDNA seria uma pessoa adequada para esta tarefa, embora este trabalho não requeira qualquer conhecimento de TI e pode ser atribuído a qualquer pessoa.

Os três níveis de acesso no espaço de trabalho seriam os seguintes:

1. Administrador: pode convidar / atribuir acesso de utilizador a utilizadores do espaço de trabalho. O administrador controla o acesso à área de trabalho e deve estar ciente de quem deve ter permissão de acesso e a quem deve ser negado. Isso exigiria uma estreita interação com a Equipa PDNA e o Líder da Equipa.
2. Moderador: Responsável pela manutenção do espaço de trabalho do país. Pode criar / apagar / editar / ler conteúdo no espaço de trabalho do país.
3. Leitor: Membros da equipa PDNA (no terreno) e PDNA regional / global interessados que têm o direito de editar / ler, ver os comentário / contribuir para o fórum de discussão e fazer o *download* e *upload* de documentos.

Um ponto a ser observado é que Administradores e Moderadores não devem ter acesso ao *Reader*, uma vez que eles já têm os direitos de acesso de um Leitor. A duplicação de direitos de acesso pode confundir o software e bloquear todo o acesso. Deve-se ter cuidado para evitar colocar o mesmo nome em mais de um nível de acesso.

As funções do espaço de trabalho são fáceis de usar e auto explicativas. Um manual do utilizador está disponível em:

http://www.recoveryplatform.org/pdna/user_manual_for_workspace

Exemplo de Modelo 1: Relatório da PDNA e da estratégia de recuperação

PARTE 1: INFORME DE EVALUACIÓN DEL PDNA

NOTA: Consulte o breve guia sobre a conclusão deste Relatório PDNA e do Relatório de Estratégia de Recuperação, que aparece no final deste modelo.

Participantes em PDNA:	
Agências Participantes:	
Data:	

SUMÁRIO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO

Declaração sobre o resultado desejado de recuperação a longo prazo no sector (visão)

Estratégias de recuperação que podem ser derivadas no resultado da recuperação, incluindo medidas para reduzir riscos futuros

Disposições de execução dos processos de recuperação

[Redacted]

[Redacted]

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA CATÁSTROFE

Descrição geral do evento da catástrofe, seu alcance geográfico, população afectada, etc.

[Redacted]

[Redacted]

Efeitos sobre infra-estrutura e ativos físicos

[Redacted]

[Redacted]

Efeitos na produção e entrega de bens e serviços, acesso a serviços e bens

[Redacted]

[Redacted]

Efeitos sobre a governança e processos de tomada de decisão

[Redacted]

[Redacted]

Efeitos sobre os riscos e vulnerabilidades

[Redacted]

[Redacted]

VALOR TOTAL DOS EFEITOS DA CATÁSTROFE

Valor Económico

Valor da destruição total / parcial da infra-estrutura e dos bens

Valor das alterações na produção de bens e serviços, prestação de serviços e acesso a serviços e bens

Valor das mudanças na governança

Valor das alterações dos riscos

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DA CATÁSTROFE

Esta secção também resume em termos qualitativos o impacto da catástrofe com base na avaliação dos seus efeitos nos planos de desenvolvimento do sector, nas lições das experiências passadas e nas preocupações emergentes decorrentes dos eventos.

Impacto macroeconómico

Impacto do desenvolvimento humano

LIGAÇÕES INTERSECTORIAIS

PARTE 2: ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO

VISÃO DE RECUPERAÇÃO E PRNCIPIOS ORIENTADORES

Visão

[Redacted]

[Redacted]

Princípios Orientadores

[Redacted]

[Redacted]

RECONSTRUÇÃO E NECESSIDADES DE RECUPERAÇÃO INCLUINDO RECONSTRUIR MELHOR

NOTA: Consulte o modelo que pode ser usado para preencher esta seção para todos os sectores.

NB: questões transversais, como sexo, idade, etc., devem ser considerados em cada ponto onde for apropriado.

	Necessidades de Curto Prazo	Necessidades de Médio Prazo	Necessidades de Longo Prazo
Por Região	Para reparar / reconstruir a infra-estrutura danificada e os ativos físicos Restaurar para o nível de pré-catástrofe Necessidades prioritárias de BBB para a reconstrução de infra-estruturas e de ativos		
	Fornecimento e produção de serviços e acesso a serviços e bens Restaurar a prestação de serviços e a capacidade de produção, e garantir o acesso a Serviços e bens Necessidades prioritárias para a prestação de serviços e a produção de bens e acesso a serviços e bens		

	<p>Governança Restauração e / ou reforço da capacidade de governação, incluindo DRM Necessidades prioritárias para governança e DRM do BBB</p>		
<p>████████████████████</p> <p>████████████████████</p>			
<p>████████████████████</p> <p>████████████████████</p>			
	<p>Riscos Abordagem dos riscos pré-existentes e novos relacionados com a catástrofe BBB: Redução de riscos e vulnerabilidades em futuras catástrofes</p>		
<p>████████████████████</p> <p>████████████████████</p>			
<p>████████████████████</p> <p>████████████████████</p>			

PLANO DE RECUPERAÇÃO

Necessidades de Recuperação Prioritária por sector	Intervenções	Custos de Recuperação			Resultados Pretendidos	Resultados Esperados
		Curto Prazo	Médio Prazo	Largo plazo		
Sectores Sociais						
1						
2						
Sectores Produtivos						
3						
4						
Sectores de Infra-estrutura						
5						
6						
Sectores Transversais						
7						

ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Parcerias, coordenação e gestão para implementar a recuperação

Monitoramento e avaliação

Mecanismos de mobilização de recursos

Desafios de recuperação e principais pressupostos e restrições

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

GUIA RESUMIDO PARA PREENCHER O MODELO PARA PDNA

1 – INTRODUÇÃO

Por favor, incluir a finalidade do PDNA no sector.

O objetivo deve incluir:

- 1.1 Declaração sobre o resultado desejado da recuperação a longo prazo no sector (visão);
- 1.2 Estratégias de recuperação que podem ser derivadas da declaração de resultados de recuperação, incluindo medidas para reduzir riscos futuros;

2 – INFORMAÇÃO DE BASE /ANÁLISE DO SECTOR PRÉ-CATÁSTROFE

A seção fornece a Visão Geral do Sector e as informações de referência do sector antes da catástrofe. Inclui igualmente informações sobre fontes e documentos-chave usados para determinar as condições pré-catástrofe. Deve incluir informações sobre o seguinte:

- 2.1 O estado do capital humano, natural, cultural, financeiro, social e físico no sector
- 2.2 Descrição da infra-estrutura e ativos físicos
- 2.3 Descrição da Produção e do fornecimento de bens e serviços, e do acesso a bens e serviços;
- 2.4 Descrição dos processos de governação e de tomada de decisão: (Inclui a capacidade das pessoas de exercerem a sua cidadania e objectivos prioritários da política de desenvolvimento, etc.)
- 2.5 Riscos e vulnerabilidades, incluindo planos de preparação existentes

3 – AVALIAÇÃO DO EFEITO DAS CATÁSTROFES

A seção define e descreve os efeitos da catástrofe (os efeitos de catástrofe são definidos como: (1 destruição de infra-estrutura e de ativos, 2. interrupção da prestação de serviços, da produção, 3. interrupção da governança e 4. influências sobre riscos anteriores e emergentes / Vulnerabilidades), bem como as respostas directas para mitigar esses efeitos.

NB: Efeitos podem ser descritos tanto como tangíveis como intangíveis.

Esses efeitos devem ser apresentados de acordo com as divisões geográficas do país, tal como apresentadas no Censo e por outras características sociológicas fundamentais quando relevantes (sexo, idade, etnia, religião, habilidade, incapacidade da população). Os efeitos podem ser expressos em termos quantitativos ou qualitativos.

- 4.1 Introdução: descrição geral da catástrofe, o seu alcance geográfico, população afectada e evolução até a data, etc.;
- 4.2 Efeitos sobre infra-estrutura e ativos físicos;
- 4.3 Efeitos na produção e entrega de bens e serviços, acesso a serviços e bens;
- 4.4 Efeitos sobre a Governança e os processos de tomada de decisão;
- 4.5 Efeitos sobre Riscos e Vulnerabilidades;

Aborda também as questões transversais como o género, o ambiente e a redução dos riscos através da descrição dos efeitos ou num parágrafo separado

4 – CÁLCULO DO VALOR DOS EFEITOS DA CATÁSTROFE

Esta secção deve dar uma estimativa do valor dos danos e das perdas, extraídos da secção sobre os efeitos para os elementos que tenham implicações financeiras, quer em danos de infra-estrutura e bens, bem como a perda devido a mudanças nos fluxos financeiros como os ligados aos serviços / produção, governança e riscos. Esta secção apresenta o valor económico do evento.

Danos:

- **Valor económico da destruição total / parcial da infra-estrutura e os ativos**

Perda:

- **Valor económico das mudanças na produção de bens e serviços, prestação de serviços e acesso a serviços e bens**
- **Valor económico das mudanças na governança**
- **Valor económico de mudanças para riscos**

5 – AVALIAÇÃO DO IMPACTO NAS CATÁSTROFES

Esta secção fornece o relatório sobre o impacto agregado do desenvolvimento económico e humano.

Fornecer igualmente uma análise da tendência esperada para o sector após a catástrofe e indica qual poderia ser o pior cenário se as medidas de política e programação não forem consideradas. Identifica os principais desafios para o sector. Esta análise de impacto baseia-se na avaliação dos efeitos de catástrofes, nos planos de desenvolvimento do sector, nas lições das experiências passadas e nas preocupações emergentes decorrentes dos acontecimentos. A análise do impacto do desastre fornece a projecção de médio e longo prazo dos efeitos sobre o sector. A análise de impacto constitui a base da estratégia de recuperação “

6 – LIGAÇÕES INTERSECTORIAS E QUESTÕES TRANSVERSAIS.

Esta secção relata os vínculos inter-setoriais inerentes ao funcionamento da sociedade e os vínculos entre os sectores.

7 – ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO DO SECTOR

7.1 Conceito e fundamento da recuperação para o sector

Esta secção apresenta a visão de recuperação e o resultado esperado para o sector.

Isto deve basear-se no plano de desenvolvimento do sector existente no país, alinhando, sempre que possível, os objectivos de recuperação aos planos e estratégias nacionais de desenvolvimento existentes.

7.2 Consulta das partes interessadas

Esta secção informa acerca das partes interessadas consultadas no desenvolvimento da estratégia de recuperação e as necessidades e prioridades de recuperação.

7.3 Necessidades de reconstrução e recuperação, incluindo o conceito “Reconstruir melhor”

Esta secção define as necessidades de reconstrução e recuperação, distinguindo as necessidades de restauração e retoma dos níveis anteriores à catástrofe, das necessidades que melhorem o acesso a serviços e bens, catalisem a economia, construam meios de subsistência, fortaleçam o DRM do governo e comunidades e reduzam os riscos e as vulnerabilidades a eventos futuros. Todas as intervenções de BBB ligadas aos 4 títulos contribuem para a resiliência do governo, dos sistemas e das comunidades.

NB: As necessidades de certificação relacionadas com os 4 títulos devem estar alinhadas/informadas pelo desenvolvimento nacional pré-existente e / ou pelas Estratégias de redução da pobreza.

7.4 A Estratégia de Recuperação Sectorial

- 7.5.5. Esta secção apresenta as necessidades da atribuição de prioridade de reconstrução e recuperação em necessidades de médio e longo prazo. Identifica as principais intervenções, os produtos e os resultados e distingue as intervenções relacionadas com restauração / retoma de intervenções BBB.

7.5 Modalidades de Aplicação

- 7.5.1. 7.5.1 Esta secção descreve e desenvolve em parcerias, a coordenação e os mecanismos de gestão para implementar a recuperação;
- 7.5.2. 7.5.2 Esta secção propõe mecanismos de acompanhamento e avaliação. Relata também os mecanismos de coordenação existentes para o desenvolvimento e a assistência humanitária. Descreve igualmente os mecanismos possíveis de mobilização de recursos.
- 7.5.3. 7.5.3 Esta secção fornece uma breve descrição dos desafios de recuperação que podem ser esperados no processo de implementação para o sector e deve ser apoiada com os pressupostos e as restrições fundamentais.

8 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Esta secção fornece uma breve descrição dos métodos e fontes utilizados (recolha de dados primários e secundários) e da metodologia para análise. Também explica a base e os pressupostos para estimar as necessidades de reconstrução e recuperação.

Exemplo de Modelo 2: Quadro para Apresentar as Necessidades de Recuperação

NECESSIDADES DE RECUPERAÇÃO				
Sector		Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Reconstrução de infra-estruturas e activos físicos				
Sectores Sociais	Habitação, Terras e zonas urbanizadas			
	Educação			
	Saúde			
	Cultura			
	Nutrição			
Sectores Produtivos	Emprego e meios de subsistência			
	Agricultura			
	Comércio			
	Indústria			
	Turismo			

NECESSIDADES DE RECUPERAÇÃO				
Sector		Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Sectores de Infra-estrutura	Infra-estrutura comunitária			
	Água, Saneamento e Higiene			
	Transportes e Telecomunicações			
	Energia e Electricidade			
Sectores Transversais	Redução de Risco de Desastres			
	Meio Ambiente			
	Género			
	Governança			
Para retomar a prestação de serviços e o acesso a bens e serviços				
Sectores Sociais	Habitação, Terras e zonas urbanizadas			
	Educação			
	Saúde			
	Cultura			
	Nutrição			

NECESSIDADES DE RECUPERAÇÃO				
Sector		Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Sectores Produtivos	Emprego e meios de subsistência			
	Agricultura			
	Comércio			
	Indústria			
	Turismo			
Sectores de Infra-estrutura	Infra-estrutura comunitária			
	Água, Saneamento e Higiene			
	Transportes e Telecomunicações			
	Energia e Electricidade			
Sectores Transversais	Redução de Risco de Desastres			
	Meio Ambiente			
	Género			
	Governança			

NECESSIDADES DE RECUPERAÇÃO				
Sector		Corto plazo	Mediano plazo	Largo plazo
Para restaurar a governança e os processos sociais				
Sectores Sociais	Habitación, Terras e Zonas urbanizadas			
	Educación			
	Saúde			
	Cultura			
	Nutrición			
Sectores Productivos	Emprego e meios de subsistencia			
	Agricultura			
	Comércio			
	Indústria			
	Turismo			

NECESSIDADES DE RECUPERAÇÃO

Sector		Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Sectores de Infra-estrutura	Infra-estrutura comunitária			
	Água, Saneamento e Higiene			
	Transportes e Telecomunicações			
	Energia e Electricidade			
Sectores Transversais	Redução de Risco de Desastres			
	Meio Ambiente			
	Género			
	Governança			
Reduzir os riscos e reconstruir melhor				
Sectores Sociais	Habituação, Terras e zonas urbanizadas			
	Educação			
	Saúde			
	Cultura			

NECESSIDADES DE RECUPERAÇÃO

	Sector	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
	Nutrição			
Sectores Produtivos	Emprego e meios de subsistência			
	Agricultura			
	Comércio			
	Indústria			
	Turismo			
Sectores de Infra-estrutura	Infra-estrutura comunitária			
	Água, Saneamento e Higiene			
	Transportes e Telecomunicações			
	Energia e Electricidade			

NECESSIDADES DE RECUPERAÇÃO				
Sector		Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Sectores Transversais	Redução de Risco de Desastres			
	Meio Ambiente			
	Género			
	Governança			
Para restaurar o nível do desenvolvimento humano				
Sectores Sociais	Habituação, Terras e zonas urbanizadas			
	Educação			
	Saúde			
	Cultura			
	Nutrição			

NECESSIDADES DE RECUPERAÇÃO				
	Sector	Curto prazo-	Médio prazo	Longo prazo
Sectores Produtivos	Emprego e meios de subsistência			
	Agricultura			
	Comércio			
	Indústria			
	Turismo			
Sectores de Infra-estrutura	Infra-estrutura comunitária			
	Água, Saneamento e Higiene			
	Transportes e Telecomunicações			
	Energia e Electricidade			
Sectores Transversais	Redução de Risco de Desastres			
	Meio Ambiente			
	Género			
	Governança			

ANEXOS

Anexo 1.

Declaração Conjunta sobre Avaliações Pós-Crise e Planeamento de Recuperação

A Comissão Europeia, o Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Banco Mundial procuram mobilizar as nossas instituições e recursos para harmonizar e coordenar os quadros de resposta pós- crise para melhorar a resiliência dos países às crises, respondendo às necessidades de recuperação das populações vulneráveis e reforçando as capacidades das instituições nacionais para prevenção, resposta e recuperação eficazes. Acreditamos que uma plataforma comum para parcerias e acções é fundamental para a entrega de uma resposta internacional eficaz e sustentável após crises relacionadas a desastres e conflitos. Estamos empenhados num trabalho significativo para reformar os processos utilizados pelos parceiros nacionais e internacionais para avaliar, planejar e mobilizar apoio para a recuperação de países e populações afectadas por catástrofes naturais ou conflitos violentos.

Uma plataforma comum de acção

Reconhecemos que o diálogo e o compromisso estratégicos iniciais são uma base essencial que pode ser construída sobre como a gestão de crises e os esforços de recuperação passam do planeamento para a implementação e decidimos:

- Comunicar estrategicamente tanto na Sede como no terreno, ao monitorizarmos situações de fragilidade, conflitos e catástrofes naturais iminentes ou reais e identificar oportunidades para iniciativas conjuntas onde os nossos esforços combinados podem oferecer vantagens;
- Participar nos processos pertinentes de planeamento no país e apoiar o desenvolvimento e uso de marcos de referência / resultados comparados e processos conjuntos de monitorização e revisão;
- Apoiar o desenvolvimento e a utilização das metodologias comuns para as avaliações das necessidades pós-conflito e uma abordagem comum aos PDNA e ao planeamento da recuperação;
- Investir no desenvolvimento de ferramentas e de formação de pessoal para aprofundar a nossa capacidade colectiva e institucional para esses processos; e
- Acompanhar o progresso na implementação da plataforma comum através de uma reunião de alto nível que ocorreria uma vez por ano.

Avaliar as necessidades, identificar as prioridades e Planear a recuperação: semelhanças e diferenças em Situações de Catástrofes e Conflitos

Após uma catástrofe natural, a tarefa essencial é avaliar as consequências de um evento específico - um ciclone, terremotos - e comparar a situação de pré-catástrofe com a realidade pós-catástrofe. O processo de avaliação visa identificar e capturar as necessidades das pessoas, os danos aos bens físicos e infra-estruturas decorrentes deste evento e as subsequentes perdas económicas causadas pelo evento, bem como identificar as dimensões sociais e comunitárias e os aspectos sectoriais das necessidades de recuperação. O âmbito e a abordagem do programa de recuperação dependerão não apenas das perdas, danos e necessidades quantificadas, mas também dos recursos mobilizados e das prioridades definidas a nível nacional, que podem incluir uma decisão explícita de “reconstruir melhor”.

Em contraste, numa situação de conflito e fragilidade, não existe um “evento” único que forneça uma linha divisória para o tipo de análise realizada numa avaliação pós-desastre; Não há equivalente ao uso de dados pré-furacões / previsões e cálculos do impacto físico da tempestade para quantificar danos e perdas e, em seguida, definir, priorizar e financiar as necessidades. Com efeito, não existe um “ponto de entrada” padrão para o planeamento da recuperação nestas circunstâncias; A decisão é exclusiva de cada situação de conflito, com base em critérios que podem incluir eventos de transição (acordos de paz ou cessar-fogo), um impulso crescente entre os parceiros internacionais para o compromisso, uma necessidade compartilhada de análise e a disposição nacional para participar de um processo conjunto.

O planeamento da recuperação em situações afectadas por conflitos deve criar vínculos cruciais entre os atores e as acções de política, segurança e desenvolvimento - e, no entanto, a ampla gama de preocupações que emergem, especialmente, quando o conflito foi prolongado, normalmente, gera uma lista longa e não priorizada. Para definir as necessidades estratégicas de reconstrução física e recuperação económica, as acções propostas são priorizadas com recurso a critérios previamente definidos, centrados na estabilização da paz frágil e na redução do risco de novos conflitos. Este processo de priorização estratégica é essencial para proporcionar um quadro selectivo para acções prioritárias em que os parceiros internacionais e as autoridades nacionais se comprometam e no âmbito das quais alinham os seus programas e comprometem o seu financiamento.

A capacidade é uma consideração importante em todo o planeamento da recuperação. As catástrofes naturais são indiscriminadas, atingindo estados fortes com capacidade de resposta forte e conseqüente reconstrução, bem como estados em situações frágeis onde salvar vidas e reconstruir será uma luta; em contraste, situações de conflito violento e fragilidade quase sempre se caracterizam por baixa capacidade, especialmente nas instituições do Estado. Em ambas as circunstâncias, a avaliação das necessidades e o planeamento da recuperação podem ajudar a superar as lacunas de capacidade: a avaliação pós-catástrofe pode ser um catalisador directo para o desenvolvimento de instituições nacionais e capacidades técnicas de prevenção. Uma base para transformar as instituições e permitir que elas aumentem as suas capacidades para responder às necessidades da população.

Apoiar um quadro comum acordado para o planeamento da recuperação em situações de conflito e fragilidade

A recuperação efectiva dos países emergentes após uma situação de uma fragilidade ou de conflito prolongado depende das acções não só das entidades nacionais e locais, mas também dos doadores e outros intervenientes internacionais fundamentais, como as Nações Unidas e outras agências e missões de manutenção da paz que proporcionam capacidade e recursos. Um plano de propriedade nacional é necessário para resumir as prioridades estratégicas para a recuperação, mas é impraticável esperar por um plano nacional tradicional implementado pelo governo, como um Documento de Estratégia de Redução da Pobreza. Reconhecendo a necessidade de um processo de planeamento liderado a nível nacional que possa fornecer um pacto nacional e internacional conjunto e as capacidades limitadas das autoridades nacionais em situações pós-conflito, é necessário que os atores internacionais apoiem as autoridades nacionais na definição das prioridades. É essa articulação da responsabilidade compartilhada, que define o enquadramento no qual os parceiros internacionais alinharão sua assistência, e com os quais o governo e seus parceiros nacionais e internacionais monitorizarão o processo de recuperação.

A Avaliação de Necessidades Pós-Conflito, ou PCNA, mapeia as principais necessidades no terreno no país; Equipas formadas por especialistas técnicos nacionais e internacionais, realizam avaliações de campo e reconhecendo que a realidade do contexto pós-conflito é a de que os dados serão incompletos ou rudimentares e o acesso às partes interessadas e às comunidades pode ser um desafio por questões de logística e de segurança. Com base nessas informações, o Quadro de Resultados de Transição, ou TRF, é desenvolvido, com marcos chave no terreno mapeado pelo PCNA. As acções incluídas na TRF reflectem as dimensões estratégicas da construção da paz e da mitigação de conflitos, referindo-se a acções específicas de género, etnia, idade ou região.

Assim, a TRF estabelece um grupo selectivo de acções e resultados prioritários com as suas implicações financeiras e permite que os atores nacionais e internacionais alinhem esforços para apoiar uma transição bem-sucedida, minimizem o risco de reversão em conflitos violentos e tomem as medidas iniciais necessárias para apoiar a construção de um Estado responsável, eficaz e responsivo.

Historicamente, as avaliações das necessidades estavam mais frequentemente ligadas a acordos de paz formais; Mas a revisão de 2007 da metodologia PCNA-TRF prevê explicitamente uma gama mais ampla de circunstâncias em que o planeamento de recuperação pode ser relevante, onde: (i) há um avanço súbito num processo de paz ou de transição política, exigindo um plano claro e um orçamento para apoiar o processo; (ii) um processo de paz ou de transição política que está numa fase em que os mediadores consideram útil que as partes se concentrem no planeamento da transição prática; (iii) uma transição posterior - por exemplo, de um governo de transição para um governo eleito - exige um novo processo para confirmar as prioridades nacionais; (iv) uma crise política, de segurança, económica ou social exige uma reavaliação das prioridades e dos planos de recuperação.

Os quadros de resultados transitórios são parte integrante do CAD-OCDE ***Princípios de um bom envolvimento internacional em Estados e situações frágeis e a Declaração de Paris sobre a Harmonização***. O PCNA-TRF foi aprovado como o ponto de entrada comum para o planeamento da recuperação pós-conflito pelo Grupo de Trabalho GNUM-ECHA sobre Transições (Abril de 2007) e pelos Chefes dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (Outubro de 2007). Plataforma comum pelos membros da Reunião temática de especialistas do CAD-OCDE sobre o planeamento integrado em Fevereiro de 2008.

Trabalhar para um quadro comum de um grupo de diversos intervenientes para o PDNA e o Planeamento de Recuperação

Uma recuperação eficaz e a transição da ajuda para o desenvolvimento numa situação pós-catástrofe requerem um processo de planeamento de recuperação e de avaliação das necessidades conduzido a nível nacional, frequentemente, com apoio internacional para determinar as necessidades de danos, perdas e recuperação e, em muitos casos, uma Estratégia de Recuperação, através de um processo inclusivo e com a participação de um grupo de vários intervenientes, que serviria como uma ferramenta para o planeamento, a coordenação e a gestão de esforços de recuperação. Esta necessidade não é apenas a de uma avaliação e planeamento eficazes da recuperação a nível nacional, mas também a forma de ligar os planos nacionais a meios eficazes para levar a cabo os programas de recuperação a nível local.

O ambiente pós-catástrofe tem sido muitas vezes caracterizado por uma ampla gama de partes interessadas envolvidas no apoio à recuperação e à transição da ajuda ao desenvolvimento. As suas intervenções têm sido tipicamente orientadas pela avaliação de necessidades e exercícios de planeamento realizados por indivíduos e / ou grupos de agências em paralelo. Tais avaliações variaram em alcance e rigor e foram realizadas em momentos diferentes durante a fase de resposta. Inicialmente, as avaliações das necessidades são realizadas por agentes humanitários durante os primeiros dias da fase de emergência. Estas variações na prática levaram a uma compreensão conflituosa das necessidades e oportunidades de recuperação, desafiaram a coordenação e os recursos usados desnecessariamente, resultando numa resposta de recuperação não otimizada, incluindo a reconstrução do risco e a incapacidade de apoiar a consecução de objectivos de desenvolvimento de longo prazo .

Por esta razão, está em curso um trabalho intensivo para melhorar a coordenação entre os atores internacionais e nacionais envolvidos no apoio ao planeamento e implementação da recuperação de desastres em países de alto risco, as Nações Unidas, as Instituições Financeiras Internacionais e os grandes doadores, como a União Europeia. A divisão do trabalho entre as partes interessadas com base nas suas vantagens comparativas numa dada situação pode aumentar ainda mais a eficácia da ajuda.

As discussões estão ancoradas numa parceria entre as agências das Nações Unidas - lideradas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como presidente do Grupo de Trabalho Global sobre Recuperação Antecipada (CWGER), o Banco Mundial e a Comissão Europeia. Essas discussões são conduzidas em estreita cooperação com um selecto grupo de países de alto risco (CWGER), pelo Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (GNUM), pelos doadores interessados e em sinergia com o trabalho sobre metodologias melhoradas de avaliação humanitária que está a decorrer no âmbito da Reforma humanitária.

Um Guia para uma Estratégia de Avaliação e Recuperação de Necessidades de Múltiplas Partes Interessadas está em desenvolvimento para fornecer uma referência orientada para a acção e fácil de usar para os decisores usarem nos estágios iniciais do planeamento de recuperação de catástrofes. O Guia será acompanhado de protocolos de cooperação para uma coordenação eficaz entre as Nações Unidas, o Banco Mundial e a UE em apoio aos processos nacionais de avaliação e planeamento das necessidades de recuperação. O envolvimento com países de alto risco no desenvolvimento e aplicação do Guia e procedimentos operacionais garante que este processo corresponda à realidade e atenda às necessidades vistas na perspectiva de um país. Serve igualmente para construir a capacidade nacional em países de alto risco antes e depois de uma catástrofe, a fim de melhorar a gestão dos processos de recuperação.

O Guia reúne as duas principais vertentes da avaliação da recuperação, ou seja, a determinação das necessidades de recuperação humana e a avaliação dos danos e perdas. Baseia-se na experiência com diferentes ferramentas e metodologias disponíveis para avaliar o impacto de desastres. Estas incluem ferramentas específicas para o sector desenvolvidas e utilizadas por agências sectoriais ou temáticas das Nações Unidas, CE-CCI, bem como a metodologia DaLA desenvolvida pela CEPAL das Nações Unidas, que é comumente utilizada pelo Banco Mundial. O projecto apoia os objectivos da Plataforma Internacional de Recuperação (PIR) e, em termos mais gerais, o cumprimento do Quadro de Acção de Hyogo.

Anexo 2.

Enquadramento da Parceria ONU-BM para Situações de Crise e Pós-Crise

Prefácio

O Secretário-Geral das Nações Unidas e o Presidente do Banco Mundial, conscientes dos papéis críticos e complementares que as nossas respectivas organizações desempenham no apoio à recuperação precoce e sustentável durante e após as crises, estão empenhados em reforçar a parceria entre as nossas organizações, Para tornar a resposta internacional nestes contextos mais eficaz e sustentável.

Na prossecução dos objectivos estabelecidos na Carta das Nações Unidas, as Nações Unidas galvanizam a comunidade internacional em resposta a situações de crise e pós-crise e participam numa variedade de actividades, incluindo a prestação e coordenação de ajuda humanitária, o apoio à reconciliação nacional - estabelecimento e manutenção da paz e da segurança, O Banco Mundial é um importante financiador de actividades que apoiam o fortalecimento de instituições nacionais, a resiliência económica e social e a recuperação em países vulneráveis a catástrofes naturais e conflitos. Reconhecemos a interdependência dessas actividades e a importância de enquadramentos políticos, de segurança e de desenvolvimento integrados na busca de uma recuperação duradoura e da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Os desenvolvimentos no âmbito do Banco Mundial e das Nações Unidas melhoraram as oportunidades para a nossa parceria produtiva. As Nações Unidas estabeleceram estruturas e processos para assegurar uma abordagem das Nações Unidas mais integrada e uma prestação eficaz nos contextos de crise e pós-crise, incluindo os esforços para implementar a política "Deliver as One" "Unidos na Acção", processos de planeamento integrados, uma arquitectura em evolução para a consolidação da paz e Reforma humanitária. O Banco Mundial desenvolveu novas políticas e ferramentas para reforçar a rapidez e a eficácia da sua resposta a situações de crise e pós-crise.

Com base nestas medidas, saudamos os progressos já em curso no sentido de reforçar a cooperação entre o Banco Mundial e as entidades das Nações Unidas. Foram obtidas importantes sinergias práticas, em cooperação com as autoridades nacionais, em situações como a RDC, o Haiti, a Libéria e as regiões afectadas pela catástrofe da Indonésia. A colaboração no país é apoiada por uma maior coordenação estratégica e desenvolvimento de políticas colaborativas na sede, incluindo o estabelecimento de abordagens conjuntas para avaliações de necessidades pós-conflito e planeamento de recuperação e participação do Banco Mundial na Comissão de Consolidação da Paz. O Banco Mundial e as Nações Unidas também colaboraram na contribuição com os conhecimentos especializados e a consultoria sobre desenvolvimento e aspectos económicos da paz e da governança económica pós-crise.

A nossa parceria irá variar em função do contexto específico, da evolução das situações de crise e do leque de parceiros nacionais e internacionais envolvidos. Uma abordagem flexível continuará a ser a marca de uma resposta eficaz. A nossa parceria poderá ser reforçada através da clarificação dos princípios básicos da nossa colaboração e do reforço dos mecanismos de coordenação e cooperação estratégica e operacional. Estas incluem a comunicação regular, o planeamento estratégico e operacional, a interoperabilidade financeira e o aprofundamento de uma cultura de colaboração.

1. Princípios orientadores

- As Nações Unidas e o Banco Mundial apoiam os seguintes princípios no nosso envolvimento em situações de crise:
- Os nossos papéis e mandatos diferem, mas os nossos esforços são interdependentes e devem se reforçar mutuamente.
- Os esforços integrados são particularmente importantes no trabalho com autoridades nacionais e parceiros para fortalecer a capacidade nacional de prevenção e resposta eficazes e apoiar a implementação de estratégias nacionais de recuperação e desenvolvimento que abarquem dimensões políticas, de segurança, direitos humanos, económicas e sociais no âmbito do Estado de Direito e da boa governação.
- Devemos ser flexíveis para responder às diferentes necessidades dos países, tendo em conta o contexto do país, as prioridades nacionais, as tarefas impostas pelas Nações Unidas, a divisão do trabalho adequada e o papel de outros parceiros regionais e internacionais.
- Em relação à acção humanitária empreendida pelas Nações Unidas e pelos seus parceiros, serão respeitados os princípios humanitários reconhecidos de neutralidade, imparcialidade e independência.

2. Reforçar a nossa colaboração em situações de pós-crise

Uma parceria estratégica e operacional eficaz será facilitada, nomeadamente, pelos progressos alcançados nos quatro domínios prioritários iniciais:

- 2.1 Comunicações: As Nações Unidas e o Banco Mundial fortalecerão os mecanismos para assegurar contactos institucionais consistentes e eficazes em situações de crise e pós-crise, nomeadamente através do seguinte protocolo de comunicação:

No caso de uma crise ou uma alteração significativa das circunstâncias do país, contactos imediatos são feitas entre os altos funcionários do Banco Mundial e das Nações Unidas no país (normalmente o Director do País ou do gerente regional do Banco Mundial e do RESG e RC / HC para as Nações Unidas).

Na Sede, os pontos de contacto institucionais acordados e a ligação entre as mesas de país apropriadas apoiam as comunicações a nível dos países.

Os pontos de contacto institucionais são responsáveis por assegurar a partilha eficaz de informação e a coordenação entre a Sede e os escritórios locais, incluindo a atenção para as questões que não podem ser resolvidas a nível nacional e para a comunicação contínua.

As comunicações regulares a nível nacional entre o Banco Mundial e os funcionários das Nações Unidas são mantidas através dos mecanismos de coordenação existentes, tais como a Equipa das Nações Unidas no País.

- 2.2 Estruturas de avaliação, planeamento e operacional. Muitos dos processos de planeamento para o apoio das Nações Unidas e / ou do Banco Mundial aos países em situações de crise e pós-crise estão a ser reformulados. As Nações Unidas e o Banco Mundial reconhecem que o diálogo e o compromisso estratégicos iniciais são uma base essencial que pode ser construída à medida que a gestão de crises e os esforços de recuperação passam do planeamento para a implementação e concordam em que:

Dentro dos enquadramentos existentes para apoiar a apropriação nacional e com o devido respeito aos princípios humanitários, trabalhar para trazer o planeamento estratégico e os processos de avaliação para uma coordenação mais próxima entre os espectros político, de segurança, de desenvolvimento e humanitário, incluindo a participação nos respectivos processos de planeamento e o desenvolvimento de benchmarks partilhados / Quadros de resultados e processos conjuntos de acompanhamento e revisão.

Como parte deste esforço, utilizar uma metodologia comum para situações pós-conflito e PDNAs é uma abordagem coordenada para a recuperação e o planeamento.

Colaborar na análise e apresentação das necessidades de financiamento externo, incluindo ligações entre os componentes relevantes a serem financiados.

2.3 Políticas e procedimentos de financiamento.

As Nações Unidas e o Banco Mundial reconhecem que os esforços para fortalecer a colaboração em torno dos mecanismos de financiamento são fundamentais para aumentar as oportunidades de colaboração. As Nações Unidas e o Banco Mundial estão empenhados em desenvolver medidas adequadas a este respeito

2.4 Uma cultura de colaboração. A fim de fortalecer a cultura de colaboração e promover a sinergia de ideias entre as duas instituições, as Nações Unidas e o Banco Mundial irão:

- Participar em programas de formação relevantes para a Sede e o pessoal no terreno, e desenvolver, conforme apropriado, programas de formação conjuntos para melhorar a compreensão do pessoal das abordagens compartilhadas, bem como os instrumentos e as abordagens relacionadas às diferentes áreas de mandato e competência de cada organização;
- Conduzir eventos conjuntos e sessões informativas regulares sobre abordagens em situações de crise e pós-crise; e
- Conduzir exercícios conjuntos de lições aprendidas, missões conjuntas, quando apropriado, e pesquisa e avaliações colaborativas.
- As Nações Unidas e o Banco Mundial concordam em rever periodicamente a parceria - tanto a nível global como no contexto de experiências específicas de cada país - para ajustar os arranjos institucionais, documentar as boas práticas, identificar oportunidades e restrições e Impacto da nossa colaboração sobre a eficácia da resposta a situações de crise e pós-crise.

Anexo 3.

GNUD-BM Anexo Operacional Pós-Crise

Prefácio

No âmbito da declaração da ONU-BM sobre situações de crise e pós-crise, o objectivo desta nota de parceria é ancorar uma plataforma operacional comum para respostas coordenadas pós-crise entre o Banco Mundial e as organizações membros do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento («GNUD») por:

1. Estabelecer um conjunto acordado de princípios para orientar e apoiar a colaboração entre o GNUD e o Banco Mundial em situações de crise e pós-crise,
2. Definir os canais de comunicação, os processos de avaliação e de planeamento para determinar a colaboração a nível de país e chegar a papéis e responsabilidades claros, particularmente nas áreas temáticas de intervenção e coordenação, que o GNUD e o BM se comprometam a seguir em situações de crise e pós-crise.
3. Delinear as medidas a tomar para reforçar a interoperabilidade dos membros do GNUD e dos procedimentos do Banco Mundial, incluindo disposições legais e fiduciárias.

1. Princípios Orientadores

O GNUD e o Banco Mundial concordam que:

- i) O objetivo da sua colaboração é aumentar a resiliência dos países às situações de crises, respondendo às necessidades imediatas e assegurar os meios de subsistência das populações vulneráveis, apoiando a construção da paz sustentável e reforçar a capacidade das instituições nacionais e locais para a prevenção eficaz, resposta e recuperação levando ao Desenvolvimento de longo prazo.
- ii) Uma colaboração reforçada entre o GNUD e o Banco Mundial é essencial para aumentar tanto a rapidez como a eficácia da execução e implementação de intervenções para atender às necessidades prioritárias de situações de crise e pós-crise.
- iii) As decisões sobre a colaboração e a divisão do trabalho do GNUD-BM precisam ser informadas pelo contexto do país, que envolve diferentes necessidades, capacidade das instituições nacionais e uma constelação diferente de doadores internacionais e instituições parceiras e orientada pelo objetivo de melhorar os resultados de desenvolvimento em cada país determinado.

O GNUD e o Banco Mundial têm forças fortemente complementares, com base nos seus respectivos mandatos e capacidades, para apoiar as autoridades nacionais e as suas populações em situações pós-conflito e catástrofes naturais. As agências, os fundos e os programas do GNUD constituem um elemento essencial da resposta geral das Nações Unidas às situações de crises e pós-crise, quando os esforços de segurança, políticos, humanitários e de desenvolvimento estão reunidos para assegurar um apoio coerente às necessidades de construção de paz de um país. O Banco Mundial é um importante financiador da recuperação pós-crise e mantém fortes relações e diálogo com os governos dos países em desenvolvimento sobre estratégias de redução da pobreza, planeamento e orçamentação, inclusive sobre prevenção e mitigação de catástrofes e recuperação pós-conflito. Assim, uma melhor coordenação entre os membros do GNUD e o BM pode contribuir significativamente para uma transição eficaz, eficiente e conduzida a nível nacional, desde a ajuda ao desenvolvimento.

Nos últimos anos, uma parceria muito produtiva entre o GNUD e o BM contribuiu para uma maior colaboração em situações de crise e pós-crise. Isso inclui: (i) Desenvolvimento de uma abordagem comum para as avaliações das necessidades pós-conflito e os quadros de resultados transitórios (PCNA / TRMs), bem como a sua coordenação com os processos de manutenção da paz e de planeamento humanitário; (ii) vários mecanismos do Fundo Fiduciário de Multi-Doadores (duas janelas e uma janela) e outros modelos para a transferência de fundos de uma instituição para outra; (iii) operações conjuntas a nível de país; (iv) trabalho conjunto para reforçar a capacidade nacional de coordenação da ajuda, preparar conferências de doadores e apoiar os principais grupos de doadores; e (v) formação conjunta e briefings do pessoal.

Embora a parceria se tenha aprofundado nos últimos anos, tanto o GNUD como o Banco Mundial têm oportunidade de reforçar a sua cooperação institucional, tendo em conta as lições aprendidas a nível nacional e baseando-se em desenvolvimentos recentes como a arquitectura de construção da paz, o PCNA e a nova política de resposta rápida do Banco Mundial. Estas iniciativas tiveram lugar num contexto de harmonização mais alargado e em parceria com outros parceiros internacionais bilaterais e multilaterais. Esta nota procura encorajar o trabalho conjunto entre o GNUD e o Banco, que continuará a seguir uma abordagem flexível para aproveitar novas oportunidades de colaboração além do escopo desta nota, a fim de responder à evolução das necessidades operacionais.

2. Disposições para reforçar a colaboração nos contextos pós-crise

2.1 Protocolo de comunicação: O GNUD e o Banco fortalecerão os mecanismos para assegurar contactos institucionais consistentes e eficazes em situações de crise e emergências, através do seguinte protocolo:

Os contactos imediatos em caso de crise ou de pós-crise são feitos entre o mais alto funcionário do Banco Mundial e o funcionário das Nações Unidas em nível de país (normalmente, o Director de País ou o Gestor de País para o Banco Mundial e o UNRC [e o SRSG, quando aplicável]).

Simultaneamente, as equipas institucionais responsáveis pela assistência pós-crise em Nova Iorque, Genebra e Washington assegurarão que estejam em contacto. Para o GNUD, o ponto focal institucional será UNDOCO, como facilitador do mecanismo de tomada de decisão do GNUD / ECHA; Para o Banco Mundial, constitui o Grupo de Estados Frágeis e Afectados por Conflitos para crises relacionadas com conflitos e a Equipa de Gestão de Riscos para catástrofes naturais.

As equipas institucionais do Banco Mundial e do GNUD serão responsáveis por assegurar uma partilha eficaz de informação e coordenação entre a Sede e as representações nos países, bem como entre as agências, e resolver problemas relacionados com problemas específicos do GNUD / BM que não possam ser resolvidos a nível nacional.

2.2 Avaliação, planeamento e determinação da divisão de tarefas, com base nas melhores práticas. Para reforçar o nosso compromisso institucional com a utilização de ferramentas partilhadas para melhor informar a tomada de decisões no terreno e apoiar uma aplicação mais sistemática de boas práticas e experiências relevantes entre os países, o GNUD e o Banco Mundial concordam em:

Utilizar uma metodologia comum para as avaliações de necessidades pós-conflito e pós-desastre e para o planeamento da recuperação (PCNA / PDNA).

Ampliar a informação disponível para as equipas nacionais nas lições aprendidas a partir de outras experiências nacionais em matéria de coordenação e divisão do trabalho em apoio aos esforços de cada país para determinar os papéis e responsabilidades claras.

Assegurar que a coordenação e as disposições relativas aos papéis e responsabilidades incluam as instituições nacionais, os principais parceiros internacionais, bem como a sociedade civil e o sector privado.

Para fortalecer a colaboração efectiva e assegurar que essas questões sejam adequadamente tratadas, os membros do GNUD e o Banco Mundial concordam em trabalhar em conjunto para encorajar e apoiar as equipas de países que enfrentam situações específicas de situações de crise e pós-crise para fazer uso efectivo das ferramentas e instrumentos existentes, partilha de informações e apoio técnico. Quando existem metodologias e ferramentas comuns acordados, o GNUD e BM vão incentivar as equipas dos países para fazer uso de tais metodologias e apoiar as equipas nacionais no uso. Quando não existem metodologias ou instrumentos comuns, as equipas nacionais devem promover a coerência na utilização das respectivas ferramentas e metodologias, a nível nacional.

Estão actualmente em vigor as seguintes metodologias e instrumentos comuns:

- Para avaliações: Avaliação de Necessidades Pós Conflito (PCNA); Programa Conjunto GNUM-BM sobre PCNAs; Avaliação Pós-Necessidades de Desastres Naturais (PDNA);
- Financiamento: as Nações Unidas e o Banco Mundial colaboraram em avaliações independentes do desempenho do MDTF que fornecem recomendações e exemplos de boas práticas sobre reformas internas das Nações Unidas e do Banco Mundial para melhorar o desempenho dos MDTFS e a adaptação dos MDTFs ao contexto e objectivos do país;
- Para cada uma destas questões / actividades, o GNUM e o Banco Mundial comprometem-se a partilhar com as equipas nacionais as lições aprendidas com outros países e a apoiar exercícios a nível de país para determinar as funções e responsabilidades com base nas lições aprendidas em áreas onde o GNUM e o BM podem oferecer uma contribuição.

Em cada uma dessas áreas, o objetivo deve ser aumentar a eficácia do apoio prestado e reduzir os custos de transacção para o governo, os doadores, os parceiros regionais e internacionais. Essas áreas incluem, mas não estão limitadas a:

- Desenvolvimento de políticas e assistência técnica para planos de recuperação nacionais e sectoriais;
- Apoio à preparação de conferências de doadores e outras reuniões de coordenação;
- Apoio à capacidade nacional de planeamento e coordenação da ajuda, incluindo o acompanhamento dos fluxos de ajuda;
- Apoio à capacidade nacional de sistemas de acompanhamento e avaliação;
- Os programas sectoriais e projectos, incluindo planeamento, custos, implementação e entrega;
- Financiamento, incluindo apoio orçamental e fundos comuns;
- Capacitação, tanto a nível nacional como sub-nacional, incluindo a análise da capacidade de implementação;
- Recolha de dados e gestão e partilha de informação, em apoio aos sistemas nacionais;
- Coordenação entre política / segurança (operações de manutenção da paz onde aplicável) e planeamento humanitário e os processos de planeamento de recuperação nacional do governo;
- Coordenação internacional, tanto para os planos de recuperação nacionais como para os sectoriais.

2.3 Financiamento. O GNUM e o Banco Mundial reconhecem que os esforços para fortalecer a colaboração em torno dos fundos fiduciários de vários doadores, bem como para resolver os problemas atuais com a falta de interoperabilidade entre os respectivos quadros jurídicos e fiduciários, são cruciais para aumentar as oportunidades de colaboração e apoiar as autoridades nacionais. A gestão de assistência internacional para a recuperação de situações de crises e pós-crise.

Ambos os parceiros concordam que, com base nas melhores práticas e experiências, um procedimento mais previsível deve ser posto em prática para estabelecer o financiamento adequado. A decisão final sobre o mecanismo de financiamento apropriado é tomada pelo governo do país (ou por parceiros nacionais relevantes). Normalmente, essa decisão levaria em conta as preferências dos potenciais doadores e seria feita mediante uma recomendação conjunta do sistema das Nações Unidas e do Banco Mundial, com outras instituições multilaterais, conforme apropriado ao contexto. Esta abordagem reforçará a cooperação entre todas as partes e contribuirá para reduzir os custos de transacção, melhorar a eficiência e a oportunidade.

Para reflectir o que precede, ao fazer uma determinação sobre a configuração apropriada da facilidade de financiamento, os representantes dos países da UNCT e do BM devem ser guiados pelas seguintes considerações:

- i) A situação específica do país, tendo em conta factores como: o objetivo do MDTF; a capacidade do governo e o provável momento realista da transição para os acordos de execução do governo; a vantagem comparativa das diferentes agências em relação aos objectivos do Fundo, incluindo as actividades a abranger, a rapidez necessária para o desembolso para uma entrega rápida; o grau de exigências "orçamentais ou não"; e as condições para o apoio orçamental directo.

- i) A análise das principais opções para as configurações de mecanismo de financiamento sob uma única estrutura de governança, que incluem:

Um modelo de duas janelas: onde, tendo em conta os factores enumerados na alínea i) supra, as vantagens comparativas do BM (por um lado) e da GNUD (por outro) merecem uma divisão das responsabilidades administrativas (incluindo as regras e os procedimentos do implementador para as actividades que administra)

Um modelo de janela única: em que, tendo em conta os factores referidos no ponto (i) acima, as actividades, predominantemente, abrangidas pela vantagem comparativa do BM (por um lado) ou do GNUD (por outro lado) e, portanto, um único Administrador do fundo é meritório. Sob este acordo, cada organização que seja signatária do Acordo de Princípios Fiduciários, ao receber uma distribuição do fundo, gastará esse dinheiro de acordo com seus próprios regulamentos, normas e procedimentos e de acordo com seu próprio quadro de supervisão e fiduciário.

Fundos sequenciais similares ao modelo de duas janelas, mas onde as actividades são diferenciadas pelo cronograma e serão realizadas sequencialmente com sobreposição mínima no calendário.

Nas situações em que as partes interessadas no terreno têm pontos de vista diferentes, os representantes dos países do sistema das Nações Unidas e do Banco Mundial devem consultar os respectivos representantes designados na Sede.

3. Cultura de colaboração

A fim de reforçar a cultura de colaboração e promover a sinergia cruzada entre as duas instituições, o GNUD e a WB irão:

- Convidar o pessoal de cada organização a participar em programas de formação relevantes e, onde for apropriado e possível, desenvolver programas conjuntos de capacitação ou de briefing do pessoal, a fim de desenvolver uma maior compreensão das abordagens partilhadas pelo pessoal e consciencialização do pessoal dos instrumentos e abordagens relacionadas às diferentes áreas de actuação da organização, seus mandatos e competências, bem como das áreas importantes de intervenção comum;
- Realizar exercícios conjuntos de lições aprendidas sobre exemplos bem-sucedidos de colaboração no terreno. Esses exercícios irão preencher o quadro comum acima referido e os futuros programas de formação conjuntos.

Tal como com os outros compromissos desta nota de parceria, o GNUD e o BM procurarão a participação de outras instituições envolvidas na assistência a situações pós-crise nestes programas.

A GNUD e o BM concordam em rever a parceria periodicamente, tanto a nível mundial, como no contexto de experiências- de modo a ajustar as disposições institucionais específicas de cada país, a documentar as boas práticas, a identificar oportunidades e constrangimentos, e garantir a atenção contínua ao impacto da nossa colaboração sobre a eficácia da resposta a situações pós-crise.



GFDRR
Global Facility for Disaster Reduction and Recovery

